

29/04/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Sem atuação efetiva, frentes parlamentares proliferam no Congresso](#)

[Saudades da política](#)

[Se escola tiver partido, que seja dos dois lados, defende Bolsonaro](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Presidente divulga vídeo de aluna que filmou professora](#)

O GLOBO - RJ

[ZONA FRANCA](#)

[Nas redes, presidente divulga vídeo de aluna gravando professora](#)

[Sobre Humanas e Exatas](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Marcos Nobre é eleito presidente do Cebrap](#)

[Controlador da Ser está aberto a negociar](#)

Imprensa Estadual

GAZETA DE ALAGOAS - AL

[Governo : Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\\$ 50 bi por ano](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DE LUZILÂNDIA

[O que explica o ataque do governo Bolsonaro aos cursos de filosofia e sociologia?](#)

PORTAL CORREIO

[PB tem vagas para mestrado gratuito em recursos hídricos](#)

AGÊNCIA ESTADO

[No Dia Mundial da Educação, professores contam como seus mestres lhe inspiraram](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Com risco de chegar às escolas, negação da história preocupa especialistas](#)

[Correção : Não se pode negar o conhecimento, diz professor de História da USP](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[UnB brilha no exterior](#)

[Mora na filosofia](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

TIROTEIO

[Quantos cientistas ficarão num país que lhes nega dinheiro até para conta de luz?](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ninguém fica para trás](#)

[USP lança Cátedra de Educação Básica](#)

[Formação em mídia reforça cidadania](#)

[Não se pode negar o conhecimento](#)

O GLOBO - RJ

[A marcha do obscurantismo](#)

GOVERNO - Tiro único

SALVANDO ARQUIVOS

[Alunos sem vagas no estado vão para rede particular](#)

[Sobre pênis e ciências humanas](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[A CPI do marxismo cultural](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Liberdade de cátedra](#)

Agências de notícias e sites

AMAZONAS+

[Seduc-AM participa de lançamento nacional da Agenda de Aprendizagem na Bahia](#)

BELÉM ONLINE

[Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\\$ 50 bilhões por ano, estima governo](#)

BLOG DA CIDADANIA

[Cortar verba de cursos de humanas, que representam apenas 2% nas federais, é pouco prático](#)

BLOG DO VANDOVAL

[Sucessão na UFMA - Por uma campanha com o padrão da academia](#)

CULTURA FM

[Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\\$ 50 bilhões por ano, estima governo](#)

FALA GUARULHOS

[Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\\$ 50 bilhões por ano, estima governo](#)

G1

[Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\\$ 50 bilhões por ano, estima governo](#)

GOVERNO DO AMAZONAS

[Seduc-AM participa de lançamento nacional da Agenda de Aprendizagem na Bahia](#)

INFORMATECWEB

[Unicamp cria colírio que evita perda de visão por diabéticos](#)

OPINIÃO MANAUARA

[Seduc-AM participa de lançamento nacional da Agenda de Aprendizagem na Bahia](#)

PARNAÍBA EM NOTA

[Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\\$ 50 bilhões por ano, estima governo](#)

SISTEMA JITIRANA

[Primeira de sua família a se graduar, astrônoma de Duque de Caxias consegue estágio na Nasa](#)

TESOURO INVEST

[Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\\$ 50 bilhões por ano, estima governo](#)

TRIBUNA DA BAHIA - BA

[Proposta de cortar verba de cursos de humanas tem pouco peso prático](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Artigo - E quem ensina os médicos, veterinários e engenheiros, ministro?](#)

G1

[MEC vai refinar mais de 500 mil contratos do Fies](#)

PORTAL ÉPOCA

[MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BAIXA RIGOR COM ENSINO À DISTÂNCIA](#)

TERRA

[Cursos de Felicidade são tendência em universidades do mundo todo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Não se pode negar o conhecimento, diz professor de História da USP](#)

CLIPPING



[Afinal, que sociedade queremos ser?](#)

[Pesquisadores em teologia criticam proposta de Bolsonaro para humanas](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Proposta de cortar verba de cursos de humanas tem pouco peso prático](#)

O GLOBO - RJ

[Humanas sob ataque](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Corte nas áreas de Humanas](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Não faça isso em casa](#)

[Proposta de esvaziamento das humanas é equivocada e fere a Constituição Federal](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Uma faísca para acender a mais importante fogueira](#)

[Os métodos de alfabetização](#)

[Bolsonaro sugere menos investimentos em Humanas](#)

[O MEC deve favorecer Exatas e Biológicas?](#)

[Doria muda datas de férias escolares](#)

ALUNO REQUER PRÁTICA, NÃO IDEOLOGIA

O GLOBO - RJ

[Vídeo mostra PM apartando briga de alunos em escola militarizada do DF](#)

[‘A educação é estratégica para crescer a longo prazo’](#)

Imprensa Estadual

EXTRA - RJ

[Ciências humanas em risco](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Filosofia e sociologia sem peso](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Secretaria de Educação realiza ADM em escolas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Proposta de cortar verba de cursos de humanas tem pouco peso prático](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Atacadas por Bolsonaro, Ciências Humanas e Sociais já recebem menos recurso para bolsas do que área de Exatas](#)

ALÔ UBERLÂNDIA

[Estudo sobre saúde de adolescentes mostra ampliação da desigualdade no Brasil](#)

BOA INFORMAÇÃO

[MEC abre 30 bolsas de estudo na Irlanda com despesas pagas](#)

BRASIL DE FATO

[O Brasil e o mergulho no atraso](#)

EMPRESAS E NEGÓCIOS

[Estudo desenvolvido no IFCH recebeu menção honrosa do Prêmio Capes de Tese 2015](#)

ESQUERDA

[Janaína Paschoal dá razão à falta de verba para universidades - a cerveja](#)

FOLHA NOBRE

[Filme O Primeiro Homem ganha sessão e bate-papo no MIS | São Paulo](#)

G1

[Primeira de sua família a se graduar, astrônoma de Duque de Caxias consegue estágio na Nasa](#)

JORNAL DO SUDOESTE

[UESB e Uneb dão início à Doutorado Interinstitucional em Educação](#)

MUNDO GEO

[Universidade Federal de Uberlândia abre vagas para Mestrado em Geo](#)

NOTÍCIAS DE CAMPINAS

[Filme O Primeiro Homem ganha sessão e bate-papo no MIS](#)

REVISTA AMAZÔNIA

[Chuvas são prejudiciais às árvores amazônicas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Proposta de Bolsonaro para humanas fere Constituição, dizem especialistas](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Os métodos de alfabetização](#)

CORREIO WEB

[Inep escolhe nova gráfica que fará a impressão das provas do Enem](#)

G1

[MEC estuda corte de investimentos nas faculdades de ciências humanas](#)

[Pesquisa da UFMG para controlar transmissão do vírus da dengue é ameaçada por corte em bolsas do CNPq](#)

[Bolsonaro diz que MEC estuda descentralizar investimento em cursos de filosofia e sociologia](#)

GAZETA WEB

[Astrônoma de Duque de Caxias consegue estágio na Nasa](#)

PORTAL ISTOÉ

[Bolsonaro causa indignação ao sugerir redução de repasses a estudo de Humanas](#)

R7

[Bolsonaro causa indignação sobre reduzir verba a cursos de humanas](#)

TERRA

[Debate : o MEC deve favorecer as áreas de Exatas e Biológicas?](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro causa indignação ao sugerir redução de repasses a estudo de Humanas](#)

[Fecha o MEC, diz Pondé sobre proposta de Bolsonaro para curso de filosofia](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Sem atuação efetiva, frentes parlamentares proliferam no Congresso

Com renovação e aceno inicial de Bolsonaro, número de grupos criados em torno de temas chegou a 94, mais que o dobro do registrado há 4 anos

Brasília

A cena é comum no Congresso. Deputados conversam em uma rodinha no plenário ou no salão verde. Um assessor se aproxima, prancheta, papel e caneta em mãos: “O senhor pode assinar?”.

Se não indicou ministro, a frente evangélica barrou nomeações, como a de Mozart Ramos para a pasta da Educação. Além disso, se tornou próxima de Damares Alves (Direitos Humanos), que encampou bandeiras tradicionais da bancada, como a luta contra a chamada “ideologia de gênero” e a defesa da educação domiciliar.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/sem-atuacao-efetiva-frentes-parlamentares-proliferam-no-congresso.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Saudades da política

Desde que desistimos da política, o que parou foi a resolução de problemas

Lula deu entrevista à Folha e ao El País na última sexta-feira (26). Foi a entrevista que deveria ter acontecido durante a campanha, se as instituições brasileiras não tivessem se acovardado na esperança de serem poupadas por Bolsonaro. E aí, instituições, funcionou?

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2019/04/saudades-da-politica.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Se escola tiver partido, que seja dos dois lados, defende Bolsonaro

Mais cedo, presidente divulga o vídeo de uma aluna que confrontou professora Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) voltou a criticar, neste domingo (28), a suposta doutrinação que vê sendo praticada por alguns professores no Brasil e defendeu que, se houver partido nas escolas, “que seja dos dois lados.”

As declarações foram feitas pelo presidente ao chegar à casa de seu filho mais velho, o senador Flavio Bolsonaro (PSL-RJ), em Brasília, por volta de meio-dia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/se-escola-tiver-partido-que-seja-dos-dois-lados-defende-bolsonaro.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Presidente divulga vídeo de aluna que filmou professora

Bolsonaro usa filme para defender o Escola Sem Partido; para ministro, estudantes ‘têm o direito de filmar’

O presidente Jair Bolsonaro voltou a defender o projeto Escola Sem Partido, que combate uma suposta doutrinação política e ideológica que seria praticada por professores em sala de aula. Ontem pela manhã, ele publicou em suas redes sociais um vídeo no qual uma aluna de cursinho questiona as opiniões de uma educadora sobre o escritor Olavo de Carvalho, considerado o “guru” dos Bolsonaro. Ao comentar o filme, o presidente afirmou que “professor tem que ensinar e não doutrinar”.

Horas depois, ao chegar ao apartamento do filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), que ontem comemorou aniversário, Bolsonaro disse que não pode existir apenas um lado nas salas de aula. “Nós queremos a escola sem partidos ou, se tiver partidos, que tenha os dois lados. Não pode é ter um lado só na escola, isso leva ao que não queremos”, declarou, sem dar detalhes.

Para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, filmar professores em sala de aula é um direito dos alunos. Ele disse que ainda irá analisar o conteúdo dos vídeos

compartilhados pelo presidente e o filho para saber se alguma irregularidade foi cometida pelos educadores.

“Não incentivo ninguém a filmar uma conversa na rua, mas as pessoas têm o direito de filmar. Isso é liberdade individual de cada um. Vou olhar os casos com calma. Não faremos nada de supetão”, afirmou Weintraub ao Estado.

O vídeo mostra uma aluna confrontando uma professora de gramática depois de ela afirmar que Olavo de Carvalho é “uma anta porque mete o pau em tudo”. A estudante, então, avisa que filmou a aula e afirma ter perdido 25 minutos ouvindo opiniões político-partidárias e não aprendendo gramática. “Não estou pagando cursinho para isso”, reclama, informando ainda que vai procurar o diretor da instituição, que não teve o nome revelado.

O vídeo compartilhado ontem pelo presidente foi publicado originalmente nos perfis do Escola Sem Partido no Facebook e também no Twitter, canais constantemente usados para citar professores que estariam expondo suas opiniões políticas. Depois da divulgação por Bolsonaro, os participantes do projeto afirmaram em rede social que “confiam” no trabalho do presidente: “Confiamos em seu governo para pôr fim a esses abusos”.

Repercussão. Parlamentar mais votada em 2018, a deputada estadual Janaína Paschoal (PSL-SP) parabenizou Bolsonaro nas redes. “Todo apoio ao presidente (por publicar o vídeo da aluna) e à aluna, que educadamente exigiu o básico: aula! Os professores podem se manifestar, mas os alunos também podem! Só o que pedimos são escolas plurais. Nada além disso!”

Já Manuela D’Avila (PCdoBRS), que foi candidata a vicepresidente na chapa do petista Fernando Haddad, afirmou que Bolsonaro, “ao invés de acolher professores, os hostiliza”. E que, “ao invés de estimular respeito, incita ódio”. /

’Doutrinação’ “Nós queremos a escola sem partidos ou, se tiver partidos, que tenha os dois lados. Não pode é ter um lado só na escola, isso leva ao que não queremos” Jair Bolsonaro PRESIDENTE DA REPÚBLICA

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS ZONA FRANCA

A PÓS-GRADUAÇÃO de ciências cardiovasculares da UFF fará, quinta, na Scuola di Cultura, em Niterói, discussão sobre as contribuições de Leonardo da Vinci, que faz 500 anos de morte no dia, na área de medicina. A coordenação é do professor Evandro Tinoco Mesquita.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Nas redes, presidente divulga vídeo de aluna gravando professora

O presidente Jair Bolsonaro publicou ontem, em suas redes sociais, um vídeo de uma aluna que confronta uma professora de gramática, afirmando que a educadora gastou 25 minutos da aula para falar sobre política, com críticas ao governo e ao ideólogo de direita Olavo de Carvalho.

“Professor tem que ensinar e não doutrinar”, escreveu o presidente ao compartilhar o

material.

No vídeo, a aluna questiona a professora, que afirma que Olavo de Carvalho é uma anta porque “mete o pau em tudo”. A estudante, então, começa a questionar o tempo que a professora teria gasto para falar de política.

— Você não percebeu que pegou 25 minutos da aula para expor sua opinião político-partidária? — diz a estudante.

— Não foi político-partidária — contesta a educadora.

— Foi sim, a senhora criticou o Escola Sem Partido, o governo, e não estou pagando cursinho para ouvir sua opinião político-partidária. Estou pagando cursinho para assistir à aula de gramática — retruca a autora do vídeo.

Depois, a professora pede que a estudante fale com o coordenador. A aluna, por sua vez, diz que também filmou a aula e que vai repetir a atitude futuramente.

Bolsonaro comentou o vídeo ontem, ao chegar ao prédio em que mora um de seus filhos, o senador Flávio (PSL-RJ). O presidente não explicou como o material chegou até ele, nem se houve uma apuração da reclamação da aluna antes que as imagens fossem divulgadas em sua rede oficial. Ele se limitou a defender que os professores não podem mostrar “um lado só” em suas aulas:

— Nós queremos a escola sem partido, ou, se tiver partido, que tenha os dois lados. Não pode é ter um lado só na sala de aula.

Nas redes sociais da estudante que gravou o vídeo, ela se diz filiada ao PSL, partido de Bolsonaro. Quando questionado, o presidente negou saber disso. — Não sei — disse ele. A vigilância de alunos sobre professores é uma das principais bandeiras do projeto Escola Sem Partido — apoiado por Bolsonaro —, que propõe acabar com uma suposta “doutrinação” por parte de docentes. Embora o projeto já seja motivo de debate há alguns anos, somente a nova versão dele — apresentada em fevereiro pela deputada Bia Kicis (PSL-DF) — prevê, expressamente, que os alunos podem gravar as aulas.

Colaborou Daniel Gullino

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Sobre Humanas e Exatas

Das instituições de ensino superior mais bem avaliadas, oito são americanas e duas britânicas. Todas têm departamento de Filosofia ou Sociologia

Se você possui um iPhone ou outro aparelho da Apple, vai encontrar no verso, em letras bem miudinhas, a seguinte frase: “Projetado pela Apple na Califórnia, Montado na China.” Os trabalhadores americanos certamente gostariam que toda a cadeia de produção da empresa fundada por Steve Jobs estivesse no país. Ainda assim, a maior parte do lucro com as vendas bilionárias desses dispositivos fica nos Estados Unidos. E isso tem muito a ver com o fato de as universidades americanas concentrarem o maior volume de pesquisas em tecnologia de ponta.

A liderança das instituições de ensino americanas em todos os rankings globais

universitários contrasta com o desempenho ruim dos jovens daquele país em testes internacionais de aprendizagem na educação básica. Nessas avaliações — que medem o conhecimento de estudantes da educação básica em linguagem, ciências e matemática — o destaque é principalmente para territórios asiáticos, como Cingapura, Hong Kong, Japão, Coreia do Sul e Xangai (na China, apenas as províncias mais ricas participam desses exames).

O que explica que a liderança asiática em testes de aprendizagem não se reproduza no ensino superior? Uma das razões identificadas por autoridades educacionais dessas próprias nações é a necessidade de desenvolver outras habilidades nos alunos, como o pensamento crítico, a criatividade e a comunicação. É nesse sentido que caminham, por exemplo, as políticas educacionais de Cingapura e Xangai.

Não é de hoje que americanos se preocupam com o baixo desempenho de seus jovens na educação básica. Em 1983, um famoso e controverso relatório encomendado pelo governo Reagan alertava que a “nação estava em risco” por não conseguir garantir a formação de uma mão de obra competitiva para o mercado de trabalho. Uma das respostas das políticas educacionais americanas a esse diagnóstico foi o maior incentivo às carreiras STEM (sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). A tentativa de copiar o modelo asiático, porém, foi depois criticada justamente por ignorar que a criatividade, inovação e o pensamento crítico eram elementos fundamentais do sucesso da economia americana. Esse movimento se traduziu na ampliação do conceito STEM para STEAM, com a letra “A” representando justamente a valorização do ensino de artes e humanidades.

As cinco empresas mais valiosas do mundo são Amazon, Google, Apple, Facebook e Microsoft, todas gigantes tecnológicas americanas. Não é coincidência o fato de os Estados Unidos liderarem tanto este ranking quanto o de melhores universidades. Das dez instituições de ensino mais bem avaliadas pelos critérios do Center for World University Rankings, oito são americanas e duas britânicas. São, pela ordem: Harvard, Stanford, MIT, Cambridge, Oxford, Berkeley, Princeton, Columbia, Instituto de Tecnologia da Califórnia e Chicago. Há várias razões para estarem nessa lista, mas vale atentar para um detalhe: todas, sem exceção, mantêm departamentos de Filosofia ou Sociologia.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Marcos Nobre é eleito presidente do Cebrap

As negociações entre o Cebrap e o governo da Alemanha estão avançadas. A proposta é criar em São Paulo uma filial de um centro de estudos avançados sobre diversidade e desigualdade, o Maria Sibylla Merian. Já existem congêneres no México, China, Índia e Gana. O centro teria orçamento para financiar bolsas de pós-doutorado, e funcionaria no Cebrap e na USP, sem sede própria. Caso o governo alemão aprove a proposta, um contrato com validade de seis anos, renovável, seria assinado em setembro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6230355/marcos-nobre-e-eleito-presidente-do-cebrap>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Controlador da Ser está aberto a negociar

Fundador da Ser Educacional, o empresário Janguê Diniz já recebeu muitas propostas pelo maior grupo de ensino superior do Nordeste. No entanto, para todo banco e pretendente que batia a sua porta, Janguê tinha a resposta pronta: não estava nem um pouco interessado em qualquer que fosse a oferta pelo negócio que criou em 2003. Dez anos depois, abriu o capital, mas nunca abriu mão do controle da companhia que, hoje, conta com 175 mil alunos. A Ser tornou-se uma noiva óbvia do disputado mercado de educação, mas os potenciais compradores já tinham até desistido da sondagem. Agora, conforme o Valor apurou, o jogo mudou.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6230327/controlador-da-ser-esta-aberto-negociar>

topo ↕

GAZETA DE ALAGOAS - AL - GERAL

Governo : Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\$ 50 bi por ano Como consequência, as chamadas despesas discricionárias cairão nos próximos anos

Encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 prevê - sem a reforma da Previdência - um aumento anual acima de R\$ 50 bilhões a partir de 2020 das despesas previdenciárias com servidores públicos (sem contar militares) e trabalhadores do setor privado.

Essas despesas, as maiores do orçamento, são obrigatórias e, considerando as limitações do teto de gastos públicos, pressionarão para baixo nos próximos anos os gastos classificados como "discricionários", ou seja, aqueles que o governo tem liberdade para manejar. Com isso, serviços públicos podem ser afetados.

Para tentar resolver esse problema, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro propõe, principalmente, a reforma da Previdência. A oposição, por sua vez, admite que o atual sistema previdenciário precisa de atualizações, mas defende outras medidas.

Sem a adoção de medidas, de acordo com a própria área econômica do governo, a compressão dos gastos discricionários pode afetar serviços públicos e investimentos do governo federal.

Segundo avaliação feita na semana passada pelo secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, essas despesas poderão sofrer "forte compressão" nos próximos anos.

"Não é risco de shutdown [desligamento da máquina pública], mas estamos apontando a seriedade do quadro. Nessas medidas, a gente tem observado que os investimentos têm sido item preferencial onde se tem redução. Por isso mesmo, precisamos reduzir as despesas obrigatórias", declarou Rodrigues Júnior.

Impacto nos serviços públicos

Em 2017, quando as despesas discricionárias somaram R\$ 117 bilhões, a impressão de passaportes e fiscalizações contra o trabalho escravo chegaram a ser suspensas ou reduzidas. Também houve redução nos recursos para as universidades federais.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o

espaço necessário para os gastos públicos precisa ficar acima de R\$ 75 bilhões. Com isso, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para "todos os indicadores disponíveis", a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é "muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática".

Recentemente, o IBGE anunciou o objetivo de "realizar um censo menos custoso" em 2020. Para isso, revisa o orçamento da pesquisa a fim de reduzir em cerca de 25% os gastos inicialmente previstos.

No ano passado, o Conselho Superior da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** enviou ao governo federal um ofício pedindo que recursos orçamentários não fossem cortados, evitando que programas fossem interrompidos, o que poderia deixar quase 200 mil pesquisadores sem bolsas.

Depois de somarem R\$ 117 bilhões em 2017, os gastos discricionários avançaram para R\$ 128 bilhões no ano passado, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Para este ano, a previsão da equipe econômica, com o corte de R\$ 29,7 bilhões no orçamento, é de gastos discricionários de R\$ 86,1 bilhões, ou 6,09% das despesas totais.

Esse é o cenário que vigora no momento, mas o governo informou que pretende reverter esse bloqueio de gastos no decorrer de 2019 - o que elevaria os gastos discricionários para R\$ R\$ 116 bilhões, ou 8,22% do total.

No próximos anos, a previsão da área econômica é de queda (R\$ 99,8 bilhões em 2020; R\$ 90 bilhões em 2021; e R\$ 71,9 bilhões em 2022), o que reduziria a margem para o governo definir suas despesas.

Isso ocorre porque a despesa total do governo, ou seja, tanto os gastos que o governo tem controle quanto os obrigatórios, está limitada pelo teto de gastos públicos, aprovado pelo Congresso Nacional em 2016.

Como os gastos obrigatórios (com Previdência e pessoal, entre outros) estão subindo acima da inflação, está sobrando cada vez menos espaço para as despesas sobre as quais o governo tem controle, classificadas de "despesas discricionárias com controle de fluxo".

Debate

Para abrir espaço para os gastos discricionários, e também para aqueles que já têm dotações mínimas definidas em lei, como Saúde, por exemplo, o governo defende a aprovação da reforma da Previdência, cuja proposta está tramitando no Legislativo.

O projeto do governo prevê a instituição de uma idade mínima de aposentadoria e alíquotas maiores para trabalhadores que ganham mais, principalmente servidores

públicos, entre outros pontos.

Segundo números apresentados nesta semana pelo governo, a reforma da Previdência, se aprovada sem alterações, geraria uma economia total de R\$ 1,2 trilhão em dez anos, abrindo espaço para outras despesas. Somente até o fim do governo Bolsonaro, a economia seria de R\$ 128 bilhões (R\$ 44 bilhões em 2021 e R\$ 68,2 bilhões em 2022).

Em debate na Câmara dos Deputados, o secretário-especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que o modelo previdenciário de repartição, vigente no Brasil atualmente, pelo qual os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados, é "injusto porque poucos ganham muito e muitos ganham pouco".

"A reestruturação do sistema previdenciário é a favor dos mais pobres do nosso país, porque são eles que estão tendo seus direitos suprimidos. Basta andar nos estados e municípios para saber que o sistema de saúde está sucateado, que curva de proficiência na educação está estagnada há mais de 14 anos e que não há recursos para a infraestrutura. Esses recursos estão capturados [pela Previdência], imobilizados, e estamos em um círculo vicioso", declarou ele, na semana retrasada.

Também presente ao debate na Câmara dos Deputados, em meados deste mês, o ex-ministro do Trabalho e Previdência na gestão de Dilma Rousseff, Miguel Rossetto, afirmou que o atual modelo previdenciário, de repartição (onde os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados) é "justo, sustentável e necessário para que o país atenda ao que determina a Constituição de 1988".

Ele defendeu, na ocasião, "atualizações necessárias" no regime de repartição e manutenção de um sistema de previdência complementar para quem ganha acima do teto do INSS (R\$ 5,8 mil). "Somos favoráveis a um regime complementar, desde que seja complementar, e não para trocar por outro regime [de capitalização, proposto pelo governo]", declarou.

De acordo com Rossetto, o que ameaça o modelo previdenciário não são os "direitos dos trabalhadores, e sim a recessão econômica, o desemprego, a sonegação e uma estrutura tributária injusta. As isenções tributárias devem ser rigorosamente debatidas e atacada

topo 

JORNAL DE LUZILÂNDIA - TEMPO REAL

O que explica o ataque do governo Bolsonaro aos cursos de filosofia e sociologia? Em novo capítulo da investida contra moinhos, o presidente mira agora a artilharia contra cursos de humanas

No último post, falamos por aqui sobre a capacidade do governo Bolsonaro em queimar energia e capital político em questões menores e/ou guerras particulares que nada contribuem para reverter um quadro já desalentador da economia brasileira, que em março registrou a perda de 23 mil postos de trabalho em um país onde mais de 12 milhões de pessoas estão desempregadas.

Em novo capítulo da investida contra moinhos, o presidente mira agora a artilharia contra cursos de humanas.

Em seu Facebook, Bolsonaro anunciou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia, mas que alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo, disse, é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.

Ainda segundo ele, a função do governo “é respeitar o dinheiro do pagador de impostos, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”.

Em outras palavras: ele não reconhece a importância de disciplinas como sociologia e filosofia para pensar saídas ao país. Parece ótimo para quem quer se comunicar diretamente com a plateia - sem a mediação de professores, jornalistas e áreas do conhecimento que ajudem a lançar visões críticas sobre a fala oficial, inclusive históricas.

O ataque, segundo o filósofo e ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, revela que ele não sabe o que é o conhecimento.

Segundo ele, Bolsonaro confunde o útil com o utilitário, que é o útil a curtíssimo prazo e que pode custar caro a longo.

“Para aumentar o PIB, as engenharias são fundamentais. Por isso mesmo, na CAPES como no MEC, eu as prestigiei sempre. Mas a Sociologia é decisiva para se entender como funciona a sociedade. E dá para viver em sociedade ignorando como ela funciona? É como propor guiar carro sem ter a menor noção de como ele se movimenta”, diz.

Ainda segundo Janine Ribeiro, a Sociologia dá particular ênfase à desigualdade social - e, quanto maior a desigualdade, mais pobre e atrasado o país. “Olhem a dimensão da miséria e dos males que ela acarreta (doenças, vida curta, baixa produtividade) e me digam se ela, a desigualdade, é mais frequente nos países ricos ou nos que estão no final da linha econômica e social”.

Sobre a Filosofia, o ex-ministro lembra que ela lida com o pensamento. “Fazem parte dela a teoria do conhecimento, a epistemologia. Ela dialoga, portanto, com as ciências. Ora, as ciências não são decisivas para o desenvolvimento econômico? Alguém imagina melhorar as engenharias e as medicina sem pesquisa científica? e sem a discussão filosófica do que é o conhecimento?”, questionou

Ainda segundo ele, a Filosofia lida com inúmeras escolas de pensamento e uma boa formação nela torna a pessoa mais apta a lidar com mudanças de paradigmas.

“Hoje tudo está mudando muito rapidamente. Modelos de vida e também de negócios mudam depressa. Para entendê-los, a formação filosófica é muito positiva. Por isso é que tanto formado em filosofia trabalha em áreas que exigem agilidade mental”, escreveu.

O filósofo lembrou, em seu post, que há cursos ruins de filosofia e de sociologia, mas também há em todas as áreas. “Um curso ruim não ajuda o aluno. Pior ainda, se for de

medicina e custar uma fortuna ao estudante! Mas quer o novo governo fechar os cursos ruins? Até agora, não parece”.

topo ↕

PORTAL CORREIO - TEMPO REAL

PB tem vagas para mestrado gratuito em recursos hídricos

Para a Paraíba, são 20 vagas reservadas, todas para o campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em Sumé

Estão abertas até 6 de maio as inscrições para 256 vagas no Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). Na Paraíba, há 20 vagas no campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em Sumé.

Inscrições

As inscrições devem ser feitas pelo site da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Ilha Solteira (SP), que é a instituição coordenadora do mestrado. Os candidatos devem anexar os documentos listados no Edital ProfÁgua nº 01/2019 e pagar uma taxa de inscrição de R\$ 70.

O curso

O curso tem 24 meses de duração, é presencial e possui atividades na modalidade de educação a distância (EaD).

Fomentado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2015, o ProfÁgua tem como objetivo proporcionar uma formação teórica e prática aos profissionais e pesquisadores da área de recursos hídricos, aprimorando suas competências pessoais e profissionais. Com esse mestrado o intuito é qualificar esse público para lidar com os desafios mais complexos da gestão e da regulação das águas no país.

Nesse sentido, os trabalhos de conclusão deverão ter um caráter de conhecimento aplicado, podendo ser no formato de manuais operativos, relatórios técnicos, aplicativos, patentes, artigos, sistemas ou mesmo dissertações.

Projetos

A ANA já investiu um pouco mais de R\$ 6,5 milhões para o funcionamento do curso nos seus primeiros anos de existência, através da descentralização de recursos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que avaliou o mestrado com a nota 4, a maior para novos cursos.

Os interessados em concorrer deverão apresentar proposta de projeto de pesquisa que seja aderente a uma ou mais linhas de pesquisa do mestrado, que são as seguintes: ferramentas aplicadas aos instrumentos de gestão de recursos hídricos; metodologias para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; planejamento e gestão de recursos hídricos; e segurança hídrica e usos múltiplos da água.

Além disso, os projetos devem seguir as normas do edital de abertura do processo seletivo, que será realizado por cada uma das 13 universidades públicas que oferecem o mestrado profissional este ano (veja a lista abaixo).

A seleção também terá uma fase de análise dos currículos dos candidatos no formato da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que constituirá a prova de títulos do processo seletivo. A análise de currículo

levará em consideração o histórico escolar da graduação, experiência profissional, experiência em pesquisa e extensão nos últimos cinco anos e capacitação em cursos de especialização ou extensão nos últimos dez anos dentro das áreas correlatas ao ProfÁgua.

Além da análise da proposta de projeto de pesquisa, os candidatos terão que fazer uma prova de conhecimentos específicos sobre gestão e regulação de recursos hídricos, sendo que as referências bibliográficas mínimas estão disponíveis no site da UNESP.

Cronograma

Segundo o cronograma da seleção, as inscrições serão homologadas em 24 de maio e o resultado após os recursos será divulgado em 3 de junho. A prova de conhecimentos específicos acontecerá em 15 de junho e o gabarito sairá em 17 de junho. O resultado após os recursos está previsto para 26 de junho.

No caso da prova de títulos e das propostas de projetos de pesquisa, as notas serão divulgadas em 8 de julho e o resultado após os recursos sairá em 15 de julho, mesmo dia em que será publicado o resultado final. As matrículas vão de 22 a 26 de julho e as aulas começarão em 12 de agosto em cada universidade participante do ProfÁgua.

Informações

Para mais informações sobre o processo seletivo do ProfÁgua os candidatos podem entrar em contato pelo e-mail profagua@unesp.br.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

No Dia Mundial da Educação, professores contam como seus mestres lhe inspiraram

Laíza, Arthur e João Gabriel foram alunos de Fernando, Ricardo e Lisânias e agora dividem a sala de aula com seus antigos mestres

O cenário não é animador. Estudos apontam que os professores brasileiros recebem salários menores do que a média vista nos países desenvolvidos, são responsáveis por turmas mais numerosas e têm menos tempo para se preparar para as aulas. É uma equação nada atrativa e com reflexos já mensurados.

Uma pesquisa do Todos pela Educação mostra que 49% dos professores não indicariam a docência a um aluno, e um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mapeou que nos últimos dez anos caiu de 7,5% para 2,4% o percentual de brasileiros com 15 anos de idade que têm intenção de atuar como professores da educação básica.

Quem são esses 2,4% e quais foram os motivos dessa escolha? Neste 28 de abril, Dia Mundial da Educação, perguntamos a jovens professores o que os levou a eleger a sala de aula como local de trabalho. Foram unânimes: a decisão pela carreira é reflexo da admiração que sentiram pelos mestres que tiveram pelo caminho.

Em algum momento - pode ter sido ainda no início da educação fundamental ou no fim do ensino médio -, cada um teve o privilégio de conviver com alguém que se tornou uma referência não só pelas matérias e pela didática, mas também pelo acolhimento em sala de aula.

Laíza, Arthur e João Gabriel foram inspirados por Fernando, Ricardo e Lisânias, respectivamente, e contam ao longo desta edição como tem sido a experiência de deixar de ser aluno para se tornar colega de trabalho dos seus mestres. Uma chance, dizem, de continuar aprendendo enquanto enfrentam o desafio diário de ensinar e, quiçá, de inspirar as futuras gerações a trilhar o mesmo caminho.

Por que 28 de abril é Dia Mundial da Educação?

A data é celebrada desde o ano 2000, quando líderes de 164 países firmaram publicamente compromisso em um movimento pela educação mundial. Isso ocorreu na cidade de Dacar, no Senegal, durante o Fórum Mundial da Educação. A data, então, serve de incentivo para a construção de valores essenciais para uma sociedade justa e saudável, por meio da educação e da participação familiar, como destacou o governo federal brasileiro em evento no ano passado. Na ocasião, a Biblioteca Nacional brasileira lembrou que, em 28 de abril de 2000, no fórum no Senegal, foi assinado um documento, a Declaração de Dacar. Nela, os países se comprometeram a não poupar esforços para que a educação chegue a todas as pessoas do planeta.

Quem assiste a uma aula de Arthur Consiglio Campelo no Colégio Santa Maria não acredita que ele pudesse fazer outra coisa da vida que não ser professor de Educação Física. Mas a decisão não foi simples. “Eu ainda estava no fundamental quando fiz um trabalho voluntário com a população do Vale do Ribeira e percebi que tinha vocação para dar aulas, lidar com pessoas. Mas só no último ano do ensino médio é que tive coragem de assumir essa escolha. Por um bom tempo, eu dizia que faria Administração de Empresas”, lembra.

Ao contar sobre a decisão, muita gente tentou dissuadi-lo, por conta do desprestígio da categoria no País. Mas foi aí que Arthur se valeu do apoio e da orientação de duas pessoas muito importantes em sua formação: os professores José Ricardo Rik do Val e Ricardo Katchborian. O primeiro era seu professor de Educação Física naquele momento, e o segundo era um mestre antigo, que o acompanhava desde os 6 anos de idade.

“Assim que ele me disse do interesse, fiquei muito feliz e o convidei para um estágio nas minhas aulas de judô, certo de que seria apenas uma confirmação. Depois de tanto tempo convivendo com o Arthur, eu já sabia que ele tinha jeito para isso”, conta Ricardo. “Na nossa profissão, ter jeito é muito mais do que dominar o conteúdo. O segredo é se interessar de verdade pela história de cada aluno e demonstrar respeito.”

Ricardo exemplifica com uma situação bem prosaica. Desde que começou a dar aulas de Educação Física, há 37 anos, ele se nega a uma prática bastante comum de elogiar o aluno mais habilidoso em determinado esporte. “Isso não é efetivo no processo de aprendizagem. Quando a gente dá aulas, o desafio é tratar todos igualmente, fazer com que todos se sintam acolhidos e estimulados.”

Arthur aprendeu direitinho a lição. Há quatro anos como professor do fundamental no Santa Maria, é muito querido pelos alunos e já percebe que vai fazer seguidores. Mas, por enquanto, o grande questionamento dos estudantes não recai sobre a situação delicada da profissão. As crianças querem mesmo é saber como ele consegue ficar tanto tempo só ensinando jogos e brincadeiras sem morrer de vontade de brincar também.

O fato de ter sido uma das melhores alunas na escola em que cursou o fundamental não foi suficiente para Laíza Souza chegar tranquila ao Liceu de Artes e Ofícios, onde fez o ensino médio integrado ao ensino técnico em Edificações. Logo no primeiro semestre, ela precisou fazer provas de recuperação em três disciplinas. Uma delas foi Topografia, ministrada por Fernando Ribeiro.

“Eu estava num momento de muito desgaste, fiz a prova e entreguei. Comecei a chorar. O Fernando olhou e me acalmou. Vi ele corrigindo a prova. Dava 5,5 e a média era 6. Comecei a chorar ainda mais. Ele não disse nada, só colocou um 6 bem grande. Me deu o meio ponto que valeu minha vida.”

A atitude de Fernando fez com que o desejo de ser professora, um sonho de infância que havia sido esquecido na adolescência, voltasse à tona. “Porque entendi que lecionar era também não deixar os alunos desistirem. E era isso que eu queria fazer.”

Hoje, dez anos após o episódio, é exatamente isso o que Laíza faz. Na sala de aula em que leciona Topografia (sim, a disciplina que quase a fez desistir do curso), ela cede um tempo da aula para conversar com os alunos sobre temas sem nenhuma relação com o conteúdo programático. “Meus alunos têm entre 15 e 17 anos, e enfrentam os mesmos problemas e dilemas que eu tive. Escuto a história de vida deles e também conto como cheguei até aqui.”

Aos 24 anos, Laíza é professora no Liceu desde 2016, quando participou de um processo seletivo que incluiu uma aula-teste avaliada por Fernando, atualmente coordenador-geral do ensino técnico no colégio. No cargo de gestão, pode-se dizer que instituiu o “aprendizado pelo afeto”. “Não acredito em ambiente de aprendizado que não tenha afeto. É do docente pela carreira, pelo aluno, pela instituição que trabalha. É do aluno pelo aprendizado, pelos colegas, pela escola”, elenca o professor.

E, assim com Laíza, Fernando - 48 anos de idade e 15 de magistério - se lembra daquele meio ponto. Mas, diferente de Laíza, não acredita que a decisão de arredondar a nota tenha salvado a vida da aluna. “Fomos nós que ganhamos. Por meio ponto, o mundo ganhou uma professora. Educação não é cálculo, transcende qualquer lógica numérica.”

Todas as terças e quintas-feiras, João Gabriel Priolli, de 32 anos, e Lizânias de Souza Lima, de 74 anos, dividem a mesma sala de aula como professores de História do ensino médio do Colégio Equipe. “Nossa sintonia é absurdamente positiva. É um trabalho afinado e sem hierarquia”, diz Lizânias. João Gabriel concorda, mas faz um adendo. “Há uma troca, mas eu ainda sou o mais beneficiado.”

É a fala convicta de quem admira o professor que o inspirou a escolher a docência. Filho de historiadora, o interesse de João Gabriel pela disciplina era antigo, mas foi a maneira de Lizânias expor o conhecimento que o instigou. “Eu admiro a forma como ele aproxima o estudante ao pesquisador de história. A disciplina no ensino médio tem o papel de ponte entre os dois mundos. Ele foi a pessoa que me despertou para eu entender que gostava de trabalhar com isso também.”

Lizânias explica que o compromisso com o conhecimento científico é seu único norte. Irrevogável. “Não faço de outro jeito. Pode ser que desista, mas nunca vou ensinar o que

não acredito”, afirma, ao salientar sua contraposição à ideia de uma escola com professores cerceados, defendida por parte da classe política. “Uma das prerrogativas da profissão é a liberdade de cátedra. Sem isso, não temos educação, temos doutrinação.”

O docente acredita, no entanto, que esse policiamento do pensamento faça com que diminua ainda mais o número de interessados pelo magistério. “É um discurso que assusta. Você vai escolher uma profissão e correr o risco de sofrer processos se fizer o que é o correto a ser feito dentro de uma sala de aula e algum estudante decidir gravar e denunciar?”

A depender de Lizânias, as aulas continuam com materiais impressos e celulares desligados. Aliás, nas turmas em que divide com João Gabriel, eles se complementam até nesse quesito. “Levo algumas ferramentas com as quais ele tem menos familiaridade, e ele me ensina que nem tudo do professor tradicional a gente quer jogar fora”, conta.

A discussão nem é mais tão recente, todavia segue atual e ardorosa. Ao mesmo tempo em que a tecnologia é inerente aos jovens do século 21, o domínio de algumas ferramentas continua a ser um desafio aos docentes, principalmente os mais antigos. “Para vencer essa resistência, é essencial que o papel das plataformas em sala de aula seja relevante”, defende Heloisa Morel, diretora executiva do Instituto Península. Leia a entrevista completa:

Muitos professores ainda têm dificuldades de se adaptarem às plataformas digitais. Quais as principais razões dessa resistência?

É claro que toda mudança pode causar desconforto, isso é algo natural do ser humano. Por isso, para quebrar essa resistência, é essencial que o papel das plataformas em sala de aula seja relevante. O professor que tem dificuldades em adotar as novidades precisa enxergar os benefícios de usar a tecnologia. As plataformas têm de ser atrativas, apoiar na resolução dos desafios que ele encontra no dia a dia, para que se sinta à vontade para adotá-las.

As instituições de ensino, em geral, auxiliam esses docentes a se adaptarem ou se concentram em pressioná-los para que se atualizem?

Existe um esforço para auxiliar os professores a se adaptarem, mas a demanda por atualização na área da educação ainda é muito maior do que esse esforço. Por isso, as instituições devem se unir aos professores nessa busca por adequação às novidades. É importante que os docentes sinalizem quais são suas principais dificuldades em se atualizar para que as instituições consigam ajudá-los da melhor maneira, em vez de apenas cobrarem que eles se atualizem.

Há professores excelentes que não conseguem e talvez nem conseguirão se adaptar a novas tecnologias. O que pode ser feito para que profissionais assim não sejam descartados?

Aqui vale lembrar que essa mudança não é individual, ela é coletiva. O mundo é digital, vivemos uma virtualidade real, a tecnologia transformou os nossos relacionamentos. A tecnologia também já está na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), em duas das

suas competências gerais, que incluem a linguagem digital e o uso de TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação). Portanto, a mudança de cultura dentro das escolas é um caminho natural, que passa primeiro pela reflexão coletiva de sua equipe sobre como ela vai entrar na sala de aula. E o professor deve participar desse processo.

Gigantes tecnológicos têm investido em plataformas e em treinamentos para auxiliar os professores em sala de aula. Críticos apontam para o risco de dependência em relação a essas empresas. Como vê essa situação?

A educação acontece em diversas frentes. Não acredito que os professores venham a depender de plataformas e treinamentos tecnológicos, pois existem outras formas de ensino, que não dependem apenas de tecnologia. De qualquer forma, entendo que a questão aqui é compreender com que propósito esse conteúdo tecnológico será absorvido em sala de aula. Qualquer solução que seja apresentada, por qualquer empresa, não pode ser apenas tida como uma solução. O professor deve refletir como ela será utilizada e quais serão seus benefícios. A tecnologia sempre tem de ser pensada como um meio para construir o processo de ensino-aprendizagem e não um fim.

**

CARACTERÍSTICAS DO DOCENTE IDEAL

1.

Domina os conteúdos curriculares das disciplinas

2.

Tem consciência das características de desenvolvimento dos alunos

3.

Conhece as didáticas das disciplinas

4.

Aplica estratégias de ensino desafiantes

5.

Organiza os objetivos e conteúdos de maneira coerente com o currículo, o desenvolvimento dos estudantes e seu nível de aprendizagem

6.

Seleciona recursos de aprendizagem de acordo com os objetivos de aprendizagem e as características de seus alunos

7.

Escolhe estratégias de avaliação coerentes com os objetivos de aprendizagem

8.

Estabelece um clima favorável para a aprendizagem

9.

Manifesta altas expectativas em relação às possibilidades de aprendizagem de todos

10.

Institui e mantém normas de convivência em sala

11.

Demonstra e promove atitudes e comportamentos positivos

12.

Comunica-se efetivamente com os pais de alunos

13.

Domina as diretrizes curriculares das disciplinas

14.

Utiliza métodos e procedimentos que promovem o desenvolvimento do pensamento autônomo

15.

Otimiza o tempo disponível para o ensino

16.

Avalia e monitora a compreensão dos conteúdos

17.

Busca aprimorar seu trabalho constantemente com base na reflexão sistemática, na autoavaliação e no estudo

18.

Trabalha em equipe

19.

Possui informação atualizada sobre as responsabilidades de sua profissão

20.

Conhece o sistema educacional e as políticas vigentes

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Com risco de chegar às escolas, negação da história preocupa especialistas

Não houve ditadura no Brasil, o Holocausto não aconteceu, os negros não foram escravizados. O chamado negacionismo histórico ganhou força nos últimos meses, impulsionado pelas redes sociais e por declarações de políticos. O tema, que era pouco estudado, agora preocupa especialistas pelo risco iminente de chegar às escolas.

"Os livros didáticos podem ser diferentes, mas há um limite que não pode ser cruzado. Não pode haver negação do conhecimento", diz o professor titular de História do Brasil Independente da Universidade de São Paulo (USP), Marcos Napolitano. "A pessoa tem uma posição política diante do nazismo, do comunismo, isso é do cidadão, não cabe ao historiador dizer. O que não pode é construir essa posição às custas da verdade histórica."

Ele e a colega Mary Junqueira vão coordenar um debate sobre o assunto na USP entre 7 e 9 de maio. Um dos objetivos é incluir o tema na formação dos novos professores de história, que precisam aprender a se munir de evidências diante das negações. Além disso, Napolitano acredita que uma forma de combater o negacionismo é os historiadores se comunicarem mais com a sociedade. "A gente não é formado para fazer um bom programa de YouTube, um texto rápido e eficaz, e sim para escrever textos longos, complicados e chatos."

O negacionismo histórico já existia ou surgiu agora?

É um termo que já existe há algum tempo e se refere à historiografia do Holocausto. Os negacionistas são aqueles que negam o Holocausto como uma política sistemática de extermínio dos judeus. Na campanha presidencial, surgiram negacionismos mais ligados à história do Brasil: não houve genocídio indígena, os portugueses nunca estiveram na África para fazer tráfico de escravos, não houve ditadura, não houve tortura. É a negação de um evento em que há evidências fortes, testemunhais, materiais, documentais. Eles dizem que não foi bem assim, não foi o objetivo da política, foi um acidente. Esse tipo de postura não tem respeitabilidade no meio historiográfico brasileiro ou internacional. Mas é um fato social.

E por que ele está surgindo hoje no Brasil?

Há um segmento ideológico da sociedade que reclama uma outra história do País, que acha que a historiografia do Brasil nos últimos anos deu ênfase à chamada vítima da história, as classes populares. A extrema direita não se reconhece na produção.

Mas essa crítica é verdadeira?

Não. Isso foi uma tendência dos anos 80, mas já nos anos 90 estava bastante equilibrado. É um visãõ preconceituosa e errônea. Aquela ideia que aparece nas redes sociais, de que toda a historiografia é de esquerda. Hoje se estuda muito as elites, o conceito de Estado, o autoritarismo, a democracia. A historiografia brasileira tem um

leque amplo, com liberais, conservadores, historiadores de esquerda que não são marxistas. Agora, todo historiador sério segue regras. Não pode achar que não existiu porque ele não gosta daquilo ou a ideologia com a qual ele se identifica não aprova.

É possível revisar a história com novas pesquisas?

Sim, é o revisionismo clássico, um processo interessante e feito com todo o respeito às regras metodológicas da área. Quando aparece uma nova fonte, uma nova demanda da sociedade, os historiadores revisam o passado. Outra coisa é o revisionismo ideológico, quando parte de um ponto, de uma polêmica ideológica com relação ao passado, e a partir disso vai buscar a revisão.

Houve revisionismo com relação à ditadura o Brasil?

Sim, e não necessariamente feito por pessoas de direita. Historiadores progressistas revisaram temas polêmicos que a própria memória de esquerda defendia, como a participação da sociedade no golpe. A memória da esquerda falava que o golpe tinha sido feito por meia dúzia de militares, alguns políticos e apoio americano. E a sociedade tinha sido vítima. Isso não corresponde à realidade histórica e, nos últimos anos, esse tema apareceu.

O negacionismo pode levar ao revisionismo?

Esse é o ponto. Muitas vezes o negacionismo puro e simples pode alimentar o revisionismo ideológico, o que pode comprometer o conhecimento.

Ele pode chegar às escolas?

Já está chegando, professores do ensino básico já ouviram de alunos que esse negócio de ditadura não existiu, que é uma invenção da esquerda. Um dos objetivos do nosso evento é discutir como os alunos de História, os pós-graduandos e os professores devem lidar com isso. Como esse tema deve ser parte formativa daqui para a frente para os professores.

Mas o que o senhor diria a um aluno seu, que será professor de História?

O professor tem de ter muito claro o que é uma evidência irrefutável. Por exemplo, por que dizemos que houve tortura? Porque há testemunhas, documentos, provas, evidências. A ditadura? Por que tivemos um governo que caçou parlamentares, fechou o Congresso, governou à base de atos institucionais. Isso é uma evidência de um regime autoritário, você pode não chamar de ditadura se não gostar. Mas não dá para chamar de democracia.

Os livros didáticos podem incorporar o negacionismo?

O livro tem uma ligação forte com a produção historiográfica. Algumas pesquisas novas às vezes demoram para chegar à escola. Mas se o MEC resolver interferir na avaliação dos livros, isso é uma forma de pressionar para que se incorpore negacionismos. E não é só na História. Há o criacionismo, por exemplo. Como você vai dar estatuto de opinião científica para o criacionismo? Com todo respeito à religião, não há evidência. Esse tipo

de coisa não pode chegar ao livro didático. Eles podem ser diferentes, mas há um limite que não pode ser cruzado. Não pode haver negação do conhecimento.

Qual o impacto de declarações negacionistas vindas do governo?

Isso interfere no trabalho historiográfico porque sinaliza para a sociedade, com toda a autoridade que o presidente tem, que aquela opinião é válida do ponto de vista histórico. A pessoa tem uma posição política diante do nazismo, do comunismo, isso é do cidadão, não cabe ao historiador dizer. O que não pode é construir essa posição política e ideológica às custas da verdade histórica.

Qual a maneira de combater o negacionismo?

Uma maneira é a universidade construir canais de conversa com a sociedade. É começar a pensar no que a gente tem chamado de história pública, como criar conexões, desde a produção audiovisual até uma matéria em um jornal. A produção historiográfica nos últimos 40 anos se voltou muito para o público interno das universidades. Um debate só entre pares. É hora de os historiadores começarem a ocupar esse espaço. A gente não é formado para fazer um bom programa de YouTube, um texto rápido e eficaz, somos treinados para escrever textos longos, complicados e chatos. Mas é um desafio que se coloca hoje.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Correção : Não se pode negar o conhecimento, diz professor de História da USP
São Paulo

A matéria enviada anteriormente continha as seguintes incorreções:

No 5º parágrafo a frase "tráfego de escravos" foi corrigida para "tráfico de escravos";
No 15º parágrafo, trocamos a palavra "compreender" por "comprometer". Segue o texto corrigido.

Não houve ditadura no Brasil, o Holocausto não aconteceu, os negros não foram escravizados. O chamado negacionismo histórico ganhou força nos últimos meses, impulsionado pelas redes sociais e por declarações de políticos. O tema, que era pouco estudado, agora preocupa especialistas pelo risco iminente de chegar às escolas.

"Os livros didáticos podem ser diferentes, mas há um limite que não pode ser cruzado. Não pode haver negação do conhecimento", diz o professor titular de História do Brasil Independente da Universidade de São Paulo (USP), Marcos Napolitano. "A pessoa tem uma posição política diante do nazismo, do comunismo, isso é do cidadão, não cabe ao historiador dizer. O que não pode é construir essa posição às custas da verdade histórica."

Ele e a colega Mary Junqueira coordenam um debate sobre o assunto na USP entre 7 e 9 de maio. Um dos objetivos é incluir o tema na formação dos novos professores de história, que precisam aprender a se munir de evidências diante das negações. Além disso, Napolitano acredita que uma forma de combater o negacionismo é os historiadores se comunicarem mais com a sociedade. "A gente não é formado para fazer

um bom programa de YouTube, um texto rápido e eficaz, e sim para escrever textos longos, complicados e chatos."

O negacionismo histórico já existia ou surgiu agora?

É um termo que já existe há algum tempo e se refere à historiografia do Holocausto. Os negacionistas são aqueles que negam o Holocausto como uma política sistemática de extermínio dos judeus. Na campanha presidencial, surgiram negacionismos mais ligados à história do Brasil: não houve genocídio indígena, os portugueses nunca estiveram na África para fazer tráfico de escravos, não houve ditadura, não houve tortura. É a negação de um evento em que há evidências fortes, testemunhais, materiais, documentais. Eles dizem que não foi bem assim, não foi o objetivo da política, foi um acidente. Esse tipo de postura não tem respeitabilidade no meio historiográfico brasileiro ou internacional. Mas é um fato social.

E por que ele está surgindo hoje no Brasil?

Há um segmento ideológico da sociedade que reclama uma outra história do País, que acha que a historiografia do Brasil nos últimos anos deu ênfase à chamada vítima da história, as classes populares. A extrema direita não se reconhece na produção.

Mas essa crítica é verdadeira?

Não. Isso foi uma tendência dos anos 80, mas já nos anos 90 estava bastante equilibrado. É um visão preconceituosa e errônea. Aquela ideia que aparece nas redes sociais, de que toda a historiografia é de esquerda. Hoje se estuda muito as elites, o conceito de Estado, o autoritarismo, a democracia. A historiografia brasileira tem um leque amplo, com liberais, conservadores, historiadores de esquerda que não são marxistas. Agora, todo historiador sério segue regras. Não pode achar que não existiu porque ele não gosta daquilo ou a ideologia com a qual ele se identifica não aprova.

É possível revisar a história com novas pesquisas?

Sim, é o revisionismo clássico, um processo interessante e feito com todo o respeito às regras metodológicas da área. Quando aparece uma nova fonte, uma nova demanda da sociedade, os historiadores revisam o passado. Outra coisa é o revisionismo ideológico, quando parte de um ponto, de uma polêmica ideológica com relação ao passado, e a partir disso vai buscar a revisão.

Houve revisionismo com relação à ditadura o Brasil?

Sim, e não necessariamente feito por pessoas de direita. Historiadores progressistas revisaram temas polêmicos que a própria memória de esquerda defendia, como a participação da sociedade no golpe. A memória de esquerda falava que o golpe tinha sido feito por meia dúzia de militares, alguns políticos e apoio americano. E a sociedade tinha sido vítima. Isso não corresponde à realidade histórica e, nos últimos anos, esse tema apareceu.

O negacionismo pode levar ao revisionismo?

Esse é o ponto. Muitas vezes o negacionismo puro e simples pode alimentar o revisionismo ideológico, o que pode comprometer o conhecimento.

Ele pode chegar às escolas?

Já está chegando, professores do ensino básico já ouviram de alunos que esse negócio de ditadura não existiu, que é uma invenção da esquerda. Um dos objetivos do nosso evento é discutir como os alunos de História, os pós-graduandos e os professores devem lidar com isso. Como esse tema deve ser parte formativa daqui para a frente para os professores.

Mas o que o senhor diria a um aluno seu, que será professor de História?

O professor tem de ter muito claro o que é uma evidência irrefutável. Por exemplo, por que dizemos que houve tortura? Porque há testemunhas, documentos, provas, evidências. A ditadura? Por que tivemos um governo que caçou parlamentares, fechou o Congresso, governou à base de atos institucionais. Isso é uma evidência de um regime autoritário, você pode não chamar de ditadura se não gostar. Mas não dá para chamar de democracia.

Os livros didáticos podem incorporar o negacionismo?

O livro tem uma ligação forte com a produção historiográfica. Algumas pesquisas novas às vezes demoram para chegar à escola. Mas se o MEC resolver interferir na avaliação dos livros, isso é uma forma de pressionar para que se incorpore negacionismos E não é só na História. Há o criacionismo, por exemplo. Como você vai dar estatuto de opinião científica para o criacionismo? Com todo respeito à religião, não há evidência. Esse tipo de coisa não pode chegar ao livro didático. Eles podem ser diferentes, mas há um limite que não pode ser cruzado. Não pode haver negação do conhecimento.

Qual o impacto de declarações negacionistas vindas do governo?

Isso interfere no trabalho historiográfico porque sinaliza para a sociedade, com toda a autoridade que o presidente tem, que aquela opinião é válida do ponto de vista histórico. A pessoa tem uma posição política diante do nazismo, do comunismo, isso é do cidadão, não cabe ao historiador dizer. O que não pode é construir essa posição política e ideológica às custas da verdade histórica.

Qual a maneira de combater o negacionismo?

Uma maneira é a universidade construir canais de conversa com a sociedade. É começar a pensar no que a gente tem chamado de história pública, como criar conexões, desde a produção audiovisual até uma matéria em um jornal. A produção historiográfica nos últimos 40 anos se voltou muito para o público interno das universidades. Um debate só entre pares. É hora de os historiadores começarem a ocupar esse espaço. A gente não é formado para fazer um bom programa de YouTube, um texto rápido e eficaz, somos treinados para escrever textos longos, complicados e chatos. Mas é um desafio que se coloca hoje.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

UnB brilha no exterior

Três estudantes e quatro professores levaram o nome da universidade à competição mundial de programação pela primeira vez

Pela primeira vez, a Universidade de Brasília (UnB) chegou à final da maior competição de programação para universitários do mundo, o International Collegiate Programming Contest (ICPC), que ocorreu em março, na cidade de Porto, em Portugal. Cerca de 16 mil times de 3 mil universidades do mundo inteiro se inscreveram e apenas 135 foram selecionados para a final, sendo cinco grupos brasileiros na disputa que é a Copa do Mundo da programação. A equipe brasiliense voltou para casa com a 57ª posição e, apesar de não conseguir as primeiras colocações, os integrantes estão orgulhosos do resultado inédito.

Os estudantes Rafael Lourenço de Lima, 19 anos, José Marcos Silva, 22, e Luís Felipe Braga, 20, comemoram terem ficado à frente de grandes nomes nacionais, como a Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e internacionais, como Princeton, uma das maiores instituições de ensino superior dos Estados Unidos. O trio foi o segundo colocado da América Latina, atrás apenas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O treinamento foi dado pelos professores Vinícius Borges e Guilherme Novaes, além dos ex-alunos Pedro Henrique Ferreira e Matheus Pimenta.

No dia da disputa, eles tiveram cinco horas para resolver 12 questões. Para cada uma, os estudantes desenvolvem programas de computador que solucionam os problemas apresentados. Nas provas finais, devem encontrar e enviar respostas no menor tempo possível. O primeiro critério de classificação é o número de acertos e o segundo, a velocidade, ou seja, aqueles que resolvem mais questões em menos tempo lideram a competição. De modo geral, os alunos transformam lógica em códigos compreensíveis a um computador para que ele elimine o problema.

Prestes a se formar em engenharia da computação, Rafael Lourenço recorda a dificuldade da prova. “A última questão foi a mais desafiadora. Resolvemos cinco faltando sete minutos para acabar. Nenhuma equipe solucionou todas. É como um vestibular, não é feito para responder 100%”, compara. O caçula da equipe ingressou no ensino superior aos 15 anos, empolgado depois de participar da Olimpíada Brasileira de Informática. “A área da programação competitiva é muito boa para formar bases de conhecimento e para a nossa formação”, afirmou Rafael.

A caminhada

Em 2018, a primeira eliminatória dos grupos ocorreu na UnB e a segunda selecionou os competidores que representariam a região Centro-Oeste. A Maratona de Programação é a final sul-americana, promovida pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC), responsável por classificar cinco times para disputar a ICPC 2019. “Ficamos eufóricos quando passamos para a final mundial”, lembra Luís Felipe, que está no 7º semestre de ciência da computação.

Ele quer ir novamente no ano que vem. “É legal ver gente do mundo todo que gosta de programar”, comenta. Assim como Rafael, ele também está decidindo o que fará depois da graduação. “Vou terminar a faculdade no ano que vem. Tenho que pesquisar sobre outras áreas da computação para decidir se vou para o mercado de trabalho ou a área acadêmica, mas devo continuar participando de competições de programação on-line”,

avalia.

Para chegar ao evento acirrado, o grupo teve anos de treinamento. Inicialmente, os alunos participam de uma disciplina ofertada pela UnB que apresenta desafios similares aos das maratonas competitivas. Aqueles com interesse em avançar na programação começam a estudar por conta própria e desenvolvem o hábito de praticar por provas online e com o direcionamento de professores e alunos mais experientes. O professor Guilherme diz que a ferramenta é importante no treinamento: “Depois de terminar a prova, é oferecido um modelo de resposta e o caminho para chegar; isso serve para o aluno aprender o que não conseguiu resolver antes”.

José Marcos é o mais antigo do trio. Ele está no 9º semestre de ciências da computação e conta que levou quatro anos treinando e aperfeiçoando as habilidades que o levaram a Porto. A dedicação já mostra resultados: pouco antes do ICPC, recebeu uma proposta de estágio em uma empresa de jogos e agora mora em São Paulo, de onde vai concluir, a distância, a graduação na UnB. Ele reforça a importância do projeto no meio acadêmico. “A programação ajuda o aluno nas matérias ao longo do curso, e a taxa de pessoas que passam nas disciplinas aumenta.”

O professor do Departamento de Ciência da Computação e coordenador do curso de engenharia mecatrônica da UnB, Guilherme Novaes, acompanha as equipes participantes desde 2012. Ele afirma que um dos efeitos positivos da competição é a divulgação do nome da universidade como ensino público, gratuito e de qualidade. “É muito difícil conseguir chegar à final, e é uma satisfação ver o esforço e o resultado do time”, relata. Até então, o mais longe que a instituição havia chegado era a etapa de eliminatórias da América Latina.

16 mil

Número de times do mundo inteiro que participaram da competição

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NAS ENTRELINHAS

Mora na filosofia

A mais recente polêmica protagonizada pelo presidente Bolsonaro é sobre o ensino de Humanas nas universidades, segundo ele, um desperdício de recursos

Devido ao suicídio de Getúlio Vargas no ano anterior, um presidente de enorme prestígio popular, o carnaval de 1955 era esperado com muito baixo-astal, mas o que aconteceu foi exatamente o contrário. O povo foi pra rua se divertir e a festa pegou fogo, com muitos sambas e marchinhas de sucesso. Foi o caso de Mora na filosofia, de autoria de Monsueto Menezes com Arnaldo Passos (parceiro de Geraldo Pereira), na voz de Marlene.

Regravado na década de 1970, no LP Transa, por Caetano Veloso, com um arranjo espetacular de Jards Macalé, é ainda hoje considerado um dos mais belos sambas da história da nossa música popular: “Eu vou lhe dar a decisão / Botei na balança/ Você não pesou/ Botei na peneira / Você não passou / Mora na filosofia / Pra que rimar/Amor e dor”. Aquele carnaval foi uma lição de que “a arte existe porque a vida não basta”, como diria mais tarde o poeta Ferreira Gullar.

Judeu de origem sefardita, o antropólogo, sociólogo e filósofo Edgar Morin, cujo

verdadeiro sobrenome era Nahoum, foi um herói da Resistência francesa durante a II Guerra Mundial, o que lhe valeu as tarefas de adido ao Estado-maior do Primeiro Exército francês na Alemanha ocupada, em 1945. Sua principal obra são os seis volumes de O método, no qual questiona o fechamento ideológico e paradigmático das ciências. Diante dos problemas complexos que as sociedades contemporâneas enfrentam, dizia, em meados da década de 1970, apenas estudos de caráter interpolitransdisciplinar poderiam resultar em análises satisfatórias de tais complexidades. “Somos complexos”, dizia.

Segundo Morin, o conhecimento complexo não está limitado à ciência, pois há na literatura, na poesia, nas artes, um profundo conhecimento. Todas as grandes obras de arte possuem um profundo pensamento sobre a vida. Segundo o próprio Morin, devemos romper com a noção de ter as artes de um lado e o pensamento científico do outro. Certo estava Paulo Vanzolini, autor de Ronda, o hino na noite paulista, entre outras canções antológicas: “De noite eu rondo a cidade / A lhe procurar sem encontrar / No meio de olhares espio / Em todos os bares você não está / Volto pra casa abatida / Desencantada da vida / O sonho alegria me dá / Nele você está”.

Compositor de Volta por cima e Na boca da noite, Vanzolini era zoólogo e foi um dos idealizadores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Com seu trabalho, a USP aumentou a coleção de répteis do seu Museu de Zoologia de cerca de 1,2 mil para 230 mil exemplares. Com o geógrafo Aziz Ab’Saber e com o norte-americano Ernest Williams, desenvolveu a Teoria do Refúgio em suas expedições pela Amazônia.

Ética

A mais recente polêmica protagonizada pelo presidente Jair Bolsonaro é sobre o ensino de filosofia, sociologia e história nas universidades, segundo ele, um desperdício de recursos públicos, diante das deficiências do país em outras áreas, como engenharia, medicina e veterinária. Realmente, existe um subinvestimento nessas áreas, que exigem muito mais infraestrutura para a formação dos alunos. A maioria das faculdades não dispõe de recursos materiais nem humanos do nível, por exemplo, do Instituto Militar de Engenharia (IME), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), da Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

Por ironia, as ideias defendidas por Bolsonaro estão ancoradas na filosofia medieval: a escolástica. Seu expoente foi São Tomás de Aquino, cuja teologia tinha por objetivo provar a existência de Deus ou de seus atributos por modos puramente filosóficos. O “tomismo” conciliou as posições e os métodos de Aristóteles com o cristianismo, tornando-se a corrente filosófica oficial da Igreja Católica na Idade Média, com influência na ética, na teoria política e na metafísica, até o Renascimento e o Iluminismo.

Tomás de Aquino foi o grande teólogo da guerra (justa por uma boa causa, se declarada por uma autoridade legítima e com objetivo de alcançar a paz). Muito criticado por Maquiavel, o “tomismo” (aristotelismo cristão) foi uma ruptura com o pensamento de Platão, aquele filósofo da fábula do homem da caverna, que enxergava as sombras na

escuridão, mas quando vê a luz fica cego e, ao voltar pra caverna, não enxerga mais. A ciência sem a ética, a antropologia e a sociologia é um perigo. Exemplos não faltam.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL TIROTEIO

O governo deveria fechar cursos ruins de qualquer área, não cursos que ensinam a pensar ou a entender a sociedade

De Renato Janine, ex-ministro da Educação, sobre o anúncio de Jair Bolsonaro de que estuda cortar verbas para filosofia e sociologia

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/04/28/lideres-do-centrao-dizem-que-reforma-nao-vai-tramitar-no-prazo-do-governo-mas-no-que-e-possivel/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Quantos cientistas ficarão num país que lhes nega dinheiro até para conta de luz? Ministério da Ciência e Tecnologia sofreu corte de 42% do seu orçamento

A visão sobre a pesquisa científica no governo de Jair Bolsonaro (PSL) oscila entre dois extremos. Nenhum deles se baseia na realidade.

Valoriza-a, em aparência, tendo fixado como meta, na campanha eleitoral, mais que duplicar o gasto com ela, elevando-a para 3% do produto interno bruto (PIB). Nessa seara, o país vegeta em torno de 1% do PIB; como se acha em situação orçamentária deplorável, nem em sonhos conseguirá dar esse salto nos próximos anos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleite/2019/04/quantos-cientistas-ficarao-num-pais-que-lhes-nega-dinheiro-ate-para-conta-de-luz.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Ninguém fica para trás

Um dos lemas dos países que têm atualmente o melhor desempenho em educação no mundo é não deixar ninguém para trás. Ou seja, acreditar que qualquer criança pode aprender. E mover o ensino para isso. É assim na Estônia, Finlândia, Cingapura. Dão, inclusive, mais atenção e mais recursos aos mais pobres, com pais menos escolarizados, sem acesso a livros. Vários resultados já deixam claro que o Brasil não segue essa máxima.

Um dos mais tristes é o que demonstra que os professores não acreditam que seus alunos terão um futuro. Dados recentes tabulados pelo Instituto Iede mostram que só 55,2% dos que dão aulas para o 5.º ano, ou seja, para crianças de 10 anos, acham que elas terminarão a escola. E, pior ainda, apenas 13,3% acreditam que elas entrarão na universidade. As declarações foram dadas em questionários DAS provas do Sistema Avaliação da Educação Básica (Saeb) feito pelo Ministério da Educação (MEC) em 2017, em todo o País.

Alunos mais velhos têm ainda menos confiança de seus professores. Os que dão aula no 9.º ano acreditam que só 8% entrarão na faculdade. Os docentes do 3.º ano do ensino médio – talvez por causa da proximidade do ensino superior – sobem sua expectativa

para 10% dos estudantes. Numa sala de 40 alunos do último ano da educação básica, só 4 chegarão ao nível superior, segundo quem os ensina.

Diversas pesquisas no mundo todo têm mostrado há décadas o efeito nefasto da baixa expectativa na aprendizagem dos alunos. Crianças desestimuladas têm desempenho pior ou acabam deixando a escola. Um estudo americano antigo escolheu crianças aleatoriamente e informou a seus professores que elas tinham passado por testes que demonstravam alta capacidade intelectual, o que não era verdade. No fim do experimento, elas apresentavam desempenho realmente superior a outras que tinham habilidades e perfis semelhantes. Isso mostrou que a dedicação dos docentes a esse grupo acabou sendo determinante para seu aprendizado.

No Brasil, é comum professores sentenciarem alunos por serem pobres, negros, viverem em favelas ou terem pais presidiários, por exemplo. Na mesma pesquisa tabulada pelo Iede, eles dizem que fatores ligados ao próprio aluno e à família impactam mais nos problemas de aprendizagem do que itens relacionados ao currículo, estrutura e gestão da escola. Mais de 90% citam a falta de ajuda dos pais e o desinteresse do estudante como razões pelo baixo desempenho. Só 16% acreditam que os conteúdos curriculares inadequados podem impedir o aluno de aprender.

Países no topo da educação mundial têm políticas específicas para estudantes considerados vulneráveis, como acompanhar mais de perto as crianças desde a educação infantil ou trabalhos especiais para aqueles que demonstram que podem vir a repetir de ano. Alunos nas escolas em regiões mais pobres da Finlândia, Estônia e China, por exemplo, tiveram desempenho bem mais alto no Pisa, a avaliação internacional de estudantes, que outros na mesma situação em países que não tomaram medidas para melhorar a aprendizagem dessas crianças. Como o Brasil.

Mas há mudanças mais simples. Outro estudo americano dá dicas para professores promoverem altas expectativas nos estudantes. Entre elas, enfatizar que os alunos são bons em coisas diferentes ou dar tempo suficiente para que a criança com dificuldade dê sua resposta durante explanações para a sala. Um erro fatal é chamar um colega “mais sabido” para completar a resposta que o outro não conseguiu terminar. Não deixar nenhuma criança para trás é mais que uma política pública. É um esforço da sociedade para se livrar de preconceitos e acreditar que todas as suas crianças podem aprender.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

USP lança Cátedra de Educação Básica

A Universidade de São Paulo (USP) lançou no início deste ano uma Cátedra de Educação Básica, com o objetivo de identificar medidas que possam orientar as políticas públicas dessa etapa, que abrange da educação infantil ao ensino médio. A iniciativa do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e da Fundação Itaú Social foi inspirada na atuação do Grupo de Estudos Educação Básica Pública Brasileira do IEA.

Durante dois anos, 2017 e 2018, o grupo mapeou questões relevantes no cenário da educação básica no Brasil. Entre elas estão a alta rotatividade das equipes escolares, a ausência de autonomia da unidade escolar para selecionar o corpo docente, as pesadas jornadas de trabalho (que não comportam elaboração pedagógica coletiva), a infraestrutura deficiente, a visão fragmentada da gestão educacional e remuneração e

carreiras desestimulantes.

“Queremos orientar políticas educacionais, fazer uma linha direta com a escola real e não ser um trabalho meramente acadêmico”, afirma Luis Carlos de Menezes, um dos coordenadores. “A ideia central é ter a participação intensa de professores e gestores, com ações complementares à permanente relação da universidade com a educação básica. A urgência de repensar esses fatores em conjunto é o que nos motiva.”

Com reuniões semanais e seminários esporádicos, a cada semestre serão abordados diferentes aspectos da área. Neste primeiro, o foco é a figura do professor, sua formação e competência. No próximo será o papel da escola, abrangendo temas como diversidade e interdisciplinaridade. A cátedra tem duração prevista de cinco anos, com o investimento de R\$ 5 milhões.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Formação em mídia reforça cidadania

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) firmou na semana passada com o Instituto Palavra Aberta uma parceria visando a promover a educação midiática de jovens estudantes brasileiros. De acordo com a organização, a cooperação vai capacitar professores para que abordem o tema com os alunos e tratem de tópicos como acesso à informação no mundo digital e a função das mídias nas democracias. “Consideramos essencial a promoção da educação midiática e informacional diante da desinformação que vemos no ambiente da web”, disse em nota a diretora e representante da Unesco no Brasil, Marlova Noletto.

A primeira ação da parceria será a construção de um currículo para a formação de professores, a partir de diretrizes já publicadas pela agência da ONU sobre o tema. O conteúdo de cursos de Pedagogia e Letras será alvo da articulação dessas instituições. “Nosso contexto tem exigido frequentemente a reafirmação da liberdade de expressão como um pilar da democracia. Nesse sentido, por meio dos professores, estaremos formando uma geração de cidadãos com habilidade de acessar, analisar, criar e participar do mundo da informação digital, sempre com olhar analítico e crítico”, afirmou em nota divulgada à imprensa a presidente executiva do Palavra Aberta, Patricia Blanco.

Base comum. A educação midiática está contemplada em diversas áreas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), seja nas competências gerais ou em habilidades específicas, apontam as duas instituições. Elas ressaltaram que, entre as dez competências gerais, a que diz respeito à cultura digital prevê que o aluno seja capaz de “compreender, utilizar e criar tecnologias de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais”. A Unesco destacou que a educação midiática aprimora a capacidade das pessoas de exercerem os direitos humanos fundamentais. “Entre os principais benefícios desses conteúdos estão a capacitação dos professores e a transmissão de conhecimentos cruciais sobre as funções das mídias e dos canais de informação nas sociedades democráticas”, reforçou a instituição.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Não se pode negar o conhecimento

Para docente, livros didáticos podem ser diferentes, mas ‘há um limite que não pode ser cruzado’

Entrevista com Marcos Napolitano, professor titular de História do Brasil da USP

Não houve ditadura no Brasil, o Holocausto não aconteceu, os negros não foram escravizados. O chamado negacionismo histórico ganhou força nos últimos meses, impulsionado pelas redes sociais e por declarações de políticos. O tema, que era pouco estudado, agora preocupa especialistas pelo risco iminente de chegar às escolas.

“Os livros didáticos podem ser diferentes, mas há um limite que não pode ser cruzado. Não pode haver negação do conhecimento”, diz o professor titular de História do Brasil Independente da Universidade de São Paulo (USP), Marcos Napolitano. “A pessoa tem uma posição política diante do nazismo, do comunismo, isso é do cidadão, não cabe ao historiador dizer. O que não pode é construir essa posição às custas da verdade histórica.”

Ele e a colega Mary Junqueira coordenam um debate sobre o assunto na USP entre 7 e 9 de maio. Um dos objetivos é incluir o tema na formação dos novos professores de história, que precisam aprender a se munir de evidências diante das negações. Além disso, Napolitano acredita que uma forma de combater o negacionismo é os historiadores se comunicarem mais com a sociedade. “A gente não é formado para fazer um bom programa de YouTube, um texto rápido e eficaz, e sim para escrever textos longos, complicados e chatos.”

O negacionismo histórico já existia ou surgiu agora?

É um termo que já existe há algum tempo e se refere à historiografia do Holocausto. Os negacionistas são aqueles que negam o Holocausto como uma política sistemática de extermínio dos judeus. Na campanha presidencial, surgiram negacionismos mais ligados à história do Brasil: não houve genocídio indígena, os portugueses nunca estiveram na África para fazer tráfico de escravos, não houve ditadura, não houve tortura. É a negação de um evento em que há evidências fortes, testemunhais, materiais, documentais. Eles dizem que não foi bem assim, não foi o objetivo da política, foi um acidente. Esse tipo de postura não tem respeitabilidade no meio historiográfico brasileiro ou internacional. Mas é um fato social.

E por que ele está surgindo hoje no Brasil?

Há um segmento ideológico da sociedade que reclama uma outra história do País, que acha que a historiografia do Brasil nos últimos anos deu ênfase à chamada vítima da história, as classes populares. A extrema direita não se reconhece na produção.

Mas essa crítica é verdadeira?

Não. Isso foi uma tendência dos anos 80, mas já nos anos 90 estava bastante equilibrado. É um visão preconceituosa e errônea. Aquela ideia que aparece nas redes sociais, de que toda a historiografia é de esquerda. Hoje se estuda muito as elites, o conceito de Estado, o autoritarismo, a democracia. A historiografia brasileira tem um leque amplo, com liberais, conservadores, historiadores de esquerda que não são marxistas. Agora, todo historiador sério segue regras. Não pode achar que não existiu

porque ele não gosta daquilo ou a ideologia com a qual ele se identifica não aprova.

É possível revisar a história com novas pesquisas?

Sim, é o revisionismo clássico, um processo interessante e feito com todo o respeito às regras metodológicas da área. Quando aparece uma nova fonte, uma nova demanda da sociedade, os historiadores revisam o passado. Outra coisa é o revisionismo ideológico, quando parte de um ponto, de uma polêmica ideológica com relação ao passado, e a partir disso vai buscar a revisão.

Houve revisionismo com relação à ditadura o Brasil?

Sim, e não necessariamente feito por pessoas de direita. Historiadores progressistas revisaram temas polêmicos que a própria memória de esquerda defendia, como a participação da sociedade no golpe. A memória da esquerda falava que o golpe tinha sido feito por meia dúzia de militares, alguns políticos e apoio americano. E a sociedade tinha sido vítima. Isso não corresponde à realidade histórica e, nos últimos anos, esse tema apareceu.

O negacionismo pode levar ao revisionismo?

Esse é o ponto. Muitas vezes o negacionismo puro e simples pode alimentar o revisionismo ideológico, o que pode comprometer o conhecimento.

Ele pode chegar às escolas?

Já está chegando, professores do ensino básico já ouviram de alunos que esse negócio de ditadura não existiu, que é uma invenção da esquerda. Um dos objetivos do nosso evento é discutir como os alunos de História, os pós-graduandos e os professores devem lidar com isso. Como esse tema deve ser parte formativa daqui para a frente para os professores.

Mas o que o senhor diria a um aluno seu, que será professor de História?

O professor tem de ter muito claro o que é uma evidência irrefutável. Por exemplo, por que dizemos que houve tortura? Porque há testemunhas, documentos, provas, evidências. A ditadura? Por que tivemos um governo que caçou parlamentares, fechou o Congresso, governou à base de atos institucionais. Isso é uma evidência de um regime autoritário, você pode não chamar de ditadura se não gostar. Mas não dá para chamar de democracia.

Os livros didáticos podem incorporar o negacionismo?

O livro tem uma ligação forte com a produção historiográfica. Algumas pesquisas novas às vezes demoram para chegar à escola. Mas se o MEC resolver interferir na avaliação dos livros, isso é uma forma de pressionar para que se incorpore negacionismos. E não é só na História. Há o criacionismo, por exemplo. Como você vai dar estatuto de opinião científica para o criacionismo? Com todo respeito à religião, não há evidência. Esse tipo de coisa não pode chegar ao livro didático. Eles podem ser diferentes, mas há um limite que não pode ser cruzado. Não pode haver negação do conhecimento.

Qual o impacto de declarações negacionistas vindas do governo?

Isso interfere no trabalho historiográfico porque sinaliza para a sociedade, com toda a autoridade que o presidente tem, que aquela opinião é válida do ponto de vista histórico. A pessoa tem uma posição política diante do nazismo, do comunismo, isso é do cidadão, não cabe ao historiador dizer. O que não pode é construir essa posição política e ideológica às custas da verdade histórica.

Qual a maneira de combater o negacionismo?

Uma maneira é a universidade construir canais de conversa com a sociedade. É começar a pensar no que a gente tem chamado de história pública, como criar conexões, desde a produção audiovisual até uma matéria em um jornal. A produção historiográfica nos últimos 40 anos se voltou muito para o público interno das universidades. Um debate só entre pares. É hora de os historiadores começarem a ocupar esse espaço. A gente não é formado para fazer um bom programa de YouTube, um texto rápido e eficaz, somos treinados para escrever textos longos, complicados e chatos. Mas é um desafio que se coloca hoje.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

A marcha do obscurantismo

Num intervalo de dois dias, Jair Bolsonaro censurou uma campanha publicitária, fez novas declarações homofóbicas e ameaçou cortar vagas em cursos de ciências humanas. As três ações mostram que o presidente está determinado a radicalizar na agenda ideológica. Mesmo quando é alertado para os efeitos negativos na economia e na imagem do país no exterior. Bolsonaro interferiu no Banco do Brasil para vetar uma propaganda com foco na diversidade. A campanha proibida não tinha conteúdo político.

O que incomodou o presidente foi a presença de jovens tatuados, rapazes de cabelo comprido e uma atriz transexual. Tipos comuns nas ruas do país, que o BB e seus concorrentes privados desejam atrair como correntistas. O vídeo custou R\$ 17 milhões e estava no ar havia duas semanas. Além de jogar o trabalho no lixo e derrubar um diretor do banco, Bolsonaro determinou a censura prévia a toda a publicidade do governo, informou o repórter Gabriel Mascarenhas na coluna de Lauro Jardim.

O próximo passo pode ser a recriação do DIP, o finado Departamento de Imprensa e Propaganda. Em café com jornalistas, o presidente renovou seu estoque de declarações preconceituosas. Referindo-se ao turismo internacional, disse: “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro”. A fala é irresponsável em vários sentidos. Reforça a discriminação e estimula o turismo sexual, ao sugerir que as brasileiras são mercadoria à venda. Além disso, prejudica um setor que gera emprego e traz dólares ao Brasil.

Na sexta, Bolsonaro anunciou o plano de “descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)” e “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”. O presidente endossou as palavras do ministro Abraham Weintraub, para quem os filhos de agricultores não podem sonhar com um diploma de antropologia. Antes de assumir o cargo, ele havia afirmado que os comunistas controlam os bancos, jornais e as grandes empresas. Seria o

caso de dar risadas e o autor da frase não estivesse à frente de uma área estratégica para o país. A ameaça às faculdades também se enquadra na guerra cultural que Bolsonaro insiste em travar, usando o governo como arma e os brasileiros como cobaias.

O presidente vê as universidades públicas como antros de subversivos. Numa simplificação grosseira, divide o meio acadêmico entre cursos profissionalizantes e escolinhas de doutrinação esquerdista. É uma visão obtusa, que ignora a necessidade de investir em conhecimento e a autonomia universitária, assegurada pela Constituição. A cruzada do capitão vai muito além da defesa de ideias retrógradas. O objetivo é asfixiar quem não concorda com seus valores e não se encaixa em seu modelo de família. Há poucos dias, o deputado Eduardo Bolsonaro foi a Budapeste tirar fotos com o premiê Viktor Orbán, um dos autocratas que inspiram o clã presidencial. Para saber onde a nossa marcha obscurantista pode dar, vale ler sobre o governo de extrema direita da Hungria.

topo ↕

O GLOBO - RJ - LAURO JARDIM GOVERNO - Tiro único

Jair Bolsonaro, definitivamente, tem uma queda por perfis incomuns para ocupar o MEC. Substituto do patético Ricardo Vélez, Abraham Weintraub gosta de dizer abertamente que comunistas merecem levar bala na cabeça. A um parlamentar, na semana passada, defendeu que o cidadão só possa cursar universidade pública uma vez na vida. Caso decida mudar de carreira, continuou Weintraub, precisa ressarcir o estado pela gratuidade a que teve direito, antes de ingressar na faculdade federal novamente.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS SALVANDO ARQUIVOS

São diversas operações em curso na Esplanada dos Ministérios. Algumas já foram concluídas, outras vão bem adiantadas, e há ainda as que estão no começo. São ações discretas, escondidas, de gravação em HDs de arquivos que contam parte da história recente da administração pública e que servidores temem serem apagados pelos novos mandatários que desgostem de seu conteúdo por razões ideológicas. Em pelo menos três ministérios, Relações Exteriores, Educação e Meio Ambiente, algumas dezenas de terabytes de dados já foram copiados para servirem como backup numa eventual limpeza de arquivos considerados inconvenientes pela nova turma.

topo ↕

O GLOBO - RJ - RIO

Alunos sem vagas no estado vão para rede particular Liminar obriga o governo a pagar matrícula e mensalidade a estudantes que não conseguiram colocação em unidade pública

O juiz Pedro Henrique Alves, da 1ª Vara da Infância da Juventude e do Idoso, concedeu liminar obrigando o governo do estado a pagar por vagas em escolas privadas para alunos que não tenham conseguido uma colocação na rede pública. De acordo com a decisão provisória, o estado também deve arcar com a matrícula e outros custos desses estudantes durante o ano letivo de 2019, segundo publicou o G1.

Em fevereiro, o secretário estadual de Educação, Pedro Fernandes, já havia apresentado uma proposta de compra de vagas em escolas privadas. No entanto, segundo Fernandes, a Defensoria Pública não considerou a medida necessária na época. Procurado pelo GLOBO, o secretário garantiu que, no momento, não há mais carência de vagas na rede estadual.

No começo do ano, Pedro Fernandes tinha dito que havia um déficit de 16 mil vagas. Segundo ele, o problema foi sanado em dois meses, ao transformar bibliotecas e laboratórios de escolas em salas de aulas. Além disso, diz ele, jovens foram matriculados no ensino noturno — mesmo contra a vontade da família e dos próprios alunos.

—Agora, vamos avaliar se vale a pena mudar esse alunos de escola, tendo em vista que já começou o ano letivo —afirma o secretário — Mas, no ano que vem, caso haja falta de vagas, poderemos, sim, usar esse artifício.

Segundo reportagem do G1, a decisão do magistrado foi baseada em um pedido da Defensoria Pública que determina que o governo cumpra uma série de medidas para garantir o acesso à educação a alunos que não tenham conseguido vaga no ensino público na rede estadual. Caso o estado não cumpra essas medidas, o juiz fixou multa diária ao estado de R\$ 5 mil.

Entre as medidas ordenadas pelo juiz Pedro Henrique Alves está a realização de um levantamento de quantos alunos ainda esperam por vaga na rede pública. O despacho também determina que o estado deve informar qual é a estrutura de equipamentos: número de escolas, salas de aula e capacidade de funcionamento dos colégios em três turnos, além de pessoal necessário para atender à demanda.

O juiz determinou ainda que o estado apresente um "plano de ação" para a construção de novas unidades escolares e detalhe como elas serão feitas e em que prazo.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO

Sobre pênis e ciências humanas

Preocupado com o fundo do poço, o presidente provou que o poço sempre pode ser mais fundo

Na última quinta-feira, o presidente Jair Bolsonaro visitou a sede do Ministério da Educação. Pela desenvoltura linguística que apresenta em seus discursos de improviso, tenho a impressão de que ele nunca chegou tão perto de um organismo que tenha a palavra “Educação” em seu nome. E o presidente saiu do ministério cheio de conhecimentos novos. “Dia a dia, né, a gente vai ficando velho e vai aprendendo as coisas.” Como se vê, o presidente descobriu que o ser humano envelhece à medida que o tempo passa. Ele aprendeu ainda que, no Brasil, são feitas mil cirurgias de amputação de pênis, por ano. “Por falta de água e sabão”, explicou o presidente. Chegamos ao fundo do poço, acrescentou.

Vem cá, a gente passou três meses com um ministro da Educação trapalhão, ficamos preocupados com o futuro da pasta, aí entra um ministro novo e, na primeira visita ao ministério, o que o presidente Bolsonaro tem a dizer é que está disposto a ensinar o povo a lavar o pênis? Nada disso. Tem mais. Na mesma quinta-feira, o presidente adiantou o que o Ministério da Educação está preparando. Preocupado com o fundo do poço, o presidente provou que o poço sempre pode ser mais fundo e anunciou seu primeiro projeto na área de educação: parar de investir em cursos de Filosofia e Sociologia. “O que a gente tem que ensinar para as crianças e para os jovens?”, perguntou, e ele mesmo respondeu: “poder ler, escrever e fazer contas”.

Não é a primeira vez que Bolsonaro fala nesta meta. Ler, escrever e fazer contas parece ser uma obsessão presidencial. Quer saber? Eu entendo a preocupação do presidente. Um de seus filhos, Carlos, todos os dias, ao postar mensagens incompreensíveis no Twitter, demonstra que escreve muito mal. Eduardo, outro de seus filhos, também no Twitter, mostra sua incapacidade de respeitar regras de concordâncias verbal e nominal. De Flávio, o terceiro filho, confesso que não sei muito. Desde que começou o Caso Queiroz, ele tem sido discreto nas redes sociais (por falar nisso, cadê o Queiroz?). E o próprio Bolsonaro pai costuma expor suas dificuldades de leitura diante de um singelo teleprompter. Resumindo, a Família Bolsonaro mal sabe ler e escrever. Tem que mudar isso aí.

Quanto a fazer contas... é estranho que o presidente esteja atacando os cursos de Ciências Humanas, como se eles não servissem para nada. “O ministro da Educação, Abraham Weintraub, estuda descentralizar investimento em faculdades de Filosofia e Sociologia (Humanas)”, disse o chefe da Nação na mesma quinta-feira, depois de sua produtiva visita ao Ministério da Educação. Não é importante saber fazer conta? Aparentemente, ele não sabe que Economia e Contabilidade fazem parte do grupo de Ciências Humanas.

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, diz que o novo limite de R\$ 1 milhão para produções culturais beneficiadas pela Lei Rouanet foi escolhido com base na média dos valores de projetos apresentados ao antigo Ministério da Cultura. Segundo ele, 92% de todas as propostas ao benefício da isenção fiscal não ultrapassavam este limite. Agora, me explica, se não vai fazer diferença, então pra que mudar?

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - A SEMANA

A CPI do marxismo cultural

Assembleia vai investigar “aparelhamento da esquerda” nas universidades e quer mudar sistema de escolha dos reitores

Imagine que deputados decidissem seriamente pela instalação de uma CPI das mamadeiras de piroca. É mais ou menos o que fez a Assembleia Legislativa de São Paulo ao instaurar esta semana uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o “aparelhamento de esquerda” e os “gastos excessivos” com funcionários e professores nas universidades públicas paulistas, USP entre elas.

“Vamos analisar como as questões ideológicas estão implicando no orçamento. Percebo um predomínio da esquerda nas universidades. Infelizmente muitos professores levam mais o tema ideológico do que o temático para a aula”, enrola-se o vice-líder do governo Doria e presidente da CPI, deputado Wellington Moura, do PRB. Sua fala, ao jornal O Estado de S. Paulo, reverbera o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para quem é preciso “vencer o marxismo cultural das universidades”.

Mais grave, a CPI pode levar à mudança do sistema de escolha dos reitores, hoje a cargo da comunidade acadêmica, que oferece ao governador uma lista tríplice da qual ele fará uma opção.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - XEQUE-MATE

Liberdade de cátedra

O corte de verbas dos cursos de sociologia e filosofia, em estudo pelo presidente Jair Bolsonaro, afetará não apenas as ciências humanas e a filosofia, mas também a

produção científica brasileira, acarretando graves consequência para a sociedade, segundo nota do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. A liberdade de cátedra garantida pelo artigo 206 e a autonomia universitária garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal, encontram-se sob ameaça, informa a nota.

topo ↕

AMAZONAS+ - TEMPO REAL

Seduc-AM participa de lançamento nacional da Agenda de Aprendizagem na Bahia

Encontro organizado pelo Consed contou com a presença de secretários de Educação de todo Brasil para elaboração de documento-base

Nesta quinta (25/4) e sexta-feira (26/4), a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc-AM) esteve presente na construção e lançamento nacional da Agenda de Aprendizagem, em Salvador. O evento foi organizado pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), e reuniu secretários de Educação dos 26 estados e do Distrito Federal, e representantes do Ministério da Educação (MEC).

A Agenda da Aprendizagem foi construída pelo Consed e Undime e teve a contribuição de secretários estaduais e municipais de Educação de todo o país. Durante o primeiro dia de encontro, os secretários se dividiram em grupos de trabalho para discutir temas estratégicos da agenda.

O secretário executivo adjunto Pedagógico da Seduc-AM, professor Raimundo Barradas, atuou nos grupos sobre financiamento da educação e sobre a Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2018.

“Levantamos temas urgentes para o fortalecimento da agenda de aprendizagem pelo MEC. Há muitas experiências positivas no Amazonas que podem servir de exemplo para iniciativas nacionais, como a melhora que temos apresentado na progressão da aprendizagem”, apontou.

Segundo o secretário, o compartilhamento dos avanços locais permitirá, ainda, uma aproximação da agenda nacional e apoio efetivo para melhorar ações locais, como a articulação com as universidades, CNE e **Capex** para adequação do currículo de Formação Inicial de Professores.

Agenda da Aprendizagem – O documento vai nortear o trabalho dos estados e municípios no biênio 2019/2020 e elenca algumas demandas urgentes para serem tratadas com o MEC, como o Sistema Nacional de Educação e os financiamentos, a permanência e melhoria dos repasses dos Programas Nacionais para a Educação, como o Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Alimentação Escolar (Pnae), Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

topo ↕

BELÉM ONLINE - TEMPO REAL

Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\$ 50 bilhões por ano, estima governo

Como consequência, as chamadas despesas ‘discricionárias’ (sobre as quais o governo tem controle) cairão nos próximos anos, segundo projeção oficial, o que pode afetar

serviços públicos. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada, prevê – sem a reforma da Previdência – um aumento anual acima de R\$ 50 bilhões a partir de 2020 das despesas previdenciárias com servidores públicos (sem contar militares) e trabalhadores do setor privado.

Essas despesas, as maiores do orçamento, são obrigatórias e, considerando as limitações do teto de gastos públicos, pressionarão para baixo nos próximos anos os gastos classificados como “discricionários”, ou seja, aqueles que o governo tem liberdade para manejar. Com isso, serviços públicos podem ser afetados.

Para tentar resolver esse problema, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro propõe, principalmente, a reforma da Previdência. A oposição, por sua vez, admite que o atual sistema previdenciário precisa de atualizações, mas defende outras medidas (leia mais no fim desta reportagem).

Sem a adoção de medidas, de acordo com a própria área econômica do governo, a compressão dos gastos discricionários pode afetar serviços públicos e investimentos do governo federal.

Segundo avaliação feita na semana passada pelo secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, essas despesas poderão sofrer “forte compressão” nos próximos anos.

“Não é risco de ‘shutdown’ [desligamento da máquina pública], mas estamos apontando a seriedade do quadro. Nessas medidas, a gente tem observado que os investimentos têm sido item preferencial onde se tem redução. Por isso mesmo, precisamos reduzir as despesas obrigatórias”, declarou Rodrigues Júnior.

Impacto nos serviços públicos

Em 2017, quando as despesas discricionárias somaram R\$ 117 bilhões, a impressão de passaportes e fiscalizações contra o trabalho escravo chegaram a ser suspensas ou reduzidas. Também houve redução nos recursos para as universidades federais.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos precisa ficar acima de R\$ 75 bilhões. Com isso, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para “todos os indicadores disponíveis”, a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é “muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática”.

Recentemente, o IBGE anunciou o objetivo de “realizar um censo menos custoso” em 2020. Para isso, revisa o orçamento da pesquisa a fim de reduzir em cerca de 25% os gastos inicialmente previstos.

No ano passado, o Conselho Superior da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** enviou ao governo federal um ofício pedindo que

recursos orçamentários não fossem cortados, evitando que programas fossem interrompidos, o que poderia deixar quase 200 mil pesquisadores sem bolsas.

Depois de somarem R\$ 117 bilhões em 2017, os gastos discricionários avançaram para R\$ 128 bilhões no ano passado, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Para este ano, a previsão da equipe econômica, com o corte de R\$ 29,7 bilhões no orçamento, é de gastos discricionários de R\$ 86,1 bilhões, ou 6,09% das despesas totais (veja no gráfico abaixo).

Esse é o cenário que vigora no momento, mas o governo informou que pretende reverter esse bloqueio de gastos no decorrer de 2019 – o que elevaria os gastos discricionários para R\$ R\$ 116 bilhões, ou 8,22% do total.

No próximos anos, a previsão da área econômica é de queda (R\$ 99,8 bilhões em 2020; R\$ 90 bilhões em 2021; e R\$ 71,9 bilhões em 2022), o que reduziria a margem para o governo definir suas despesas.

Isso ocorre porque a despesa total do governo, ou seja, tanto os gastos que o governo tem controle quanto os obrigatórios, está limitada pelo teto de gastos públicos, aprovado pelo Congresso Nacional em 2016.

Como os gastos obrigatórios (com Previdência e pessoal, entre outros) estão subindo acima da inflação, está sobrando cada vez menos espaço para as despesas sobre as quais o governo tem controle, classificadas de “despesas discricionárias com controle de fluxo”.

Debate

Para abrir espaço para os gastos discricionários, e também para aqueles que já têm dotações mínimas definidas em lei, como Saúde, por exemplo, o governo defende a aprovação da reforma da Previdência, cuja proposta está tramitando no Legislativo.

O projeto do governo prevê a instituição de uma idade mínima de aposentadoria e alíquotas maiores para trabalhadores que ganham mais, principalmente servidores públicos, entre outros pontos.

Segundo números apresentados nesta semana pelo governo, a reforma da Previdência, se aprovada sem alterações, geraria uma economia total de R\$ 1,2 trilhão em dez anos, abrindo espaço para outras despesas. Somente até o fim do governo Bolsonaro, a economia seria de R\$ 128 bilhões (R\$ 44 bilhões em 2021 e R\$ 68,2 bilhões em 2022).

Em debate na Câmara dos Deputados, o secretário-especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que o modelo previdenciário de repartição, vigente no Brasil atualmente, pelo qual os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados, é “injusto porque poucos ganham muito e muitos ganham pouco”.

“A reestruturação do sistema previdenciário é a favor dos mais pobres do nosso país, porque são eles que estão tendo seus direitos suprimidos. Basta andar nos estados e municípios para saber que o sistema de saúde está sucateado, que curva de proficiência na educação está estagnada há mais de 14 anos e que não há recursos para para a

infraestrutura. Esses recursos estão capturados [pela Previdência], imobilizados, e estamos em um círculo vicioso”, declarou ele, na semana retrasada.

Também presente ao debate na Câmara dos Deputados, em meados deste mês, o ex-ministro do Trabalho e Previdência na gestão de Dilma Rousseff, Miguel Rossetto, afirmou que o atual modelo previdenciário, de repartição (onde os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados) é “justo, sustentável e necessário para que o país atenda ao que determina a Constituição de 1988”.

Ele defendeu, na ocasião, “atualizações necessárias” no regime de repartição e manutenção de um sistema de previdência complementar para quem ganha acima do teto do INSS (R\$ 5,8 mil). “Somos favoráveis a um regime complementar, desde que seja complementar, e não para trocar por outro regime [de capitalização, proposto pelo governo]”, declarou.

De acordo com Rossetto, o que ameaça o modelo previdenciário não são os “direitos dos trabalhadores, e sim a recessão econômica, o desemprego, a sonegação e uma estrutura tributária injusta. As isenções tributárias devem ser rigorosamente debatidas e atacadas”.

topo ↕

BLOG DA CIDADANIA - TEMPO REAL

Cortar verba de cursos de humanas, que representam apenas 2% nas federais, é pouco prático

A ideia do governo Jair Bolsonaro (PSL) de reduzir investimentos em filosofia e sociologia tem um peso mais ideológico do que prático. O número de alunos de graduação desses cursos representa 2% do total nas universidades federais, número similar ao da pós-graduação.

O presidente falou do assunto na sexta (26) em publicação nas redes sociais, retomando a ideia exposta pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, na quinta (25). Para Bolsonaro, o objetivo em estudo é focar áreas que gerem “retorno imediato ao contribuinte”.

“O ministro da Educação, Abraham Weintraub, estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados”, escreveu Bolsonaro.

O discurso de Bolsonaro sobre educação é marcado pela a perseguição a uma suposta doutrinação de esquerda, que seria predominante nas universidades, sobretudo em humanas. A luta contra o chamado marxismo cultural é a espinha ideológica do governo.

Ainda não há detalhes sobre como o governo pretende colocar em prática esse plano, que é criticado por especialistas. Reduzir matrículas nas federais esbarra na autonomia das universidades, garantida pela Constituição. Uma das alternativas, por outro lado, seria estrangular a oferta de bolsas de pesquisa.

Questionado, o MEC defendeu que vai estudar a priorização de recursos para melhor atender às demandas da população. “Nesse sentido, não há que se falar em perdas ou ganhos, trata-se, apenas, de readequação à realidade do país”, diz nota da pasta.

As áreas de sociologia e filosofia, entretanto, não têm a dimensão que Bolsonaro sugere. Dos 1.283.431 alunos de graduação das federais, 25.904 estão em cursos de filosofia ou sociologia —2% do total. Os dados são do Censo da Educação Superior de 2017.

As duas áreas registram 66 programas de mestrado e doutorado nas federais, ou 2,5% do total de 2.509 programas nessas instituições, segundo dados da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, ligada ao ministério.

O cenário é o mesmo no que se refere a pagamento de bolsas. Somente 1,4% dos gastos do CNPq, agência federal de fomento à pesquisa, são direcionados à ciências sociais. Para filosofia, esse percentual é de 0,7%. As bolsas pagas nessas áreas, em 2017, somam R\$ 19,7 milhões, diante de um total de R\$ 944 milhões.

Bolsonaro apontou como áreas mais competitivas, e que deveriam ser priorizadas, medicina, medicina veterinária e engenharia. As engenharias concentram mais de 20% do total de gastos com bolsas. Medicina tem 3% e medicina veterinária, 2%, segundo os dados do CNPq de 2017, que consideram todas as instituições de ensino superior, incluindo bolsas de iniciação científica.

O professor de física da Unicamp Leandro Tessler critica a falta de embasamento da proposta. “Nenhum lugar do mundo tem universidade de prestígio sem humanas, filosofia, sociologia, história. Isso é muito importante para saber que nazismo não foi de esquerda, por exemplo”, diz.

Bolsonaro faz ainda menção de forma genérica à área de humanas, que agrupa outros conhecimentos, como educação e psicologia.

Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são desse grupo e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Para Simon Schwartzman, estudioso de ensino superior, o presidente parece falar mais sobre ciências sociais e humanas de forma genérica, o que, diz, é um problema mais grave. “A pesquisa social no Brasil lida com questões muito fundamentais, como pobreza, desigualdade, emprego, violência, saúde pública, demografia. Todos esses temas são das ciências sociais”, diz.

Segundo ele, é um equívoco achar que as ciências sociais não têm um papel importante na pesquisa. “Como não temos muita tecnologia industrial, formamos engenheiros e não temos emprego para eles.”

Schwartzman ressalta que a discussão sobre priorizar investimentos para áreas que por ventura gerem inovações inclui outras dimensões, como o lado econômico, a baixa competitividade da indústria e os termos legais que regem as universidades.

Em uma rede social, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sociólogo e professor aposentado da faculdade de ciências sociais da USP, criticou a proposta.

“Preocupa o rumo do governo. As cascas de banana postas por sua gente mesmo

causam mais estragos do que as oposições. Atua destoando: quer reduzir gastos com filosofia e ciências sociais, como se por aí se resolvesse o que de fato conta para o povo: renda e emprego. Até quando?”

Rodrigo Jungmann, professor de filosofia da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), simpático ao governo Bolsonaro, também considera a medida um equívoco. “A direita não deve abolir cursos de humanas. Deve entrar neles, assim como no direito, na imprensa e todas as demais instâncias de formação e circulação de ideias”, disse à Folha.

Procurada, a Andifes (associação dos reitores das federais) informou que tem dedicado todas as atenções ao orçamento das instituições.

O CNPq, ligado ao Ministério da Ciência, afirmou que não recebeu orientação para mudar critérios para concessão de apoio à pesquisa. Também não houve novas orientações para a **Capes**, mas o órgão ressaltou em nota que “segue as diretrizes e políticas” do MEC.

Entidades criticaram o plano. “O ministro e o presidente ignoram a natureza dos conhecimentos da área de humanidades e exibem uma visão tacanha de formação ao supor que enfermeiros, médicos veterinários, engenheiros e médicos não tenham de aprender sobre seu próprio contexto social nem sobre ética”, diz a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia.

Em nota conjunta, as associações nacionais de antropologia, sociologia, ciência política e de pesquisa em ciências sociais expuseram indignação.

“É tão equivocado e enganoso avaliar as diferentes disciplinas e a reflexão filosófica pela sua aplicabilidade imediata quanto desconhecer a importância histórica das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento de diferentes tecnologias voltadas à resolução de graves problemas da sociedade.”

Recentemente, Bolsonaro declarou nas redes sociais que “poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada”, o que não é verdade.

Colaborou Fábio Zanini

Da FSP

topo ↕

BLOG DO VANDOVAL - TEMPO REAL

Sucessão na UFMA - Por uma campanha com o padrão da academia

Com a aproximação do processo de consulta à comunidade universitária (previsto para junho), já se nota, no ambiente da UFMA, que o tema começa a fazer parte do cotidiano acadêmico. Infelizmente, a pauta inicial, posta em discussão nas últimas semanas, está distante daquilo que se possa qualificar debate próprio da Academia.

Vale registrar que não vemos a instituição Universidade como uma bolha.

Ela faz parte e deve interagir sempre com a sociedade. No entanto, fazer política no

ambiente universitário deveria se diferenciar do padrão que marca as disputas político-partidárias. São atores que se diferenciam por natureza.

Lá, eles fazem política o dia todo e todos os dias – são profissionais da política; aqui, somos professores. Cotidianamente, ministramos aulas, orientamos alunos, fazemos pesquisas, extensão, participamos de colóquios, de debates, etc. Fazer política com o propósito de exercer o comando da instituição se resume, em tese, à atuação democrática de candidatos no curto período reservado pela legislação interna.

Obviamente, essas diferenças quanto aos atores e ao ambiente político exigem um padrão de campanha também diferenciado. Na Universidade, os vícios, os dissabores e até o desrespeito, comuns no mundo da política profissional, devem ser substituídos por métodos que primam pelo respeito mútuo e o debate qualificado.

Pois bem, as preliminares da campanha para a sucessão da Professora Nair Portela estão distante disso. A troca de insultos via blogs que surgiu nas últimas semanas é algo assustador. O tom agressivo, as acusações e a desqualificação de concorrentes são recorrentes na mídia eletrônica. Além disso, o flagrante da campanha antecipada há alguns meses e até mesmo sinais de práticas de abuso do poder econômico desequilibram o processo e desrespeitam os pretensos pleiteantes.

É oportuno lembrar que a Universidade pública brasileira passa por um momento de ataques, numa intensidade pouco vista na sua história. Apesar de ser ela responsável por algo em torno de 95% da pesquisa científica realizada no país, com o padrão de várias instituições acadêmicas sendo reconhecido internacionalmente, o seu futuro é incerto.

Diante deste quadro, salvar este patrimônio da sociedade brasileira é dever, em primeiro lugar, da comunidade acadêmica e da inteligência sensata deste país. Para isso, movimentos como os encabeçados pelo ANDES, a SBPC, a ANDIFES, entre outros, e até a proposta de criação de uma Frente Parlamentar em defesa da Universidade Pública devem ser fortalecidos.

É desnecessário dizer que esse incômodo cenário impacta fortemente em nossa UFMA. Logo, é desejável que o debate sucessório esteja focado na realidade de uma instituição que hoje é multicampi, mas que possui um orçamento de custeio menor que há quatro anos; que precisa gerar conhecimento e oferecer pós-graduação de nível frente ao esvaziamento financeiro do CNPq e da CAPES; que necessita concluir obras estratégicas e necessárias, embora com recursos zero na rubrica capital, dentre outras relevantes questões. Sem falar no padrão de gestão centralizador, que já atingiu o nível de fadiga de material.

Dito isso, reafirmamos: é oportuna uma campanha com o padrão da Academia. Tema é o que não falta. Professor Titular do Departamento de Química. Diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia/UFMA.

topo ↕

CULTURA FM - TEMPO REAL

Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\$ 50 bilhões por ano, estima governo

Como consequência, as chamadas despesas ‘discricionárias’ (sobre as quais o governo tem controle) cairão nos próximos anos, segundo projeção oficial, o que pode afetar

serviços públicos. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada, prevê – sem a reforma da Previdência – um aumento anual acima de R\$ 50 bilhões a partir de 2020 das despesas previdenciárias com servidores públicos (sem contar militares) e trabalhadores do setor privado.

Essas despesas, as maiores do orçamento, são obrigatórias e, considerando as limitações do teto de gastos públicos, pressionarão para baixo nos próximos anos os gastos classificados como “discricionários”, ou seja, aqueles que o governo tem liberdade para manejar. Com isso, serviços públicos podem ser afetados.

Para tentar resolver esse problema, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro propõe, principalmente, a reforma da Previdência. A oposição, por sua vez, admite que o atual sistema previdenciário precisa de atualizações, mas defende outras medidas (leia mais no fim desta reportagem).

Sem a adoção de medidas, de acordo com a própria área econômica do governo, a compressão dos gastos discricionários pode afetar serviços públicos e investimentos do governo federal.

Segundo avaliação feita na semana passada pelo secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, essas despesas poderão sofrer “forte compressão” nos próximos anos.

“Não é risco de ‘shutdown’ [desligamento da máquina pública], mas estamos apontando a seriedade do quadro. Nessas medidas, a gente tem observado que os investimentos têm sido item preferencial onde se tem redução. Por isso mesmo, precisamos reduzir as despesas obrigatórias”, declarou Rodrigues Júnior.

Impacto nos serviços públicos

Em 2017, quando as despesas discricionárias somaram R\$ 117 bilhões, a impressão de passaportes e fiscalizações contra o trabalho escravo chegaram a ser suspensas ou reduzidas. Também houve redução nos recursos para as universidades federais.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos precisa ficar acima de R\$ 75 bilhões. Com isso, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para “todos os indicadores disponíveis”, a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é “muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática”.

Recentemente, o IBGE anunciou o objetivo de “realizar um censo menos custoso” em 2020. Para isso, revisa o orçamento da pesquisa a fim de reduzir em cerca de 25% os gastos inicialmente previstos.

No ano passado, o Conselho Superior da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** enviou ao governo federal um ofício pedindo que recursos orçamentários não fossem cortados, evitando que programas fossem interrompidos, o que poderia deixar quase 200 mil pesquisadores sem bolsas.

Depois de somarem R\$ 117 bilhões em 2017, os gastos discricionários avançaram para

R\$ 128 bilhões no ano passado, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Para este ano, a previsão da equipe econômica, com o corte de R\$ 29,7 bilhões no orçamento, é de gastos discricionários de R\$ 86,1 bilhões, ou 6,09% das despesas totais (veja no gráfico abaixo).

Esse é o cenário que vigora no momento, mas o governo informou que pretende reverter esse bloqueio de gastos no decorrer de 2019 – o que elevaria os gastos discricionários para R\$ R\$ 116 bilhões, ou 8,22% do total.

No próximos anos, a previsão da área econômica é de queda (R\$ 99,8 bilhões em 2020; R\$ 90 bilhões em 2021; e R\$ 71,9 bilhões em 2022), o que reduziria a margem para o governo definir suas despesas.

Isso ocorre porque a despesa total do governo, ou seja, tanto os gastos que o governo tem controle quanto os obrigatórios, está limitada pelo teto de gastos públicos, aprovado pelo Congresso Nacional em 2016.

Como os gastos obrigatórios (com Previdência e pessoal, entre outros) estão subindo acima da inflação, está sobrando cada vez menos espaço para as despesas sobre as quais o governo tem controle, classificadas de “despesas discricionárias com controle de fluxo”.

Debate

Para abrir espaço para os gastos discricionários, e também para aqueles que já têm dotações mínimas definidas em lei, como Saúde, por exemplo, o governo defende a aprovação da reforma da Previdência, cuja proposta está tramitando no Legislativo.

O projeto do governo prevê a instituição de uma idade mínima de aposentadoria e alíquotas maiores para trabalhadores que ganham mais, principalmente servidores públicos, entre outros pontos.

Segundo números apresentados nesta semana pelo governo, a reforma da Previdência, se aprovada sem alterações, geraria uma economia total de R\$ 1,2 trilhão em dez anos, abrindo espaço para outras despesas. Somente até o fim do governo Bolsonaro, a economia seria de R\$ 128 bilhões (R\$ 44 bilhões em 2021 e R\$ 68,2 bilhões em 2022).

Em debate na Câmara dos Deputados, o secretário-especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que o modelo previdenciário de repartição, vigente no Brasil atualmente, pelo qual os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados, é “injusto porque poucos ganham muito e muitos ganham pouco”.

“A reestruturação do sistema previdenciário é a favor dos mais pobres do nosso país, porque são eles que estão tendo seus direitos suprimidos. Basta andar nos estados e municípios para saber que o sistema de saúde está sucateado, que curva de proficiência na educação está estagnada há mais de 14 anos e que não há recursos para para a infraestrutura. Esses recursos estão capturados [pela Previdência], imobilizados, e estamos em um círculo vicioso”, declarou ele, na semana retrasada.

Também presente ao debate na Câmara dos Deputados, em meados deste mês, o ex-ministro do Trabalho e Previdência na gestão de Dilma Rousseff, Miguel Rossetto, afirmou que o atual modelo previdenciário, de repartição (onde os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados) é “justo, sustentável e necessário para

que o país atenda ao que determina a Constituição de 1988”.

Ele defendeu, na ocasião, “atualizações necessárias” no regime de repartição e manutenção de um sistema de previdência complementar para quem ganha acima do teto do INSS (R\$ 5,8 mil). “Somos favoráveis a um regime complementar, desde que seja complementar, e não para trocar por outro regime [de capitalização, proposto pelo governo]”, declarou.

De acordo com Rossetto, o que ameaça o modelo previdenciário não são os “direitos dos trabalhadores, e sim a recessão econômica, o desemprego, a sonegação e uma estrutura tributária injusta. As isenções tributárias devem ser rigorosamente debatidas e atacadas”.

topo ↕

FALA GUARULHOS - TEMPO REAL

Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\$ 50 bilhões por ano, estima governo

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada, prevê – sem a reforma da Previdência – um aumento anual acima de R\$ 50 bilhões a partir de 2020 das despesas previdenciárias com servidores públicos (sem contar militares) e trabalhadores do setor privado.

Essas despesas, as maiores do orçamento, são obrigatórias e, considerando as limitações do teto de gastos públicos, pressionarão para baixo nos próximos anos os gastos classificados como “discricionários”, ou seja, aqueles que o governo tem liberdade para manejar. Com isso, serviços públicos podem ser afetados.

Para tentar resolver esse problema, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro propõe, principalmente, a reforma da Previdência. A oposição, por sua vez, admite que o atual sistema previdenciário precisa de atualizações, mas defende outras medidas (leia mais no fim desta reportagem).

Sem a adoção de medidas, de acordo com a própria área econômica do governo, a compressão dos gastos discricionários pode afetar serviços públicos e investimentos do governo federal.

Segundo avaliação feita na semana passada pelo secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, essas despesas poderão sofrer “forte compressão” nos próximos anos.

“Não é risco de ‘shutdown’ [desligamento da máquina pública], mas estamos apontando a seriedade do quadro. Nessas medidas, a gente tem observado que os investimentos têm sido item preferencial onde se tem redução. Por isso mesmo, precisamos reduzir as despesas obrigatórias”, declarou Rodrigues Júnior.

Impacto nos serviços públicos

Em 2017, quando as despesas discricionárias somaram R\$ 117 bilhões, a impressão de passaportes e fiscalizações contra o trabalho escravo chegaram a ser suspensas ou reduzidas. Também houve redução nos recursos para as universidades federais.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos precisa ficar acima de R\$ 75 bilhões. Com

isso, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para “todos os indicadores disponíveis”, a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é “muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática”.

Recentemente, o IBGE anunciou o objetivo de “realizar um censo menos custoso” em 2020. Para isso, revisa o orçamento da pesquisa a fim de reduzir em cerca de 25% os gastos inicialmente previstos.

No ano passado, o Conselho Superior da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** enviou ao governo federal um ofício pedindo que recursos orçamentários não fossem cortados, evitando que programas fossem interrompidos, o que poderia deixar quase 200 mil pesquisadores sem bolsas.

Depois de somarem R\$ 117 bilhões em 2017, os gastos discricionários avançaram para R\$ 128 bilhões no ano passado, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Para este ano, a previsão da equipe econômica, com o corte de R\$ 29,7 bilhões no orçamento, é de gastos discricionários de R\$ 86,1 bilhões, ou 6,09% das despesas totais (veja no gráfico abaixo).

Esse é o cenário que vigora no momento, mas o governo informou que pretende reverter esse bloqueio de gastos no decorrer de 2019 – o que elevaria os gastos discricionários para R\$ R\$ 116 bilhões, ou 8,22% do total.

No próximos anos, a previsão da área econômica é de queda (R\$ 99,8 bilhões em 2020; R\$ 90 bilhões em 2021; e R\$ 71,9 bilhões em 2022), o que reduziria a margem para o governo definir suas despesas.

Isso ocorre porque a despesa total do governo, ou seja, tanto os gastos que o governo tem controle quanto os obrigatórios, está limitada pelo teto de gastos públicos, aprovado pelo Congresso Nacional em 2016.

Como os gastos obrigatórios (com Previdência e pessoal, entre outros) estão subindo acima da inflação, está sobrando cada vez menos espaço para as despesas sobre as quais o governo tem controle, classificadas de “despesas discricionárias com controle de fluxo”.

Para abrir espaço para os gastos discricionários, e também para aqueles que já têm dotações mínimas definidas em lei, como Saúde, por exemplo, o governo defende a aprovação da reforma da Previdência, cuja proposta está tramitando no Legislativo.

O projeto do governo prevê a instituição de uma idade mínima de aposentadoria e alíquotas maiores para trabalhadores que ganham mais, principalmente servidores públicos, entre outros pontos.

Segundo números apresentados nesta semana pelo governo, a reforma da Previdência, se aprovada sem alterações, geraria uma economia total de R\$ 1,2 trilhão em dez anos, abrindo espaço para outras despesas. Somente até o fim do governo Bolsonaro, a economia seria de R\$ 128 bilhões (R\$ 44 bilhões em 2021 e R\$ 68,2 bilhões em 2022).

Em debate na Câmara dos Deputados, o secretário-especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que o modelo previdenciário de repartição, vigente no Brasil atualmente, pelo qual os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados, é “injusto porque poucos ganham muito e muitos ganham pouco”.

“A reestruturação do sistema previdenciário é a favor dos mais pobres do nosso país, porque são eles que estão tendo seus direitos suprimidos. Basta andar nos estados e municípios para saber que o sistema de saúde está sucateado, que curva de proficiência na educação está estagnada há mais de 14 anos e que não há recursos para para a infraestrutura. Esses recursos estão capturados [pela Previdência], imobilizados, e estamos em um círculo vicioso”, declarou ele, na semana retrasada.

Também presente ao debate na Câmara dos Deputados, em meados deste mês, o ex-ministro do Trabalho e Previdência na gestão de Dilma Rousseff, Miguel Rossetto, afirmou que o atual modelo previdenciário, de repartição (onde os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados) é “justo, sustentável e necessário para que o país atenda ao que determina a Constituição de 1988”.

Ele defendeu, na ocasião, “atualizações necessárias” no regime de repartição e manutenção de um sistema de previdência complementar para quem ganha acima do teto do INSS (R\$ 5,8 mil). “Somos favoráveis a um regime complementar, desde que seja complementar, e não para trocar por outro regime [de capitalização, proposto pelo governo]”, declarou.

De acordo com Rossetto, o que ameaça o modelo previdenciário não são os “direitos dos trabalhadores, e sim a recessão econômica, o desemprego, a sonegação e uma estrutura tributária injusta. As isenções tributárias devem ser rigorosamente debatidas e atacadas”.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\$ 50 bilhões por ano, estima governo

Como consequência, as chamadas despesas discricionárias (sobre as quais o governo tem controle) cairão nos próximos anos, segundo projeção oficial, o que pode afetar serviços públicos.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada, prevê – sem a reforma da Previdência – um aumento anual acima de R\$ 50 bilhões a partir de 2020 das despesas previdenciárias com servidores públicos (sem contar militares) e trabalhadores do setor privado.

Essas despesas, as maiores do orçamento, são obrigatórias e, considerando as limitações do teto de gastos públicos, pressionarão para baixo nos próximos anos os gastos classificados como “discricionários”, ou seja, aqueles que o governo tem liberdade para manejar. Com isso, serviços públicos podem ser afetados.

Para tentar resolver esse problema, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro propõe, principalmente, a reforma da Previdência. A oposição, por sua vez, admite que o atual sistema previdenciário precisa de atualizações, mas defende outras medidas (leia mais no fim desta reportagem).

Sem a adoção de medidas, de acordo com a própria área econômica do governo, a compressão dos gastos discricionários pode afetar serviços públicos e investimentos do governo federal.

Segundo avaliação feita na semana passada pelo secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, essas despesas poderão sofrer "forte compressão" nos próximos anos.

"Não é risco de shutdown [desligamento da máquina pública], mas estamos apontando a seriedade do quadro. Nessas medidas, a gente tem observado que os investimentos têm sido item preferencial onde se tem redução. Por isso mesmo, precisamos reduzir as despesas obrigatórias", declarou Rodrigues Júnior.

Impacto nos serviços públicos

Em 2017, quando as despesas discricionárias somaram R\$ 117 bilhões, a impressão de passaportes e fiscalizações contra o trabalho escravo chegaram a ser suspensas ou reduzidas. Também houve redução nos recursos para as universidades federais.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos precisa ficar acima de R\$ 75 bilhões. Com isso, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para "todos os indicadores disponíveis", a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é "muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática".

Recentemente, o IBGE anunciou o objetivo de "realizar um censo menos custoso" em 2020. Para isso, revisa o orçamento da pesquisa a fim de reduzir em cerca de 25% os gastos inicialmente previstos.

No ano passado, o Conselho Superior da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** enviou ao governo federal um ofício pedindo que recursos orçamentários não fossem cortados, evitando que programas fossem interrompidos, o que poderia deixar quase 200 mil pesquisadores sem bolsas.

Depois de somarem R\$ 117 bilhões em 2017, os gastos discricionários avançaram para R\$ 128 bilhões no ano passado, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Para este ano, a previsão da equipe econômica, com o corte de R\$ 29,7 bilhões no orçamento, é de gastos discricionários de R\$ 86,1 bilhões, ou 6,09% das despesas totais

(veja no gráfico abaixo).

Esse é o cenário que vigora no momento, mas o governo informou que pretende reverter esse bloqueio de gastos no decorrer de 2019 – o que elevaria os gastos discricionários para R\$ R\$ 116 bilhões, ou 8,22% do total.

No próximos anos, a previsão da área econômica é de queda (R\$ 99,8 bilhões em 2020; R\$ 90 bilhões em 2021; e R\$ 71,9 bilhões em 2022), o que reduziria a margem para o governo definir suas despesas.

Isso ocorre porque a despesa total do governo, ou seja, tanto os gastos que o governo tem controle quanto os obrigatórios, está limitada pelo teto de gastos públicos, aprovado pelo Congresso Nacional em 2016.

Como os gastos obrigatórios (com Previdência e pessoal, entre outros) estão subindo acima da inflação, está sobrando cada vez menos espaço para as despesas sobre as quais o governo tem controle, classificadas de "despesas discricionárias com controle de fluxo".

Debate

Para abrir espaço para os gastos discricionários, e também para aqueles que já têm dotações mínimas definidas em lei, como Saúde, por exemplo, o governo defende a aprovação da reforma da Previdência, cuja proposta está tramitando no Legislativo.

O projeto do governo prevê a instituição de uma idade mínima de aposentadoria e alíquotas maiores para trabalhadores que ganham mais, principalmente servidores públicos, entre outros pontos.

Segundo números apresentados nesta semana pelo governo, a reforma da Previdência, se aprovada sem alterações, geraria uma economia total de R\$ 1,2 trilhão em dez anos, abrindo espaço para outras despesas. Somente até o fim do governo Bolsonaro, a economia seria de R\$ 128 bilhões (R\$ 44 bilhões em 2021 e R\$ 68,2 bilhões em 2022).

Em debate na Câmara dos Deputados, o secretário-especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que o modelo previdenciário de repartição, vigente no Brasil atualmente, pelo qual os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados, é "injusto porque poucos ganham muito e muitos ganham pouco".

"A reestruturação do sistema previdenciário é a favor dos mais pobres do nosso país, porque são eles que estão tendo seus direitos suprimidos. Basta andar nos estados e municípios para saber que o sistema de saúde está sucateado, que curva de proficiência na educação está estagnada há mais de 14 anos e que não há recursos para para a infraestrutura. Esses recursos estão capturados [pela Previdência], imobilizados, e estamos em um círculo vicioso", declarou ele, na semana retrasada.

Também presente ao debate na Câmara dos Deputados, em meados deste mês, o ex-ministro do Trabalho e Previdência na gestão de Dilma Rousseff, Miguel Rossetto, afirmou que o atual modelo previdenciário, de repartição (onde os trabalhadores na

ativa financiam os benefícios dos aposentados) é "justo, sustentável e necessário para que o país atenda ao que determina a Constituição de 1988".

Ele defendeu, na ocasião, "atualizações necessárias" no regime de repartição e manutenção de um sistema de previdência complementar para quem ganha acima do teto do INSS (R\$ 5,8 mil). "Somos favoráveis a um regime complementar, desde que seja complementar, e não para trocar por outro regime [de capitalização, proposto pelo governo]", declarou.

De acordo com Rossetto, o que ameaça o modelo previdenciário não são os "direitos dos trabalhadores, e sim a recessão econômica, o desemprego, a sonegação e uma estrutura tributária injusta. As isenções tributárias devem ser rigorosamente debatidas e atacadas".

topo ↕

GOVERNO DO AMAZONAS - TEMPO REAL

Seduc-AM participa de lançamento nacional da Agenda de Aprendizagem na Bahia

Encontro organizado pelo Consed contou com a presença de secretários de Educação de todo Brasil para elaboração de documento-base

Nesta quinta (25/4) e sexta-feira (26/4), a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc-AM) esteve presente na construção e lançamento nacional da Agenda de Aprendizagem, em Salvador. O evento foi organizado pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), e reuniu secretários de Educação dos 26 estados e do Distrito Federal, e representantes do Ministério da Educação (MEC).

A Agenda da Aprendizagem foi construída pelo Consed e Undime e teve a contribuição de secretários estaduais e municipais de Educação de todo o país. Durante o primeiro dia de encontro, os secretários se dividiram em grupos de trabalho para discutir temas estratégicos da agenda.

O secretário executivo adjunto Pedagógico da Seduc-AM, professor Raimundo Barradas, atuou nos grupos sobre financiamento da educação e sobre a Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2018.

“Levantamos temas urgentes para o fortalecimento da agenda de aprendizagem pelo MEC. Há muitas experiências positivas no Amazonas que podem servir de exemplo para iniciativas nacionais, como a melhora que temos apresentado na progressão da aprendizagem”, apontou.

Segundo o secretário, o compartilhamento dos avanços locais permitirá, ainda, uma aproximação da agenda nacional e apoio efetivo para melhorar ações locais, como a articulação com as universidades, CNE e **Capex** para adequação do currículo de Formação Inicial de Professores.

Agenda da Aprendizagem – O documento vai nortear o trabalho dos estados e municípios no biênio 2019/2020 e elenca algumas demandas urgentes para serem tratadas com o MEC, como o Sistema Nacional de Educação e os financiamentos, a permanência e melhoria dos repasses dos Programas Nacionais para a Educação, como o Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Alimentação Escolar (Pnae), Apoio ao Transporte

Escolar (Pnate) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

topo ↕

INFORMATECWEB - TEMPO REAL

Unicamp cria colírio que evita perda de visão por diabéticos
Um grupo de pesquisadores das faculdades de Ciências Médicas (FCM) e de Engenharia Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) desenvolveu um colírio para a prevenção e combate da degeneração gradativa que ocorre com frequência nos olhos das pessoas com diabetes, a chamada retinopatia diabética.

"A grande vantagem desse achado é o fato de não ser invasivo. Por ser tópico não implica em riscos e cria uma barreira contra as alterações neurodegenerativas que afeta os diabéticos", explicou a pesquisadora da FCM Jacqueline Mendonça Lopes de Faria.

A cientista disse que a descoberta foi feita a partir de uma pesquisa que já dura cerca de duas décadas. "É consequência de um estudo de 20 anos para entender o mecanismo de ataque das células nervosas e de irrigação sanguínea no tecido ocular."

De acordo com a pesquisadora, por causa da hiperglicemia - excesso de açúcar no sangue no organismo dos diabéticos - vários órgãos podem ser comprometidos. Em cerca de 40% dos casos, a doença leva a complicações na retina provocadas pelo efeito tóxico da glicose. O sistema nervoso e vascular da retina passam a ter alterações progressivas que podem levar a cegueira. "Isso ocorre, muitas vezes, justamente no momento em que a pessoa está em idade ativa."

Atualmente, o tratamento da retinopatia diabética é feito com opções invasivas, como a fotocoagulação com laser, injeções intravítrea ou mesmo cirurgia. A expectativa dos pesquisadores da Unicamp é que, além de servir para a cura da retinopatia diabética, a descoberta dessa tecnologia possa ser benéfica também no tratamento de outras anomalias da visão, como o glaucoma.

Eficácia

Testes em laboratórios da Unicamp comprovaram a eficácia da fórmula. No entanto, antes de ser transformado em medicamento para a distribuição e comercialização, o colírio tem de ser submetido à fase clínica de testes, com os ensaios em seres humanos. Ainda não há previsão de quando isso vai ocorrer porque os testes dependem do interesse de empresas em fazer o licenciamento da tecnologia junto com a agência de inovação da universidade, a Inova Unicamp.

No teste com os roedores, não foram observados efeitos adversos e o colírio mostrou-se eficaz na proteção do sistema nervoso da retina.

Também participam da pesquisa a professora Maria Helena Andrade Santana; a pesquisadora Mariana Aparecida Brunini Rosales e a aluna de mestrado Aline Borelli Alonso. Os estudos receberam financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério de Educação.

topo ↕

OPINIÃO MANAUARA - TEMPO REAL

Seduc-AM participa de lançamento nacional da Agenda de Aprendizagem na Bahia

Nesta quinta (25/4) e sexta-feira (26/4), a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc-AM) esteve presente na construção e lançamento nacional da Agenda de Aprendizagem, em Salvador. O evento foi organizado pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), e reuniu secretários de Educação dos 26 estados e do Distrito Federal, e representantes do Ministério da Educação (MEC).

A Agenda da Aprendizagem foi construída pelo Consed e Undime e teve a contribuição de secretários estaduais e municipais de Educação de todo o país. Durante o primeiro dia de encontro, os secretários se dividiram em grupos de trabalho para discutir temas estratégicos da agenda.

O secretário executivo adjunto Pedagógico da Seduc-AM, professor Raimundo Barradas, atuou nos grupos sobre financiamento da educação e sobre a Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2018.

“Levantamos temas urgentes para o fortalecimento da agenda de aprendizagem pelo MEC. Há muitas experiências positivas no Amazonas que podem servir de exemplo para iniciativas nacionais, como a melhora que temos apresentado na progressão da aprendizagem”, apontou.

Segundo o secretário, o compartilhamento dos avanços locais permitirá, ainda, uma aproximação da agenda nacional e apoio efetivo para melhorar ações locais, como a articulação com as universidades, CNE e Capes para adequação do currículo de Formação Inicial de Professores.

Agenda da Aprendizagem – O documento vai nortear o trabalho dos estados e municípios no biênio 2019/2020 e elenca algumas demandas urgentes para serem tratadas com o MEC, como o Sistema Nacional de Educação e os financiamentos, a permanência e melhoria dos repasses dos Programas Nacionais para a Educação, como o Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Alimentação Escolar (Pnae), Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

topo 

PARNAÍBA EM NOTA - TEMPO REAL

Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\$ 50 bilhões por ano, estima governo

Como consequência, as chamadas despesas discricionárias (sobre as quais o governo tem controle) cairão nos próximos anos, segundo projeção oficial, o que pode afetar serviços públicos.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada, prevê – sem a reforma da Previdência – um aumento anual acima de R\$ 50 bilhões a partir de 2020 das despesas previdenciárias com servidores públicos (sem contar militares) e trabalhadores do setor privado.

Essas despesas, as maiores do orçamento, são obrigatórias e, considerando as limitações do teto de gastos públicos, pressionarão para baixo nos próximos anos os gastos classificados como "discricionários", ou seja, aqueles que o governo tem liberdade para

manejar. Com isso, serviços públicos podem ser afetados.

Para tentar resolver esse problema, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro propõe, principalmente, a reforma da Previdência. A oposição, por sua vez, admite que o atual sistema previdenciário precisa de atualizações, mas defende outras medidas.

Sem a adoção de medidas, de acordo com a própria área econômica do governo, a compressão dos gastos discricionários pode afetar serviços públicos e investimentos do governo federal.

Segundo avaliação feita na semana passada pelo secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, essas despesas poderão sofrer "forte compressão" nos próximos anos.

"Não é risco de shutdown [desligamento da máquina pública], mas estamos apontando a seriedade do quadro. Nessas medidas, a gente tem observado que os investimentos têm sido item preferencial onde se tem redução. Por isso mesmo, precisamos reduzir as despesas obrigatórias", declarou Rodrigues Júnior.

Impacto nos serviços públicos

Em 2017, quando as despesas discricionárias somaram R\$ 117 bilhões, a impressão de passaportes e fiscalizações contra o trabalho escravo chegaram a ser suspensas ou reduzidas. Também houve redução nos recursos para as universidades federais.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos precisa ficar acima de R\$ 75 bilhões. Com isso, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para "todos os indicadores disponíveis", a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é "muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática".

Recentemente, o IBGE anunciou o objetivo de "realizar um censo menos custoso" em 2020. Para isso, revisa o orçamento da pesquisa a fim de reduzir em cerca de 25% os gastos inicialmente previstos.

No ano passado, o Conselho Superior da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** enviou ao governo federal um ofício pedindo que recursos orçamentários não fossem cortados, evitando que programas fossem interrompidos, o que poderia deixar quase 200 mil pesquisadores sem bolsas.

Depois de somarem R\$ 117 bilhões em 2017, os gastos discricionários avançaram para R\$ 128 bilhões no ano passado, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Para este ano, a previsão da equipe econômica, com o corte de R\$ 29,7 bilhões no orçamento, é de gastos discricionários de R\$ 86,1 bilhões, ou 6,09% das despesas totais (veja no gráfico abaixo).

Esse é o cenário que vigora no momento, mas o governo informou que pretende reverter esse bloqueio de gastos no decorrer de 2019 – o que elevaria os gastos discricionários para R\$ R\$ 116 bilhões, ou 8,22% do total.

No próximos anos, a previsão da área econômica é de queda (R\$ 99,8 bilhões em 2020; R\$ 90 bilhões em 2021; e R\$ 71,9 bilhões em 2022), o que reduziria a margem para o governo definir suas despesas.

Isso ocorre porque a despesa total do governo, ou seja, tanto os gastos que o governo tem controle quanto os obrigatórios, está limitada pelo teto de gastos públicos, aprovado pelo Congresso Nacional em 2016.

Como os gastos obrigatórios (com Previdência e pessoal, entre outros) estão subindo acima da inflação, está sobrando cada vez menos espaço para as despesas sobre as quais o governo tem controle, classificadas de "despesas discricionárias com controle de fluxo".

Debate

Para abrir espaço para os gastos discricionários, e também para aqueles que já têm dotações mínimas definidas em lei, como Saúde, por exemplo, o governo defende a aprovação da reforma da Previdência, cuja proposta está tramitando no Legislativo.

O projeto do governo prevê a instituição de uma idade mínima de aposentadoria e alíquotas maiores para trabalhadores que ganham mais, principalmente servidores públicos, entre outros pontos.

Segundo números apresentados nesta semana pelo governo, a reforma da Previdência, se aprovada sem alterações, geraria uma economia total de R\$ 1,2 trilhão em dez anos, abrindo espaço para outras despesas. Somente até o fim do governo Bolsonaro, a economia seria de R\$ 128 bilhões (R\$ 44 bilhões em 2021 e R\$ 68,2 bilhões em 2022).

Em debate na Câmara dos Deputados, o secretário-especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que o modelo previdenciário de repartição, vigente no Brasil atualmente, pelo qual os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados, é "injusto porque poucos ganham muito e muitos ganham pouco".

"A reestruturação do sistema previdenciário é a favor dos mais pobres do nosso país, porque são eles que estão tendo seus direitos suprimidos. Basta andar nos estados e municípios para saber que o sistema de saúde está sucateado, que curva de proficiência na educação está estagnada há mais de 14 anos e que não há recursos para para a infraestrutura. Esses recursos estão capturados [pela Previdência], imobilizados, e estamos em um círculo vicioso", declarou ele, na semana retrasada.

Também presente ao debate na Câmara dos Deputados, em meados deste mês, o ex-ministro do Trabalho e Previdência na gestão de Dilma Rousseff, Miguel Rossetto, afirmou que o atual modelo previdenciário, de repartição (onde os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados) é "justo, sustentável e necessário para que o país atenda ao que determina a Constituição de 1988".

Ele defendeu, na ocasião, "atualizações necessárias" no regime de repartição e manutenção de um sistema de previdência complementar para quem ganha acima do teto do INSS (R\$ 5,8 mil). "Somos favoráveis a um regime complementar, desde que seja complementar, e não para trocar por outro regime [de capitalização, proposto pelo governo]", declarou.

De acordo com Rossetto, o que ameaça o modelo previdenciário não são os "direitos dos trabalhadores, e sim a recessão econômica, o desemprego, a sonegação e uma estrutura tributária injusta. As isenções tributárias devem ser rigorosamente debatidas e atacadas".

topo ↕

SISTEMA JITIRANA - TEMPO REAL

Primeira de sua família a se graduar, astrônoma de Duque de Caxias consegue estágio na Nasa

Primeira de sua família a concluir uma graduação, a astrônoma Carolyne Santos de Oliveira, de 27 anos, conseguiu uma bolsa para aperfeiçoar seus estudos em um estágio na Nasa, a Agência Espacial Americana. Em entrevista ao G1, Carolyne, de 27 anos, que é mestranda na UFRJ, relatou uma trajetória de luta durante a vida acadêmica para conseguir a vaga.

Carolyne é moradora de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e está estudando em Greenbelt, no estado americano de Maryland, desde janeiro, quando conseguiu a bolsa de estudos. Na agência internacional, ela analisa as propriedades físicas e as aparências das galáxias.

Para mulheres que sonham com futuros que parecem impossíveis, a recém-chegada na Nasa aconselha: "Dediquem-se ao máximo a cada oportunidade que aparecer na frente, porque mesmo a menor delas pode te levar até mais perto do seu sonho e, quando você perceber, já vai ter chegado lá".

A viagem da jovem foi financiada pela **Capes**, por meio do Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI). A mestranda recebeu as passagens de ida e volta e uma bolsa mensal de 1.700 dólares (R\$ 6.681, na cotação mais recente).

De acordo com Karín Menéndez Delmest, orientadora da aluna, a viagem só foi realizada por conta de uma proposta dela à **Capes**. O edital que oferecia esses tipos de viagens foi cortado, mas Karín fez um pedido e recebeu algumas bolsas. Carolyne é uma das últimas a receber a bolsa através da professora.

O caminho de Carolyne até chegar ao mestrado em Astronomia na UFRJ foi longo. Ela foi bolsista em escolas particulares de Caxias durante o ensino médio e, apesar de estudar em uma universidade pública, a família teve que lutar para arcar com outros gastos gerados pela graduação.

"Desde o meu segundo ano de graduação até eu me formar eu recebi a bolsa auxílio que a universidade fornece para alunos de baixa renda. Com essa bolsa e com a bolsa de iniciação científica eu pagava pelas minhas passagens para ir e voltar da universidade e pelo curso de inglês", contou Carolyne.

Quando voltar da NASA, Carlyne espera se tornar uma professora universitária. Foto: Reprodução/Arquivo Pessoal

A mãe da astrônoma, Josenilde dos Santos, é autônoma e revende roupas e cosméticos. Ela falou sobre a dificuldade de dar uma boa educação à filha. “Era muito difícil manter ela no colégio particular. Tinha que fazer marmita e levar pra ela, porque a gente não tinha dinheiro pra almoçar fora. A gente ainda pagava aluguel. Foi muito sacrifício, muita luta”.

A estudante já passou pelos cursos de matemática e física até chegar em astronomia. Ao contar em casa da escolha do curso, a mãe não sabia o que fazia um astrônomo.

“A única pergunta que a minha mãe me fez foi se era isso mesmo que eu queria e se astronomia iria pagar as contas. Quando eu respondi que sim, ela me apoiou incondicionalmente”, disse a mestrand.

A astrônoma volta para o Brasil no início de maio e, quando terminar o mestrado, espera emendar em um doutorado. Para o futuro, Carlyne deseja ser professora universitária. “Como não existe a profissão de cientista no Brasil, nós trabalhamos como professores universitários.”

*Estagiária, sob a supervisão de João Ricardo Gonçalves

topo ↕

TESOURO INVEST - TEMPO REAL

Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\$ 50 bilhões por ano, estima governo

Sem reforma, gasto previdenciário aumentará mais de R\$ 50 bilhões por ano, estima governo | – G1

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada, prevê – sem a reforma da Previdência – um aumento anual acima de R\$ 50 bilhões a partir de 2020 das despesas previdenciárias com servidores públicos (sem contar militares) e trabalhadores do setor privado.

Essas despesas, as maiores do orçamento, são obrigatórias e, considerando as limitações do teto de gastos públicos, pressionarão para baixo nos próximos anos os gastos classificados como “discricionários”, ou seja, aqueles que o governo tem liberdade para manejar. Com isso, serviços públicos podem ser afetados.

Para tentar resolver esse problema, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro propõe, principalmente, a reforma da Previdência. A oposição, por sua vez, admite que o atual sistema previdenciário precisa de atualizações, mas defende outras medidas (leia mais no fim desta reportagem).

GASTOS DO RGPS (SETOR PRIVADO) E RPPS (SERVIDORES)

PROJEÇÕES DA ÁREA ECONÔMICA, EM R\$ BILHÕES

Fonte: PROJETO DA LDO DE 2020 (MINISTÉRIO DA)

Sem a adoção de medidas, de acordo com a própria área econômica do governo, a compressão dos gastos discricionários pode afetar serviços públicos e investimentos do

governo federal.

Segundo avaliação feita na semana passada pelo secretário de Fazenda do Ministério da, Waldery Rodrigues Júnior, essas despesas poderão sofrer “forte compressão” nos próximos anos.

“Não é risco de ‘shutdown’ [desligamento da máquina pública], mas estamos apontando a seriedade do quadro. Nessas medidas, a gente tem observado que os investimentos têm sido item preferencial onde se tem redução. Por isso mesmo, precisamos reduzir as despesas obrigatórias”, declarou Rodrigues Júnior.

Impacto nos serviços públicos

Em 2017, quando as despesas discricionárias somaram R\$ 117 bilhões, a impressão de passaportes e fiscalizações contra o trabalho escravo chegaram a ser suspensas ou reduzidas. Também houve redução nos recursos para as universidades federais.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos precisa ficar acima de R\$ 75 bilhões. Com isso, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para “todos os indicadores disponíveis”, a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é “muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática”.

Recentemente, o IBGE anunciou o objetivo de “realizar um censo menos custoso” em 2020. Para isso, revisa o orçamento da pesquisa a fim de reduzir em cerca de 25% os gastos inicialmente previstos.

No ano passado, o Conselho Superior da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** enviou ao governo federal um ofício pedindo que recursos orçamentários não fossem cortados, evitando que programas fossem interrompidos, o que poderia deixar quase 200 mil pesquisadores sem bolsas.

Depois de somarem R\$ 117 bilhões em 2017, os gastos discricionários avançaram para R\$ 128 bilhões no ano passado, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Para este ano, a previsão da equipe econômica, com o corte de R\$ 29,7 bilhões no orçamento, é de gastos discricionários de R\$ 86,1 bilhões, ou 6,09% das despesas totais (veja no gráfico abaixo).

GASTOS DISCRICIONÁRIOS DO GOVERNO

Verba para custeio e investimentos, por ano

Fonte: Ministério da

Esse é o cenário que vigora no momento, mas o governo informou que pretende reverter

esse bloqueio de gastos no decorrer de 2019 – o que elevaria os gastos discricionários para R\$ R\$ 116 bilhões, ou 8,22% do total.

No próximos anos, a previsão da área econômica é de queda (R\$ 99,8 bilhões em 2020; R\$ 90 bilhões em 2021; e R\$ 71,9 bilhões em 2022), o que reduziria a margem para o governo definir suas despesas.

Isso ocorre porque a despesa total do governo, ou seja, tanto os gastos que o governo tem controle quanto os obrigatórios, está limitada pelo teto de gastos públicos, aprovado pelo Congresso Nacional em 2016.

Como os gastos obrigatórios (com Previdência e pessoal, entre outros) estão subindo acima da inflação, está sobrando cada vez menos espaço para as despesas sobre as quais o governo tem controle, classificadas de “despesas discricionárias com controle de fluxo”.

Para abrir espaço para os gastos discricionários, e também para aqueles que já têm dotações mínimas definidas em lei, como Saúde, por exemplo, o governo defende a aprovação da reforma da Previdência, cuja proposta está tramitando no Legislativo.

O projeto do governo prevê a instituição de uma idade mínima de aposentadoria e alíquotas maiores para trabalhadores que ganham mais, principalmente servidores públicos, entre outros pontos.

Segundo números apresentados nesta semana pelo governo, a reforma da Previdência, se aprovada sem alterações, geraria uma total de R\$ 1,2 trilhão em dez anos, abrindo espaço para outras despesas. Somente até o fim do governo Bolsonaro, a seria de R\$ 128 bilhões (R\$ 44 bilhões em 2021 e R\$ 68,2 bilhões em 2022).

Em debate na Câmara dos Deputados, o secretário-especial de Previdência e Trabalho do Ministério da, Rogério Marinho, disse que o modelo previdenciário de repartição, vigente no Brasil atualmente, pelo qual os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados, é “injusto porque poucos ganham muito e muitos ganham pouco”.

“A reestruturação do sistema previdenciário é a favor dos mais pobres do nosso país, porque são eles que estão tendo seus direitos suprimidos. Basta andar nos estados e municípios para saber que o sistema de saúde está sucateado, que curva de proficiência na educação está estagnada há mais de 14 anos e que não há recursos para para a infraestrutura. Esses recursos estão capturados [pela Previdência], imobilizados, e estamos em um círculo vicioso”, declarou ele, na semana retrasada.

Também presente ao debate na Câmara dos Deputados, em meados deste mês, o ex-ministro do Trabalho e Previdência na gestão de Dilma Rousseff, Miguel Rossetto, afirmou que o atual modelo previdenciário, de repartição (onde os trabalhadores na ativa financiam os benefícios dos aposentados) é “justo, sustentável e necessário para que o país atenda ao que determina a Constituição de 1988”.

Ele defendeu, na ocasião, “atualizações necessárias” no regime de repartição e manutenção de um sistema de previdência complementar para quem ganha acima do

teto do INSS (R\$ 5,8 mil). “Somos favoráveis a um regime complementar, desde que seja complementar, e não para trocar por outro regime [de capitalização, proposto pelo governo]”, declarou.

De acordo com Rossetto, o que ameaça o modelo previdenciário não são os “direitos dos trabalhadores, e sim a recessão econômica, o desemprego, a sonegação e uma estrutura tributária injusta. As isenções tributárias devem ser rigorosamente debatidas e atacadas”.

Fonte Oficial: G1.

topo ↕

TRIBUNA DA BAHIA - BA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Proposta de cortar verba de cursos de humanas tem pouco peso prático

Alunos dos cursos de filosofia e sociologia são apenas 1% do total de universitários em instituições federais

Defendida pelo presidente Jair Bolsonaro, a redução de investimentos em cursos de filosofia e sociologia não traria efeitos práticos para a educação, segundo levantamento da Folha. O número de alunos de graduação desses cursos representa 1% do total nas universidades federais, quantidade similar à da pós-graduação.

Dos 1.283.431 alunos de graduação das federais, 25.904 estão em cursos de filosofia ou sociologia —1% do total, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2017. As duas áreas registram 66 programas de mestrado e doutorado nas federais, ou 2,5% do total de 2.509 programas nessas instituições, segundo dados da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação.

Em relação ao pagamento de bolsas, o cenário é o mesmo. Somente 1,4% dos gastos do CNPq, agência federal de fomento à pesquisa, são direcionados às ciências sociais. Para a filosofia, esse percentual é de 0,7%. As bolsas pagas nessas áreas, em 2017, somam R\$ 19,7 milhões, diante de um total de R\$ 944 milhões.

Uma das áreas consideradas por Bolsonaro como "mais competitivas" e que deveriam ser priorizadas, a engenharia, já concentra mais de 20% do total de gastos com bolsas.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Artigo - E quem ensina os médicos, veterinários e engenheiros, ministro?

Especialistas de universidades públicas comentam declaração de presidente Jair Bolsonaro sobre investimento em faculdades de Humanas; "educação é um processo muito mais abrangente do que a qualificação técnica"

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira, 26, que "estuda descentralizar investimento em faculdades de Filosofia e Sociologia (Humanas)". O foco, segundo ele, seria privilegiar "áreas que gerem retorno imediato, como: Veterinária, Engenharia e Medicina".

A declaração é preocupante.

Primeiro e mais basicamente, porque a educação é um processo muito mais abrangente do que a qualificação técnica, compreendendo a formação humanística, ética e crítica dos indivíduos. São professores formados em Filosofia, Sociologia, História, Letras,

Pedagogia etc. que **cumprem primordialmente este papel na educação básica**. As habilidades comunicativas e comportamentais desenvolvidas nesses campos do saber são, inclusive, indispensáveis para o acesso e o bom desempenho nos cursos "com resultados imediatos", bem como para a inserção no mercado de trabalho.

Em segundo lugar, a Filosofia constitui o fundamento de todas as ciências por lhes fornecer as bases epistemológicas e éticas. Mayana Zatz, por exemplo, não poderia avançar nas pesquisas do Projeto Genoma sem forte base ética. Não se pode desprezar as ciências básicas. O veterinário e o engenheiro dependem, para seu mister, do conhecimento sobre o terreno, os ventos, o ciclo da água, o clima. Muito disso vem da Geografia.

Em terceiro lugar, são sociólogos, filósofos, cientistas políticos, economistas, antropólogos, dentre outros, que têm os instrumentos teóricos adequados para a construção de políticas públicas. A decisão de, por exemplo, alocar recursos públicos de saúde em determinada região do País necessita de dados e reflexões produzidos, inclusive, por cientistas sociais. Melhor será construir uma unidade de oncologia? Ou saúde da família? Na agricultura, a liberação de agrotóxicos, para além da saúde dos consumidores dos alimentos a eles expostos, impacta o meio ambiente, os moradores adjacentes. Quem mede isso? Cientistas sociais, em grande parte.

Construir uma grande planta industrial com grande deslocamento humano, marcadamente masculino, impacta o meio social de maneira agressiva. Como administrar e mitigar as consequências negativas são reflexões típicas das ciências humanas.

Médicos, veterinários e engenheiros não são produzidos no vácuo, não trabalham no vazio, e não produzem para o nada. Todos esses conectores são, em grande parte, viabilizados pelas ciências humanas. Sob o pretexto de combater ideologia, não implementem outra, obscurantista, abandonada por qualquer círculo científico sério há muitas décadas.

*Davi Tangerino é professor de Direito Penal na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Fundação Getulio Vargas (FGV-SP)

Gustavo Bambini é mestre e doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e professor doutor da mesma universidade

Murilo Gaspar do é diretor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp)

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC vai refinancear mais de 500 mil contratos do Fies

De cada dez estudantes que fizeram empréstimos, seis estão com pagamentos atrasados. São mais de R\$ 2 bilhões em parcelas atrasadas.

Começa na segunda-feira (29) o prazo para a renegociação das dívidas com o Fies, o programa de crédito para o ensino superior do governo federal. Mais de 500 mil estudantes estão com parcelas atrasadas há mais de três meses.

O caminho traçado era ter um diploma de farmacêutica, um emprego e a renda para

pagar o financiamento da faculdade. Não aconteceu nada disso e restou a dívida.

“É frustrante porque todo mundo tem sonhos e tem gente com sonhos tão grandes. O meu é apenas estudar, me formar, dar uma vida melhor para minha filha e eu não estou conseguindo”, disse Larissa da Silva Gomes.

Seis em cada dez pessoas que usaram o Fies para estudar têm parcelas em atraso. São 517 mil contratos com prestações vencidas: mais R\$ 2 bilhões de um total de R\$ 11,2 bilhões que os universitários pegaram emprestado e ainda não pagaram.

Essa é a maior dívida acumulada nos 20 anos do programa de financiamento estudantil. As renegociações até então eram feitas caso a caso, agora, as regras valem para todos que fecharam contratos até 2017, estão em fase de amortização e têm prestações atrasadas há pelo menos 90 dias.

As parcelas vencidas e as não vencidas serão somadas e será feito um novo cronograma de pagamentos. Mais quatro anos para quitar o que devem. A taxa de juros continua a mesma. Só que tem que dar uma entrada: 10% do valor total da dívida ou R\$ 1mil, o que for maior, e a prestação será de no mínimo R\$ 200.

O governo aposta na renegociação, mas o representante das universidades particulares diz que nem o refinanciamento deve resolver o problema.

“Da forma como está posto, ele não atende à necessidade desta camada de brasileiros que estão desempregados no momento e não estão em condições de arcar com seus compromissos”, diz Sólton Caldas, diretor-executivo da ABMES.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BAIXA RIGOR COM ENSINO À DISTÂNCIA

Produção acadêmica deixa de ser exigida na seleção de professores

A produção acadêmica não será mais exigida pelo Ministério da Educação na seleção de professores de pós-graduação na modalidade de ensino à distância.

No lugar disso, será examinada a produção intelectual dos professores, ou seja, ter livros publicados — o que é algo bem mais subjetivo do que critérios técnicos estabelecidos pelas universidades.

A mudança na regra foi publicada nesta sexta-feira no Diário Oficial.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Cursos de Felicidade são tendência em universidades do mundo todo

Buscar estudar a felicidade se tornou tendência nas grandes universidades do mundo.

Você já parou para pensar se é feliz? O que é felicidade para você? De acordo com o Dicionário Aurélio, felicidade é a "qualidade ou estado de feliz". O substantivo feminino é descrito ainda como "bom êxito, sucesso". Independentemente das definições, o fato é que as pessoas do mundo inteiro anseiam por se tornarem mais felizes, não importando o que realmente isso significa.

Para Gustavo Arns, facilitador do curso de Felicidade da Universidade Positivo, tentar

explicar em poucas palavras o que é felicidade é um erro, visto que, segundo ele, "se perguntarmos para 100 pessoas, vamos ter 100 diferentes conceitos". Entretanto, diz, é importante frisar que a maior parte das pessoas procura a felicidade no lugar errado, pois, via de regra, ela está mais perto do que se imagina.

"O nosso estilo de vida e modelo de sociedade nos leva a buscar felicidade em fatores externos. Eu vou ser feliz quando acontecer algo, sendo que a felicidade é algo muito mais interno. Ela é a soma e a relação do nosso bem-estar físico, emocional, espiritual, relacional e intelectual. Quando conseguimos alimentar essas cinco áreas da nossa vida, de forma que consigamos estar bem com elas, aumentamos a sensação de felicidade", explica.

Aprendendo a ser feliz

E felicidade se ensina? Nos últimos anos, a busca pela felicidade tornou-se uma epidemia mundial, tanto que universidades em todo o planeta investiram tempo e dinheiro em cursos que ensinam as pessoas a serem mais felizes.

A Universidade Harvard, nos Estados Unidos, foi uma das pioneiras e hoje, cerca de dez anos depois da primeira turma, a disciplina do professor israelense Tal Ben-Shahar é uma das mais concorridas do campus. O estudioso, inclusive, foi uma das inspirações para que Arns lançasse no Brasil o Congresso de Felicidade, que teve o Grupo Positivo como parceiro e acabou originando o curso de Felicidade da Universidade Positivo.

"A ciência nos diz que podemos construir a nossa felicidade com ações positivas. O curso trata disso. Nele, ofertamos, além de toda a teoria, uma base de ferramentas para aplicar na vida pessoal", ressalta Arns.

Mais feliz

O curso Felicidade e Bem-Estar da Universidade Positivo está em sua primeira edição - iniciou em novembro e tem término previsto para junho de 2019. As aulas acontecem aos sábados, uma vez por mês e, de acordo com Arns, as 44 vagas ofertadas foram preenchidas rapidamente por pessoas de diversas localidades do Brasil.

Uma das alunas do curso é a médica e cirurgiã do aparelho digestivo, Carolina Gomes Gonçalves, professora e coordenadora adjunta do curso de Medicina da Universidade Positivo. Para ela, o curso abriu novos horizontes. "Quando procurei a disciplina, eu queria aprender mais sobre o sentimento para humanizar ainda mais a formação dos estudantes. O que aprendi é que, antes de querer ensinar aos outros a serem felizes, precisamos ter a humildade de aprender a construir a própria felicidade", divide.

De acordo com a profissional, um dos importantes aprendizados no processo de construção da felicidade, foi a mudança de hábitos às custas de muita disciplina. "Fazendo também quem está ao nosso redor mais feliz", afirma. Além disso, a professora afirma que o compartilhamento de experiências é algo fantástico durante o curso de Felicidade. "Lá, encontrei pessoas que espontaneamente estão dispostas a aprender com esse assunto - e suas experiências e vivências contribuem muito para transformar a forma como eu enxergo o mundo hoje", diz Carolina.

Além da transformação pessoal, a participação de Carolina no curso de Felicidade teve outro resultado: a oferta de uma disciplina de Felicidade para os alunos de Medicina da Universidade Positivo. O curso, que teve início em março deste ano, ofertou 20 vagas, rapidamente preenchidas. Segundo a professora, os alunos podem esperar um curso autêntico, sem certo ou errado, que oferece ferramentas, cientificamente comprovadas, capazes de promover o aumento da felicidade e do bem-estar, além da melhora da qualidade de vida. "O curso de Medicina é longo, com muitas exigências, além de trazer aos nossos estudantes grandes desafios. Por essa razão, estudamos sempre novas formas de ensinar Saúde e não apenas doenças. A Ciência da Felicidade veio de encontro a essa nossa demanda, pois justamente consiste no estudo de técnicas e ferramentas de promoção da saúde física e mental, além da felicidade", finaliza a professora.

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece mais de 50 cursos de Graduação presenciais, quatro cursos de Doutorado, sete cursos de Mestrado, mais de 190 programas de Especialização e MBA, sete cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com sete unidades em Curitiba, uma unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 50 cidades espalhadas pelo Brasil. Em 2018, a Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking mundial de sustentabilidade da UI GreenMetric.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Não se pode negar o conhecimento, diz professor de História da USP

Não houve ditadura no Brasil, o Holocausto não aconteceu, os negros não foram escravizados. O chamado negacionismo histórico ganhou força nos últimos meses, impulsionado pelas redes sociais e por declarações de políticos. O tema, que era pouco estudado, agora preocupa especialistas pelo risco iminente de chegar às escolas.

"Os livros didáticos podem ser diferentes, mas há um limite que não pode ser cruzado. Não pode haver negação do conhecimento", diz o professor titular de História do Brasil Independente da Universidade de São Paulo (USP), Marcos Napolitano. "A pessoa tem uma posição política diante do nazismo, do comunismo, isso é do cidadão, não cabe ao historiador dizer. O que não pode é construir essa posição às custas da verdade histórica."

Ele e a colega Mary Junqueira coordenam um debate sobre o assunto na USP entre 7 e 9 de maio. Um dos objetivos é incluir o tema na formação dos novos professores de história, que precisam aprender a se munir de evidências diante das negações. Além disso, Napolitano acredita que uma forma de combater o negacionismo é os historiadores se comunicarem mais com a sociedade. "A gente não é formado para fazer um bom programa de YouTube, um texto rápido e eficaz, e sim para escrever textos longos, complicados e chatos."

O negacionismo histórico já existia ou surgiu agora?

É um termo que já existe há algum tempo e se refere à historiografia do Holocausto. Os negacionistas são aqueles que negam o Holocausto como uma política sistemática de extermínio dos judeus. Na campanha presidencial, surgiram negacionismos mais ligados à história do Brasil: não houve genocídio indígena, os portugueses nunca estiveram na África para fazer tráfico de escravos, não houve ditadura, não houve tortura. É a negação de um evento em que há evidências fortes, testemunhais, materiais, documentais. Eles dizem que não foi bem assim, não foi o objetivo da política, foi um acidente. Esse tipo de postura não tem respeitabilidade no meio historiográfico brasileiro ou internacional. Mas é um fato social.

E por que ele está surgindo hoje no Brasil?

Há um segmento ideológico da sociedade que reclama uma outra história do País, que acha que a historiografia do Brasil nos últimos anos deu ênfase à chamada vítima da história, as classes populares. A extrema direita não se reconhece na produção.

Mas essa crítica é verdadeira?

Não. Isso foi uma tendência dos anos 80, mas já nos anos 90 estava bastante equilibrado. É um visor preconceituosa e errônea. Aquela ideia que aparece nas redes sociais, de que toda a historiografia é de esquerda. Hoje se estuda muito as elites, o conceito de Estado, o autoritarismo, a democracia. A historiografia brasileira tem um leque amplo, com liberais, conservadores, historiadores de esquerda que não são marxistas. Agora, todo historiador sério segue regras. Não pode achar que não existiu porque ele não gosta daquilo ou a ideologia com a qual ele se identifica não aprova.

É possível revisar a história com novas pesquisas?

Sim, é o revisionismo clássico, um processo interessante e feito com todo o respeito às regras metodológicas da área. Quando aparece uma nova fonte, uma nova demanda da sociedade, os historiadores revisam o passado. Outra coisa é o revisionismo ideológico, quando parte de um ponto, de uma polêmica ideológica com relação ao passado, e a partir disso vai buscar a revisão.

Houve revisionismo com relação à ditadura o Brasil?

Sim, e não necessariamente feito por pessoas de direita. Historiadores progressistas revisaram temas polêmicos que a própria memória de esquerda defendia, como a participação da sociedade no golpe. A memória da esquerda falava que o golpe tinha sido feito por meia dúzia de militares, alguns políticos e apoio americano. E a sociedade tinha sido vítima. Isso não corresponde à realidade histórica e, nos últimos anos, esse tema apareceu.

O negacionismo pode levar ao revisionismo?

Esse é o ponto. Muitas vezes o negacionismo puro e simples pode alimentar o revisionismo ideológico, o que pode comprometer o conhecimento.

Ele pode chegar às escolas?

Já está chegando, professores do ensino básico já ouviram de alunos que esse negócio de ditadura não existiu, que é uma invenção da esquerda. Um dos objetivos do nosso evento é discutir como os alunos de História, os pós-graduandos e os professores devem lidar com isso. Como esse tema deve ser parte formativa daqui para a frente para os professores.

Mas o que o senhor diria a um aluno seu, que será professor de História?

O professor tem de ter muito claro o que é uma evidência irrefutável. Por exemplo, por que dizemos que houve tortura? Porque há testemunhas, documentos, provas, evidências. A ditadura? Por que tivemos um governo que caçou parlamentares, fechou o Congresso, governou à base de atos institucionais. Isso é uma evidencia de um regime autoritário, você pode não chamar de ditadura se não gostar. Mas não dá para chamar de democracia.

Os livros didáticos podem incorporar o negacionismo?

O livro tem uma ligação forte com a produção historiográfica. Algumas pesquisas novas às vezes demoram para chegar à escola. Mas se o MEC resolver interferir na avaliação dos livros, isso é uma forma de pressionar para que se incorpore negacionismos E não é só na História. Há o criacionismo, por exemplo. Como você vai dar estatuto de opinião científica para o criacionismo? Com todo respeito à religião, não há evidência. Esse tipo de coisa não pode chegar ao livro didático. Eles podem ser diferentes, mas há um limite que não pode ser cruzado. Não pode haver negação do conhecimento.

Qual o impacto de declarações negacionistas vindas do governo?

Isso interfere no trabalho historiográfico porque sinaliza para a sociedade, com toda a autoridade que o presidente tem, que aquela opinião é válida do ponto de vista histórico. A pessoa tem uma posição política diante do nazismo, do comunismo, isso é do cidadão, não cabe ao historiador dizer. O que não pode é construir essa posição política e ideológica às custas da verdade histórica.

Qual a maneira de combater o negacionismo?

Uma maneira é a universidade construir canais de conversa com a sociedade. É começar a pensar no que a gente tem chamado de história pública, como criar conexões, desde a produção audiovisual até uma matéria em um jornal. A produção historiográfica nos últimos 40 anos se voltou muito para o público interno das universidades. Um debate só entre pares. É hora de os historiadores começarem a ocupar esse espaço. A gente não é formado para fazer um bom programa de YouTube, um texto rápido e eficaz, somos treinados para escrever textos longos, complicados e chatos. Mas é um desafio que se coloca hoje.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL
Afinal, que sociedade queremos ser?

GENEBRA – Sócrates – o filósofo – já dizia: a vida não examinada não vale a pena ser vivida. No atual debate que existe no MEC, essa frase pode parecer ultrapassada. Em alguns anos e dependendo das políticas adotadas, não me surpreenderia que alguns acabem só sabendo da existência do outro Sócrates, o doutor.

Mas a realidade é que tal princípio é absolutamente atual, principalmente para uma nação que tenta superar divisões profundas. Mas para que uma sociedade embarque nesse exercício diário de examinar seu passado, sua existência e saber para onde vamos, são as disciplinas como filosofia, ciências sociais e humanas que nos darão os instrumentos.

Quando tais instrumentos são considerados como luxo ou avaliados como não sendo um papel do estado, a pergunta óbvia que faço é a seguinte: que sociedade exatamente estamos escolhendo ser?

Sim, tais disciplinas podem ser substituídas por outras supostamente mais práticas, com um resultado imediato talvez mais confortável para aqueles que sofrem de miopia. Nos EUA, dezenas de universidades estão sendo pressionadas, diante de cortes de orçamentos, a rever seus departamentos de humanas. Muitas outras já iniciaram uma campanha para conseguir sobreviver e "provar" sua utilidade à sociedade.

No Reino Unido, o movimento também é uma realidade, o que levou Julian Baggini a escrever um poderoso texto em dezembro de 2018 sobre o papel da filosofia em nossas vidas, nas vidas de uma nação.

Segundo Baggini, uma sociedade sem espaço para tais carreiras em suas universidades pode até ser mais treinada. Talvez ela também será administrada de forma mais eficiente. Mas um número cada vez menor de pessoas vai entender a que serve exatamente essa tal eficiência.

Se não encontrarmos recursos para desenvolver tais instrumentos de reflexões e consciência, estamos eliminando de nossa sociedade, acima de tudo, sua capacidade de refletir sobre nossa existência, sobre nosso futuro.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, uma lei aprovada em Washington aprofundaria a estratégia americana de focar seu desenvolvimento na democratização da educação. Mas o que pesquisas hoje revelam é que uma iniciativa que tinha como objetivo treinar cidadãos para o mercado de trabalho acabou também revolucionando outros segmentos.

A G.I. Bill de 1944 permitiria a todos os americanos que tinham retornado do conflito um acesso praticamente livre para estudar. De quebra, a lei acabou derrubando os muros de universidades a milhares de jovens de classe média e baixa que jamais teriam tido acesso.

Em 2006, o escritor Edward Humes resumiu o impacto dessa manobra do governo e revelou que aquele acesso havia transformado "o Sonho Americano" para sempre. Tal iniciativa de 1944 gerou, ao longo das próximas décadas, três ministros da Corte Suprema, três presidentes, uma dúzia de senadores, mais de 20 ganhadores do prêmio Pulitzer, 238 mil professores, 91 mil cientistas, 67 mil doutores e milhares de outros profissionais. Isso sem contar com 14 ganhadores do Prêmio Nobel. Para cada um dólar

investido em educação, o retorno foi de sete para a economia.

Mais importante do que tudo isso, Humes alega que a iniciativa permitiu educar milhões de cidadãos que transferiram para suas vidas diárias as reflexões de ciências humanas e criar um sentimento de uma comunidade de destino.

O estado assumiu seu papel na educação, inclusive aquela que visa pensar e questionar o próprio estado e a sociedade. O resultado foi um fortalecimento da democracia e, ao longo de décadas, a derrubada de discriminações profundas que se mantinham na sociedade americana.

Isso tudo por conta do fato de que locais de criação e pensamento que eram bastiões da elite ganharam um novo público. Carreiras até então destinadas apenas a quem poderia pagar passaram a ser democratizadas, inclusive a filosofia.

Não há nada contra focar a estratégia de ensino no treinamento de profissões e direcionar esforços a atender ao mercado. Mas isso não pode ocorrer jamais em detrimento da reflexão de quem somos. E tal exercício não pode ser um privilégio daqueles que tem recursos para pagar.

Se depois de querer mudar o passado, o MEC agora se empenhar em reduzir a capacidade de pensarmos – juntos – nossas existências e nossa sociedade, o que também estaremos eliminando é nosso futuro.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Pesquisadores em teologia criticam proposta de Bolsonaro para humanas

A Anptecre (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião) divulgou hoje uma nota contra a proposta do governo Jair Bolsonaro de reduzir o investimento para áreas de humanas, em especial para faculdades de filosofia e sociologia.

A associação, que reúne mais de 300 pesquisadores em teologia e ciências da religião, defende que a investigação em humanidades "colabora de maneira fundamental para o desenvolvimento da nação, em especial para o campo da educação e da formação de visão crítica sobre a sociedade e suas estruturas".

"Continuamos afirmando que o futuro de nosso país exige de todos um compromisso responsável e incentivo à pluralidade de ideias, a liberdade de pensamento, a autonomia das ciências humanas e sociais. Tratar a educação a partir de premissas ideológicas não colaborará a encarar os grandes desafios que precisam ser vencidos"

Anptecre (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião)

A proposta de reduzir o investimento em cursos de filosofia e sociologia foi anunciada na noite de quinta-feira (25) pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, em uma transmissão ao vivo nas redes sociais do presidente Jair Bolsonaro (PSL). A medida foi, então, reforçada por publicações no Twitter do presidente na manhã de ontem.

Jair M. Bolsonaro



@jairbolsonaro

O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.

67,6 mil

06:52 - 26 de abr de 2019

Informações e privacidade no Twitter Ads

29,7 mil pessoas estão falando sobre isso

O objetivo, segundo Bolsonaro, seria "focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina". Para especialistas consultados pelo UOL, a proposta fere a Constituição.

Associações ligadas à filosofia e às ciências sociais, junto de outras entidades que representam setores da educação, criticaram a proposta. As falas de Weintraub e de Bolsonaro foram classificadas pelas entidades como uma "demonstração do mais completo desconhecimento sobre a ciência e sobre a produção do conhecimento científico".

Também em nota, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que representa mais de 6 mil cientistas, manifestou-se contra a medida.

"As Ciências Humanas e Sociais não são ideologias (...). Elas trabalham com metodologias científicas específicas, que incluem o levantamento cuidadoso de dados com o uso de questionários, entrevistas, análise de documentos e observações no campo de estudo, e suas conclusões estão baseadas em evidências", disse a associação.

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Proposta de cortar verba de cursos de humanas tem pouco peso prático

Alunos de ciências sociais e filosofia, citadas pelo presidente, são 1% nas federais
Brasília e São Paulo

A ideia do governo Jair Bolsonaro (PSL) de reduzir investimentos em filosofia e sociologia tem um peso mais ideológico do que prático. O número de alunos de graduação desses cursos representa 1% do total nas universidades federais, número similar ao da pós-graduação.

As duas áreas registram 66 programas de mestrado e doutorado nas federais, ou 2,5% do total de 2.509 programas nessas instituições, segundo dados da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, ligada ao ministério.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-cortar-verba-de-cursos-de-humanas-no-pais.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Humanas sob ataque

Bolsonaro sugere cortes nas faculdades de Filosofia e Sociologia

Depois do “viés ideológico” em questões do Enem e da batalha contra o “marxismo cultural” nas universidades, o governo têm novo alvo na área da Educação: as Ciências Humanas. Os cursos de Filosofia e Sociologia seriam os primeiros afetados com um corte de verbas.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro foi às redes sociais fazer coro com o ministro Abraham Weintraub e confirmar: “O ministro da Educação (Abraham Weintraub) estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados”, escreveu o presidente no Twitter. “O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.”

A proposta, que já havia sido colocada na mesa pelo ministro em vídeo transmitido pelo Facebook, causou indignação entre educadores, que defendem a importância das disciplinas humanas para resolver problemas fundamentais do país, como a desigualdade de renda. Além disso, a ingerência do governo sobre o investimento nos cursos é limitada pela autonomia universitária — os repasses da União às instituições públicas não são direcionados a determinada faculdade. Já o destino das bolsas dadas a cada área pode sofrer maior interferência federal.

Hoje, levando em consideração apenas a área da pesquisa científica, dados da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostram que os valores para bolsas em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas — R\$ 225,5 milhões — não conseguem alcançar o montante de R\$ 244,9 milhões investidos em Ciências Exatas e da Terra, área que mais recebe recursos do governo.

O cálculo leva em consideração apenas valores destinados ao benefício, já que as agências não informaram ao GLOBO as verbas destinadas a projetos e custeio de laboratórios (veja detalhes no quadro acima).

No caso do CNPq, órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MC-TIC), são consideradas também as bolsas destinadas à graduação. No total, foram R\$ 124,1 milhões investidos em bolsas de Ciências Humanas, R\$ 63,8 milhões em bolsas de Ciências Sociais Aplicadas e R\$ 226,9 milhões em Ciências Exatas e da Terra.

RELEVÂNCIA SOCIAL

Em relação à **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), há dados sobre as bolsas de mestrado e doutorado. A agência informou ao GLOBO o número de benefícios para cada área e afirmou que há um valor fixo para cada modalidade, o que permitiu que o cálculo fosse feito. A partir disso, foi verificado um investimento de R\$ 23,8 milhões para Ciências Humanas, R\$ 13,8 milhões para Ciências Sociais Aplicadas e R\$ 18 milhões para Ciências Exatas e da Terra.

Especialistas afirmam que, de fato, os estudos na área de Humanas custam menos pela natureza de sua pesquisa

— que, na maioria das vezes, não envolve insumos químicos e equipamentos de ponta.

Ressaltam, porém, que há questões sociais urgentes que demandam pesquisas nas áreas alvejadas pelo discurso de Bolsonaro.

Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich assinala que, em todo o mundo, a tendência é unir as diversas áreas de conhecimento, formando profissionais mais completos e cientes do contexto em que desempenham seu trabalho. A ideologia, portanto, não deve eleger quais são os temas cujo ensino será prioritário.

— Não é questão de precisar de mais médicos e menos filósofos. A questão mais importante é ter uma educação interdisciplinar, que oriente para um projeto de desenvolvimento nacional — afirma Davidovich.

— Há um leque de assuntos que só podem ser discutidos com o uso das Ciências Sociais, como estudos sobre criminalidade, planejamento urbano, habitação, envelhecimento e diversidade religiosa.

Segundo levantamento realizado pela consultoria Clarivate Analytics, o país publicou 250.680 artigos científicos entre 2011 e 2016. Apenas 11,5 mil, ou 4,6% do total, foram relacionados a Ciências Sociais — índice abaixo de áreas como Medicina (46 mil) e Engenharia (12 mil). Uma queda no investimento poderia comprometer ainda mais essa produção.

Em repúdio à declaração do presidente, um grupo de associações ligadas à área da Ciências Humanas e Ciências Sociais emitiu uma nota afirmando que a colocação demonstra desconhecimento sobre a produção de conhecimento científico. O comunicado afirma ainda que é “equivocado e enganoso” avaliar as disciplinas por sua aplicabilidade imediata, desconsiderando sua importância na resolução de problemas da sociedade:

“É inaceitável (...) que essas disciplinas sejam consideradas um ‘luxo’, passível de corte em tempos de crise econômica como a que vivemos atualmente no país ou de ‘rebaixamento’ por motivação político-ideológica.”

Colaborou Helena Borges

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Corte nas áreas de Humanas

Governo quer reduzir recursos direcionados aos cursos de filosofia e de sociologia e priorizar "áreas que geram retorno imediato"

O presidente Jair Bolsonaro elogiou a postura do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de propor a redução dos investimentos em cursos de áreas humanas, como filosofia e sociologia, para conseguir priorizar as faculdades que, nas palavras dele, “geram retorno de fato” — como “enfermagem, veterinária, engenharia e medicina”. O presidente disse que a ideia do governo é “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte”, direcionando os recursos financeiros para melhorar a qualidade de ensino dessas faculdades.

A proposta de Weintraub foi anunciada quinta e endossada ontem pelo presidente. O ministro fez o anúncio durante transmissão ao vivo pelo Facebook ao lado de Bolsonaro, mas não detalhou a dinâmica da mudança e limitou-se a dizer que os alunos

atuais não serão afetados. Ele disse que a decisão foi inspirada em medidas semelhantes adotadas no Japão, na área de educação.

“O Japão, que é um país que está tirando dinheiro público do pagador de imposto, de faculdades para a pessoa que já é muito rica, como, por exemplo, filosofia (sic). Pode estudar filosofia? Pode, com dinheiro próprio”, disse o ministro da Educação, e mencionou sociologia como outro curso que poderia ter investimento menor.

Em mensagem no Twitter, Jair Bolsonaro foi além e incluiu a expressão “humanas” para mostrar que esse direcionamento de gastos pode incluir outras áreas de estudo. “A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta, e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”, escreveu, na rede social.

Para o ex-secretário de Segurança Pública e da Paz Social (SSP) do DF Arthur Trindade, formado em filosofia, a repercussão do tuíte de Bolsonaro foi negativa. “É uma área científica como as outras. O método, a teoria, tudo. Está presente em todas as universidades do mundo, inclusive nas principais, como Oxford e Harvard”, disse.

Sobre a inspiração nipônica na decisão de Abraham Weitraub, Trindade diz que: “no Japão, aconteceu isso durante três anos. O que o ministro não disse é que, lá, teve uma reação enorme”. Na opinião do filósofo, “o governo tem uma tendência de gestão contra a intelectualidade”.

Professor de filosofia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Carlos Saldanha explica que “não dá para mensurar o valor de um curso só pensando no uso prático. Engenheiro constrói prédios, médico salva vidas, mas filósofos pensam o mundo de forma embasada, para tirar dúvidas e melhorar o pensamento sobre diversos temas”.

Repúdio

A Sociedade Brasileira de Sociologia criticou as declarações do presidente, afirmando que, certamente, as áreas de veterinária, engenharia, medicina são fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do país. Mas disse que é importante dizer que as áreas de humanas têm “uma longa trajetória na história do conhecimento, elaborada em várias universidades espalhadas em diferentes partes do mundo e são igualmente importantes para a construção de um país moderno, desenvolvido e mais solidário”.

A sociologia, afirma em documento, é parte integrante do conhecimento científico, e os conhecimentos que ela produz estão baseados em fatos empíricos oriundos da realidade social que são confrontados com teorias e conceitos. A Sociedade, segue a nota, “não pode aceitar a acusação sem fundamento, que a sociologia tanto nacional quanto internacional produz ideologias ou coisas semelhantes”.

“A sociologia é uma ciência como as demais que integram esta modalidade específica de conhecimento, apartada de noções do senso comum. Está presente em praticamente todos os países com universidades e fornece contribuições relevantes nesses lugares”.

Japão já adotou a medida

Em 2015, diversos cursos de ciências sociais e humanas foram cancelados no Japão devido a uma recomendação do governo, para que as universidades “servissem a áreas que contemplassem as necessidades da sociedade”. Das 60 universidades nacionais que ofereciam cursos nessas disciplinas, 26 cancelaram ou reduziram as matérias assim que a decisão foi tomada.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Não faça isso em casa

Ensino domiciliar é como um seguro contra fogo

O ensino domiciliar está longe de ser uma prioridade da educação, área em que não faltam grandes problemas para o governo tentar resolver. Há, ademais, fortes evidências de que a expansão da educação gratuita a jovens, a partir do século 19, foi uma das melhores políticas públicas jamais adotadas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/heliosschwartzman/2019/04/nao-faca-isso-em-casa.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Proposta de esvaziamento das humanas é equivocada e fere a Constituição Federal **Universidades brasileiras têm autonomia didática garantida e regulamentada por lei de 1996**

A proposta de redução de investimentos do MEC em sociologia e em filosofia para priorizar áreas como engenharias e veterinária mostra, de novo, que o governo parece desconhecer as leis e a realidade do ensino superior brasileiro.

As universidades brasileiras têm autonomia didática garantida pela Constituição de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. De acordo com o marco legal, a decisão sobre criação, expansão, modificação e extinção de cursos de graduação no Brasil é prerrogativa exclusiva das universidades.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/proposta-de-esvaziamento-das-humanas-e-equivocada-e-fere-a-constituicao-federal.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Uma faísca para acender a mais importante fogueira

No Dia Mundial da Água, campanhas de engajamento para preservação desse bem tão importante. No Dia do Meio Ambiente, recomendações de cuidados com recursos naturais. No Dia do Trabalho, ações pró-carteira assinada. Todas essas datas, de uma forma ou outra, reúnem milhares de brasileiros em torno de um ideal. O Dia da Educação, não. O 28 de abril, Dia da Educação, é uma data que passa, com raras e boas exceções, despercebida. Esse é o reflexo de como estamos lidando com o mais importante ativo para o crescimento social e econômico de um país. Falta, ainda, uma grande mobilização da sociedade por uma causa com impacto direto em nosso futuro.

O Brasil pode e precisa de mais ações, discussões e engajamento na educação. E isso tem de estar presente no cotidiano: no bate-papo do café da manhã em família, nas rodas de happy hour com os amigos, nas hashtags da internet, sendo falado por pessoas de

idades diferentes e com ideias variadas. É evidente que há avanços. Movimentos como o Todos pela Educação são um sopro de esperança que mostram que há um caminho a ser seguido. Mas é preciso fazer muito mais. Para ter uma ideia de como a educação ainda é desvalorizada, no Congresso Nacional as bancadas ruralista e evangélica são, há anos, extremamente fortes e sólidas, suas pautas são debatidas a todo momento. Já a bancada da educação está nascendo só agora, mas com muita energia e vontade de mudar o cenário atual, depois de um trabalho conjunto entre sociedade, terceiro setor e lideranças políticas para que o tema seja tratado com a devida importância que tem.

É importante sempre lembrarmos que a raiz do desenvolvimento de um país está na educação. Os exemplos estão em nosso dia a dia: sabemos que para termos uma saúde decente precisamos de bons médicos, que só há segurança com inteligência policial, só há bom governo com gente sábia no poder. Ou seja, a reflexão sobre a importância da educação já está em nosso inconsciente. Um país que não avança na qualidade do seu ensino não avança como

país. Formar profissionais com alto nível de qualificação é um desafio que deve ser cada vez mais estimulado, mas só será aprimorado se trabalharmos bem esse estudante desde a sua formação inicial, que é no qual, em pleno século 21, seguimos concentrando nossos esforços.

No Brasil ainda pouco são discutidas as implicações, por exemplo, de estarmos ano após ano nas últimas posições do Pisa, a avaliação internacional do desempenho de estudantes. Os dados são preocupantes: 60% dos nossos alunos de ensino básico nem sequer conseguem chegar ao fim da prova. Em países que trabalharam os seus planos de desenvolvimento educacional, como a Finlândia e a Colômbia, essa taxa é de 6% e 18%, respectivamente.

A base da formação é outro ponto que carece atenção: 55% das crianças brasileiras de 8 e 9 anos ainda não sabem ler e escrever. É urgente desenvolvermos uma política pública focada na alfabetização na idade certa. Estamos mais que atrasados numa questão cuja solução deveria ser prioridade.

Não tenho receio de dizer que o País tem tudo para avançar 50 pontos em oito anos no Pisa, o que corresponde ao nível atual de nossos vizinhos do Chile, uma nação que se vem destacando por uma atuação responsável desde que assumiu a educação como pauta prioritária no governo. Hoje se sabe que um aumento de cem pontos no Pisa pode representar 2% de crescimento no PIB de uma nação. Avançar 50 pontos seria um salto de qualidade inédito, arrojado e possível, mas que somente será alcançado se tivermos líderes comprometidos em cumprir o conjunto de iniciativas já tantas vezes apresentadas como urgentes, mas retiradas de jogo sem que suas consequências, para os alunos e para todo o País, fossem pensadas.

Agora é essencial que o governo federal ponha foco no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que vence em 2020. Sem essa tão importante ferramenta de redistribuição de recursos as desigualdades da educação brasileira podem aumentar. Podemos deixar de ter, por exemplo, itens essenciais como merenda, transporte escolar e material didático para milhões de estudantes – justamente os que estão nas cidades mais pobres e mais precisam de atenção. O ideal seria garantir que o Fundeb, em sua nova versão, fosse

aprimorado e, além de ter garantia de continuidade, passasse a ser também mais redistributivo e avaliado constantemente. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular, que o Brasil finalmente conquistou, precisa de muita força e apoio nos Estados e municípios para sair do papel.

Como sabemos, nenhum país consegue evoluir na qualidade da educação sem a valorização dos seus professores. Está no forno do Conselho Nacional de Educação (CNE) a Base Nacional Comum para Formação de Professores, que precisa ser concluída e aprovada. Peças-chave para uma educação de qualidade, os professores devem dominar o conteúdo, ao mesmo tempo que devem entender o contexto em que a comunidade escolar está inserida. Precisam dominar a didática ao mesmo tempo que precisam estabelecer vínculos e estimular os seus alunos, como fazem os países que viram transformações reais ocorrendo na sala de aula depois de trabalharem os seus professores.

O Dia da Educação é um ótimo momento para refletir sobre a sua importância para o Brasil e, assim, estimular a população a se mobilizar em torno de uma agenda que precisa ser posta em prática o mais rapidamente possível. Os temas são factíveis e a sociedade brasileira tem de estar disposta a colaborar e pensar em como pode atuar pela causa. Que esse dia seja a faísca para acender essa fogueira tão importante.

O Dia da Educação é um ótimo momento para refletir sobre sua importância para o País

PRESIDENTE DO CONSELHO DO INSTITUTO PENÍNSULA – QUE ATUA PARA APRIMORAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES –, É COFUNDADORA DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO E CONSELHEIRA DOS PARCEIROS DA EDUCAÇÃO

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Os métodos de alfabetização

Apesar de ter trocado o comando do Ministério da Educação (MEC), o governo do presidente Jair Bolsonaro manteve intocada uma polêmica diretriz em matéria de alfabetização anunciada logo após sua posse. Por meio de decreto assinado na primeira quinzena de abril, ele estabeleceu um método único de alfabetização como base para a política nacional que será implementada na área.

Trata-se do método fônico, que valoriza a aprendizagem a partir da associação entre um símbolo (a letra) e seu som (fonema), para depois chegar às palavras. O método fônico se opõe ao método global, que é adotado em muitos países desenvolvidos. Nesse método, baseado na corrente construtivista, o caminho costuma ser o inverso. A alfabetização parte de textos e experiências sobre as funções da linguagem para chegar às letras e sons, com o foco na compreensão da leitura. Para o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, o método global seria “fruto de uma preocupação exagerada com a construção de uma sociedade igualitária, democrática e pluralista” e com a formação de “leitores críticos, engajados e conscientes”.

Ao justificar o decreto, que não traz maiores detalhes de como o método fônico será implementado, o MEC alegou que a decisão se baseou em experiências internacionais e em “evidências científicas”. O decreto prevê que os programas de alfabetização e as ações governamentais devem se apoiar em seis pilares: consciência fonêmica

(conhecimento das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente), instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita. E, apesar de afirmar que os Estados e municípios têm liberdade de adotar outros métodos de alfabetização em suas redes de ensino, dirigentes do MEC informam que eles receberão ajuda financeira do governo federal se derem prioridade ao método fônico. Mas, se escolherem outros métodos, não terão essa ajuda.

A excessiva ênfase dada pelo governo Bolsonaro ao método fônico e a insistência em equiparar a família à escola como “agente do processo de alfabetização” não foram bem recebidas por secretários estaduais e municipais de Educação, por pedagogos e por entidades da área de ensino fundamental. Muitos pedagogos consideram o método fônico ultrapassado e ineficaz para a aprendizagem das crianças. Entidades educacionais e secretários de Educação aceitam que o método fônico faça parte do processo de alfabetização, mas desde que não seja o único método.

Segundo eles, a opção por um método único no âmbito de um país tão extenso, complexo e heterogêneo como o Brasil não leva em conta as condições sociais e econômicas de cada região. Por isso, o mais adequado seria conciliar diferentes metodologias e assegurar a autonomia das redes de ensino dos Estados e municípios, para que possam dispor das alternativas que julgarem mais adequadas. E, como lembram os dirigentes de entidades educacionais, os currículos das licenciaturas e dos cursos de pedagogia incluem o ensino de vários métodos de alfabetização sem, contudo, privilegiar um deles em detrimento dos demais. Nesses currículos, a orientação é no sentido de que os métodos devem refletir as realidades locais.

Para evitar os problemas de comunicação e falta de diálogo que ocorreram antes da troca de comando do MEC, o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) vem agindo com prudência. Na gestão do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, a direção da entidade criticou a exigência da adesão ao método fônico como condição para que os Estados e municípios recebam financiamento. Agora, na gestão do novo ministro, Abraham Weintraub, o Consed decidiu não assumir uma posição com relação ao método fônico enquanto o MEC não o detalhar. A decisão é sensata, por abrir caminho para que gestores públicos, dirigentes educacionais e pedagogos possam discutir o que realmente importa para tentar melhorar o pouco eficiente sistema brasileiro de ensino.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Bolsonaro sugere menos investimentos em Humanas

Educação. Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), porém, apontam que área já é a que conta com menos recursos. Em nota conjunta, associações brasileiras afirmaram que iniciativa tem ‘motivação político-ideológica’

O presidente Jair Bolsonaro disse que o governo deve diminuir repasses de verbas para Ciências Humanas, apesar de o País já investir mais recursos em pesquisas de Exatas e Biológicas. O objetivo é “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como Veterinária, Engenharia e Medicina”. O plano foi mal recebido na comunidade acadêmica.

Apesar de o País já investir mais recursos em pesquisas nas áreas de Exatas e Biológicas, o presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo deve diminuir

repasses para estudos de Humanas. Segundo ele, o objetivo é “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte como Veterinária, Engenharia e Medicina”. As declarações, corroboradas pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, causaram indignação em grande parte da comunidade acadêmica.

Para o cientista social Simon Schwartzman, um corte de verbas em Humanas pode comprometer o desenvolvimento do País. “É um tipo de política retrógrada. Isso significa não entender o que são as Ciências Sociais”, afirma. “A pesquisa social aborda temas como desigualdade, pobreza, crescimento populacional, violência, etc. Se o País ficar sem isso, estará completamente desarmado para poder lidar com esses temas.”

Tanto o presidente quanto o ministro deram ênfase à necessidade de o cidadão aprender “um ofício”. “O que a gente precisa ensinar para as crianças, para os jovens? Habilidades de ler, escrever, fazer conta, ofício que gere renda para a pessoa, bem estar para a família”, afirmou Weintraub em uma live ao lado de Bolsonaro. Em entrevista ao Estado, ele já havia dito que o filho de um agricultor deveria estudar Veterinária e Medicina. “Imagina uma família de agricultores que o filho entrou na faculdade e, quatro anos depois, volta com título de antropólogo?”

Em nota, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) afirmou discordar das declarações porque “muitas carreiras e desenvolvimentos bem-sucedidos nas áreas tecnológicas não resultam simplesmente de conhecimento técnico”. “Eles requerem habilidades de liderança, inteligência emocional, compreensão da cultura, um entendimento do contexto econômico e social que as Ciências Humanas e Sociais podem prover”. O texto afirma ainda que as áreas não dão “um retorno econômico imediato”, mas contribuem “para a melhoria das condições de vida da população”.

Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a agência federal de investimento em pesquisas, mostram que as Paulo Artaxo áreas de Exatas, que incluem Engenharias e Tecnologia, tiveram R\$ 437 milhões em recursos para bolsas em 2018. Já as Ciências Biológicas, Agrárias e de Saúde receberam R\$ 440 milhões. As Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes ficaram com R\$ 162 milhões, cerca de um terço. O número de bolsistas também é menor em Humanas. As bolsas públicas são a única maneira de os professores no País fazerem pesquisa, essencial para produção de novos conhecimentos.

Graduação. O MEC envia recursos para as mais de 60 universidades federais, que precisam de aval do governo para abrir cursos ou contratar professores. O temor de fontes da área é que, além no corte em bolsas, as instituições poderiam não receber verbas para aumentar vagas nessas áreas ou para contratar docentes. O governo tem citado o caso do Japão que, em 2015, pediu que universidades fechassem cursos nas áreas de Humanas e deixassem de selecionar alunos para essas áreas. Cientistas do mundo todo criticaram a política.

Em seu Twitter, Bolsonaro disse que “alunos já matriculados não serão afetados” e a ideia era “descentralizar” recursos. Em nota, o MEC informou ontem que “os recursos destinados a quaisquer áreas de conhecimento serão estudados de forma a priorizar aquelas que, no momento, melhor atendem às demandas da população”.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes)

afirmou que recebeu as declarações com “perplexidade”. Em nota conjunta, as associações brasileiras de Antropologia, Sociologia, Ciência Política e de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais afirmaram que elas têm “motivação político-ideológica”.

“É exatamente nesses momentos de crise que não é importante Física, Química, Biologia. São importantes as ciências que lidam com as necessidades básicas e fundamentais da sociedade.”

FÍSICO DA USP

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE O MEC deve favorecer Exatas e Biológicas?

Sim

Paolo Zanotto* É PROFESSOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA USP

O que se está manifestando é uma questão de percepção, por parte de um governo popular, de que áreas de Humanas estariam sobrecarregadas de viés ideológico. Temos um presidente eleito por 57 milhões de brasileiros que está dando encaminhamento a uma política que foi negociada com seus eleitores. É uma situação em que a universidade tem obrigação de mostrar a importância do que faz. Áreas que consigam dialogar com a sociedade, por definição, se blindam e se protegem. Se mostram que têm mais relevância do que outras, e essa relevância é aceita socialmente, é muito difícil o governo tirar financiamento. Estamos vendo claramente um posicionamento político em relação a uma agenda que foi pré-informada à sociedade. Cabe a nós explicar à sociedade por que temos de ser financiados. Sei que é duro, mas faz parte da estrutura democrática.

Não

Boris Fausto*

* Historiador e cientista político

O entendimento de que é preciso escolher melhor nossas prioridades na Educação representa mais um retrocesso no horizonte, dos muitos que estão sendo oferecidos como coisas amargas à nossa consciência de cidadãos. Isso aparece sob uma forma muito mais grave do que no passado. É tão difícil se formar cidadãos nesse País e, de repente, vemos uma orientação – que, de uma maneira ou de outra vai se converter em uma tendência – que visa a dificultar essa formação. É uma visão de formar pessoas simplesmente para conseguir emprego e nada mais. Conseguir um emprego é importante, aprender ciências aplicadas é muito importante, ninguém absolutamente nega isso.

É uma ilusão pensar que uma coisa impede a outra. Há aí uma guerra ideológica, perpetrada por quem nega a ideologia da boca para fora, que está se traduzindo em uma grande tristeza da barbaridade que se está fazendo no País.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE Doria muda datas de férias escolares

Mudança do governo tem como justificativa evitar perdas na aprendizagem; especialistas questionam efeito da medida

As férias de julho serão fatiadas em três períodos na rede estadual. Serão 15 dias em julho, uma semana em abril e outra em outubro. A de fim de ano está mantida. Entidades do setor criticaram a mudança.

O governador João Doria (PSDB) anunciou ontem que as escolas da rede estadual terão quatro períodos de férias escolares, com redução do recesso no mês de julho. Em vez de um mês de férias no meio do ano, professores e alunos terão, a partir de 2020, apenas 15 dias de descanso no período.

Os outros 15 dias serão distribuídos da seguinte forma: uma semana em abril e outra em outubro. O governo ainda estuda em quais semanas desses meses ocorrerão os recessos. Sindicatos de professores e entidades estudantis criticaram a mudança e a ausência de debate.

O secretário de Educação, Rossieli Soares, disse que a alteração tem o objetivo de evitar perdas de aprendizagem que ocorrem durante longos períodos de descanso. “Quanto mais tempo afastamos as crianças da escola, mais a aprendizagem é prejudicada. Longos períodos de férias fazem com que se gaste muito tempo para recuperar o ponto em que o aluno estava antes de sair para o descanso.”

Para ele, os quatro períodos de recesso vão possibilitar manter o mesmo tempo de descanso atual, sem prejudicar o aprendizado. O secretário ainda disse que os alunos da rede pública, por causa do perfil econômico de suas famílias, não usam os 30 dias de férias para aprender ou ampliar o repertório cultural. “Se você viaja para a Europa nas férias, o seu filho está aprendendo muito nesse período. Mas

Descompressão

Rossieli Soares

quantos alunos da rede pública estadual têm a oportunidade de viajar e aproveitar os 30 dias? Os pais estão trabalhando, a criança passa a maior parte do tempo em casa, em frente à televisão.”

A rede estadual de São Paulo é a maior do País, com 220 mil professores e 4,3 milhões de alunos. “Não temos medo de ousar, de transformar, de melhorar”, disse Doria ao ser questionado sobre o motivo de a alteração não ter sido discutida previamente com a comunidade escolar. A mudança não se aplica à rede particular. A Associação de Escolas Particulares disse não ver sentido burocrático ou metodológico para fazer a mudança.

Críticas. Maria Izabel Noronha, presidente da Apeoesp, principal sindicato da categoria, questiona a eficácia da mudança. “Eles estão impondo uma mudança cultural, sem discutir com ninguém. Não há conversa porque eles sabem que a medida está longe de resolver os problemas de ensino. O que muda qualidade é oferecer melhores condições de trabalho.”

Especialistas em educação consideram a medida pouco eficiente. “É uma mudança que

altera a organização familiar dos alunos e dos professores sem comprovação de que de fato terá uma influência significativa no ensino. Há outros problemas que devem ser solucionados”, disse Neide Noffs, professora da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Silvia Colello, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), concorda. “Se o aluno aprende bem, ele não vai esquecer nas férias. Conhecimento efetivamente assimilado não se perde.”

“Vamos ter férias ao fim de cada bimestre e proporcionar pequenos períodos de descompressão. A mudança beneficiará tanto a saúde física como a mental dos alunos e professores.”

SECRETÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY ALUNO REQUER PRÁTICA, NÃO IDEOLOGIA

De cada 10 alunos, dos 50 milhões da educação básica, no Brasil, cinco não terminam o curso. Apenas três sabem português e só um sabe matemática. Essa é a realidade que o MEC precisa enfrentar, para tirar o País dos últimos lugares em todos os rankings de educação do planeta. Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna – que ela criou logo após a morte do irmão, em 1994 – fez dessa causa uma cruzada pessoal. E hoje comanda luta que envolve 1,5 milhão de crianças e jovens, impactando 40 mil educadores em 700 cidades do País.

Na quarta que vem, 1.º de Maio, o instituto promove em Interlagos evento duplo para marcar os 25 anos da morte do grande ídolo do brasileiro em San Marino, na Itália. Ele inclui um pacote de atividades esportivas e culturais – e, em paralelo, o início da campanha “Valorização do Professor”. Nesta entrevista, Viviane destaca os quatro pontos que considera “os motores” para levar a educação no Brasil a um patamar melhor: alfabetização, professor, gestão eficiente da educação e base em evidências. O bom professor precisa, diz ela, “de uma boa formação prática, não teórica, ideológica, como vem ocorrendo no Brasil”.

Como foi viver esses 25 anos sem Ayrton? “A saudade sempre estará presente em todos nós. Suas conquistas, dentro e fora das pistas, marcaram nossa família e todos os brasileiros. Acho que nem ele nem esse grande legado de valores serão esquecidos”. Viviane resumiu, na conversa, o que falou com o presidente Bolsonaro no encontro que tiveram após as eleições: “Ele me pediu um diagnóstico da educação brasileira. O que mostramos foi que o Brasil tem 50 milhões de alunos na educação básica e, de cada 10, só cinco terminam a educação básica. Se fosse um hospital, de cada 10 pacientes que entram só cinco saíam vivos. E dessa metade que ficou na escola, apenas três em cada 10 sabem português e só um sabe matemática adequadamente.”

Para mudar o cenário, ela menciona quatro “motores”: alfabetização, professor, gestão eficiente da educação e base em evidências – que podem tirar o Brasil das últimas posições nos rankings mundiais de educação. De que forma? “No ensino médio, o instituto desenvolveu um modelo inovador que, implementado, poderia elevar o nível do País no Pisa, em poucos anos, das últimas colocações ao nível dos EUA.” E quanto a salário e carreira? “Ambos precisam estar atrelados a resultados de alunos, não a

número de títulos ou anos de trabalho. A experiência mostra que estes itens não estão relacionados à melhora de aprendizagem.”

O que pretende a campanha “Valorizar o Professor”? Segundo ela, pretende reposicionar alguém que é responsável por 70% da aprendizagem do aluno. Além de trabalhar com o desenvolvimento de competências clássicas – ler, escrever, calcular, ter raciocínio lógico –, o instituto desenvolve as chamadas habilidades socioemocionais ou soft skills, extremamente importantes para as crianças darem certo não só na escola, mas também na vida. Criatividade, colaboração, trabalho em time, persistência, foco, iniciativa e flexibilidade são habilidades decisivas para o século 21.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Vídeo mostra PM apartando briga de alunos em escola militarizada do DF

Um vídeo compartilhado ontem em redes sociais mostrou um estudante do Centro Educacional Sete, em Ceilândia, no Distrito Federal, sendo derrubado por um policial militar dentro da quadra esportiva da escola. O caso ocorreu pela manhã. A escola foi militarizada em fevereiro junto com outras três unidades da educação pública do DF, nas cidades de Sobradinho, Estrutural e Recanto das Emas. O projeto faz parte do programa do governo do DF de passar a gestão de 36 centros educacionais para a Polícia Militar.

A Secretaria de Educação justificou a ação do policial como proteção à integridade dos alunos, que estariam brigando. Três estudantes estariam batendo em um colega. “Os policiais evitaram que os envolvidos se machucassem”, informou a secretaria. No vídeo é possível ver o momento em que o policial derruba o aluno, que cai no chão. Outros três militares aparecem na cena. Em volta, dezenas de estudantes se aglomeram e gritam. A vice-diretora da escola, Cristiane Alves Araújo, disse que a confusão começou durante uma atividade coletiva que ocorre todas as sextas-feiras. Cerca de 1,2 mil estudantes participam da atividade.

ALUNOS NA DELEGACIA

Em nota, a Polícia Militar afirmou que “na tentativa de apartar e afastar os agressores, (o policial) deitou por cima do adolescente agredido que se encontrava no chão a fim de protegê-lo”. Ainda de acordo com a nota, os alunos continuaram as agressões, “inclusive contra o policial”. Os estudantes foram encaminhados à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), e as atividades pedagógicas retomadas normalmente, segundo a vice-diretora. (Do G1)

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

‘A educação é estratégica para crescer a longo prazo’

Para secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, setor educacional precisa ser valorizado ‘como minério, óleo, gás ou recursos humanos’

Entrevista : Wilson Risolia/ ECONOMISTA

PAULA FERREIRA

No Brasil, cerca de 28% dos estudantes do ensino médio estão atrasados em relação à

série em que deveriam estar. O dado, do último Censo Escolar, divulgado em fevereiro, é um dos que comprovam que muitos têm ficado para trás na Educação.

Na tentativa de transformar essa realidade, a campanha “Nem 1 Pra Trás”, da Fundação Roberto Marinho (FRM), celebra o Dia Mundial da Educação, amanhã, com uma série de atividades para discutir as principais questões da área (veja mais em texto nesta página).

A iniciativa reúne mais de 75 parceiros, entre eles FGV Ebape/Ceipe, Fundação Bradesco, Fundação Volkswagen, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Oi Futuro, Instituto Votorantim, Itaú Social, Movimento pela Base, Senai Nacional, SESI Nacional, Todos Pela Educação e Unicef.

O secretário-geral da FRM, Wilson Risolia, que já foi secretário estadual de Educação do Rio, conversou com O GLOBO sobre a necessidade de toda a sociedade enxergar a Educação como um instrumento estratégico e prioritário para o desenvolvimento da nação.

A Educação não tem sido encarada como prioridade pela sociedade?

Toda vez que sai o resultado do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) ou do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), esse assunto vem à baila, mas para no nosso meio. Raramente o tema invade o coletivo, chega a uma igreja, a um clube, a uma roda de bate-papo. Qual é o nosso sonho? É que, da mesma forma como a sociedade se indignou com a moeda instável no passado e hoje dá relevância a assuntos como a reforma da Previdência, todos falem de Educação. A Educação ainda não viralizou.

Quando se reconhece que é um tema estratégico para o crescimento de longo prazo, o assunto passa a fazer parte do nosso dia a dia. Uma família coreana valoriza muito a Educação porque sabe que a área é vista como estratégica para o crescimento da nação, e então é tratada como política de Estado. O que buscamos é que o assunto, com o tempo, ganhe essa dimensão.

Na sua opinião, qual deve ser a prioridade na área a partir de agora?

Preciso falar como uma agenda de Estado e não de governo. A Educação sempre será um assunto estratégico, como a reserva de minério, óleo, gás, recursos humanos. Temos um estoque de pessoas que já ficaram para trás. O aluno reprova vários anos e é gerado esse estoque com distorção idade-série. É preciso ter um método de ensino compatível com a necessidade dele. A estratégia ideal é que haja uma ação coordenada para quem ficou para trás e que garanta que novos estudantes não fiquem.

Nesse contexto, qual é a importância de avaliações como as do Sistema de Avaliação da Educação Básica?

A avaliação serve não só para dizer que há um problema, mas para dizer qual é o tamanho dele, e onde ele está. O equívoco que às vezes se comete é dar o mesmo remédio achando que todos são iguais. Se você erra a dose, não terá a cura. Não dá para ter plano estratégico se ele não estiver pautado em uma avaliação.

Como promover uma educação de qualidade e resolver todos esses problemas em um contexto de crise econômica?

A governança do sistema educacional precisa ser resolvida. Em um país como o nosso, onde o ensino fundamental está com o município, o médio, com o estado, e o superior, principalmente, com o governo federal, há uma corrida de bastão. Um passa o bastão para o outro, e se não houver comunhão e governança sobre o sistema, ele não funciona.

Além do governo, qual é o papel do setor privado e da sociedade civil na promoção da Educação?

A função que diversos atores têm é tomar consciência de que temos um problema e não aceitar deixar ninguém para trás. Só falar que a Educação é um direito não basta, temos que fazer mais do que isso. É preciso juntar todos esses atores para que se aproximem da escola pública. O que fazemos de maneira isolada, vamos fazer juntos, pois o impacto é maior e mostra o que é importante para quem é responsável pelas políticas públicas.

Todo mundo sabe o que tem que fazer, então vamos empurrar essa agenda e fazer acontecer. Isso é o macro. No micro, como fazemos com nossa escola. A Fundação Roberto Marinho milita nessa área há quatro décadas. Fizemos a escolha estratégica de oferecer soluções para resolver o problema de quem ficou e de quem está ficando para trás.

topo ↕

EXTRA - RJ - BRASIL

Ciências humanas em risco

Bolsonaro alega que cursos na área não geram retorno financeiro e fala em cortes

As faculdades de filosofia e humanas podem se preparar para o pior. Nos últimos dois dias, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente Jair Bolsonaro manifestaram simpatia nas redes sociais ao corte de investimentos nos cursos, alegando que não geram retorno financeiro imediato à sociedade, ao contrário do que é visto, por exemplo, em Medicina e Engenharia. A proposta revoltou educadores.

Levando em consideração apenas a área da pesquisa científica (sem considerar o ensino), dados da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostram, no entanto, que os valores destinados a bolsas em ciências humanas e ciências sociais aplicadas somadas — R\$ 225,5 milhões — não conseguem sequer alcançar o montante de R\$ 244,9 milhões investidos em ciências exatas e da terra, a área que mais recebe recursos do governo. O cálculo leva em consideração apenas valores destinados ao benefício, já que as agências não informaram ao EXTRA as verbas destinadas a projetos e custeio de laboratórios. (Veja detalhes no quadro abaixo).

“A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”, escreveu o presidente, repetindo o que Weintraub havia dito na noite anterior, ao seu lado, durante vídeo transmitido no Facebook.

No caso do CNPq, órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), são consideradas também as bolsas destinadas à graduação. No total, foram R\$ 124,1 milhões investidos em bolsas de ciências humanas, R\$63,8 milhões em bolsas de ciências sociais aplicadas e R\$ 226,9 em ciências exatas e da terra.

Em repúdio à declaração do presidente, um grupo de associações ligadas à área de ciências humanas e sociais, emitiu uma nota afirmando que a colocação de Bolsonaro demonstra desconhecimento sobre a produção de conhecimento científico. Acrescentando que é “equivocado e enganoso” avaliar as disciplinas por sua aplicabilidade imediata, desconsiderando sua importância na resolução de problemas da sociedade.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Filosofia e sociologia sem peso

A ideia de reduzir investimentos em filosofia e sociologia tem um peso mais ideológico do que prático. O número de alunos de graduação desses cursos representa 1% do total nas universidades federais, número similar ao da pós-graduação. Dos 1.283.431 alunos de graduação das federais, 25.904 estão em cursos de filosofia ou sociologia – 1% do total.

Os dados são do Censo da Educação Superior de 2017. As duas áreas registram 66 programas de mestrado e doutorado nas federais, ou 2,5% do total de 2.509 programas nessas instituições, segundo dados da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, ligada ao ministério.

O cenário é o mesmo no que se refere a pagamento de bolsas. Somente 1,4% dos gastos do CNPq, agência federal de fomento à pesquisa, são direcionados à ciências sociais. Para filosofia, esse percentual é de 0,7%. As bolsas pagas nessas áreas, em 2017, somam R\$ 19,7 milhões, diante de um total de R\$ 944 milhões.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Secretaria de Educação realiza ADM em escolas

Essa avaliação consiste em duas provas, das disciplinas de Português e Matemática

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (Semec) de Campo Novo de Rondônia aplicou, nos dias 23 e 24 de abril, a Avaliação Diagnóstica Municipal (ADM). Essa avaliação consiste em duas provas, das disciplinas de Português e Matemática, que visam medir o nível de conhecimento dos alunos das escolas municipais.

A ADM é aplicada em todas as escolas da rede municipal de ensino, para todos os alunos do 1º ao 5º ano e serve como um termômetro para a Prova Brasil, que por sua vez é aplicada pelo Governo Federal como forma de avaliar a educação pública e construir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

“Esse é o segundo ano de aplicação da Avaliação Diagnóstica Municipal”, informou o responsável pela aplicação da prova na Escola Cassiano Ricardo, Professor Edson Gonçalves, “Essa prova serve de base para a Secretaria de Educação direcionar as políticas públicas de acordo com a necessidade da rede municipal de ensino”, diz.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Proposta de cortar verba de cursos de humanas tem pouco peso prático

Alunos de ciências sociais e filosofia, citadas pelo presidente, são 1% nas federais BRASÍLIA e SÃO PAULO

A ideia do governo Jair Bolsonaro (PSL) de reduzir investimentos em filosofia e sociologia tem um peso mais ideológico do que prático. O número de alunos de graduação desses cursos representa 1% do total nas universidades federais, número similar ao da pós-graduação.

O presidente falou do assunto na sexta (26) em publicação nas redes sociais, retomando a ideia exposta pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, na quinta (25). Para Bolsonaro, o objetivo em estudo é focar áreas que gerem "retorno imediato ao contribuinte".

"O ministro da Educação, Abraham Weintraub, estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados", escreveu Bolsonaro.

O discurso de Bolsonaro sobre educação é marcado pela a perseguição a uma suposta doutrinação de esquerda, que seria predominante nas universidades, sobretudo em humanas. A luta contra o chamado marxismo cultural é a espinha ideológica do governo.

Ainda não há detalhes sobre como o governo pretende colocar em prática esse plano, que é criticado por especialistas. Reduzir matrículas nas federais esbarra na autonomia das universidades, garantida pela Constituição. Uma das alternativas, por outro lado, seria estrangular a oferta de bolsas de pesquisa.

Questionado, o MEC defendeu que vai estudar a priorização de recursos para melhor atender às demandas da população. "Nesse sentido, não há que se falar em perdas ou ganhos, trata-se, apenas, de readequação à realidade do país", diz nota da pasta.

As áreas de sociologia e filosofia, entretanto, não têm a dimensão que Bolsonaro sugere. Dos 1.283.431 alunos de graduação das federais, 25.904 estão em cursos de filosofia ou sociologia —1% do total. Os dados são do Censo da Educação Superior de 2017.

As duas áreas registram 66 programas de mestrado e doutorado nas federais, ou 2,5% do total de 2.509 programas nessas instituições, segundo dados da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, ligada ao ministério.

O cenário é o mesmo no que se refere a pagamento de bolsas. Somente 1,4% dos gastos do CNPq, agência federal de fomento à pesquisa, são direcionados à ciências sociais. Para filosofia, esse percentual é de 0,7%. As bolsas pagas nessas áreas, em 2017, somam R\$ 19,7 milhões, diante de um total de R\$ 944 milhões.

Bolsonaro apontou como áreas mais competitivas, e que deveriam ser priorizadas, medicina, medicina veterinária e engenharia. As engenharias concentram mais de 20%

do total de gastos com bolsas. Medicina tem 3% e medicina veterinária, 2%, segundo os dados do CNPq de 2017, que consideram todas as instituições de ensino superior, incluindo bolsas de iniciação científica.

O professor de física da Unicamp Leandro Tessler critica a falta de embasamento da proposta. "Nenhum lugar do mundo tem universidade de prestígio sem humanas, filosofia, sociologia, história. Isso é muito importante para saber que nazismo não foi de esquerda, por exemplo", diz.

Bolsonaro faz ainda menção de forma genérica à área de humanas, que agrupa outros conhecimentos, como educação e psicologia.

Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são desse grupo e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Para Simon Schwartzman, estudioso de ensino superior, o presidente parece falar mais sobre ciências sociais e humanas de forma genérica, o que, diz, é um problema mais grave. "A pesquisa social no Brasil lida com questões muito fundamentais, como pobreza, desigualdade, emprego, violência, saúde pública, demografia. Todos esses temas são das ciências sociais", diz.

Segundo ele, é um equívoco achar que as ciências sociais não têm um papel importante na pesquisa. "Como não temos muita tecnologia industrial, formamos engenheiros e não temos emprego para eles."

Schwartzman ressalta que a discussão sobre priorizar investimentos para áreas que por ventura gerem inovações inclui outras dimensões, como o lado econômico, a baixa competitividade da indústria e os termos legais que regem as universidades.

Em uma rede social, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sociólogo e professor aposentado da faculdade de ciências sociais da USP, criticou a proposta.

"Preocupa o rumo do governo. As cascas de banana postas por sua gente mesmo causam mais estragos do que as oposições. Atua destoando: quer reduzir gastos com filosofia e ciências sociais, como se por aí se resolvesse o que de fato conta para o povo: renda e emprego. Até quando?"

Rodrigo Jungmann, professor de filosofia da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), simpático ao governo Bolsonaro, também considera a medida um equívoco. "A direita não deve abolir cursos de humanas. Deve entrar neles, assim como no direito, na imprensa e todas as demais instâncias de formação e circulação de ideias", disse à Folha.

Procurada, a Andifes (associação dos reitores das federais) informou que tem dedicado todas as atenções ao orçamento das instituições.

O CNPq, ligado ao Ministério da Ciência, afirmou que não recebeu orientação para mudar critérios para concessão de apoio à pesquisa. Também não houve novas orientações para a **Capes**, mas o órgão ressaltou em nota que "segue as diretrizes e

políticas"do MEC.

Entidades criticaram o plano. "O ministro e o presidente ignoram a natureza dos conhecimentos da área de humanidades e exibem uma visão tacanha de formação ao supor que enfermeiros, médicos veterinários, engenheiros e médicos não tenham de aprender sobre seu próprio contexto social nem sobre ética", diz a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia.

Em nota conjunta, as associações nacionais de antropologia, sociologia, ciência política e de pesquisa em ciências sociais expuseram indignação.

"É tão equivocado e enganoso avaliar as diferentes disciplinas e a reflexão filosófica pela sua aplicabilidade imediata quanto desconhecer a importância histórica das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento de diferentes tecnologias voltadas à resolução de graves problemas da sociedade."

Recentemente, Bolsonaro declarou nas redes sociais que "poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada", o que não é verdade.

Colaborou Fábio Zanini

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Atacadas por Bolsonaro, Ciências Humanas e Sociais já recebem menos recurso para bolsas do que área de Exatas

Presidente afirmou que pretende retirar investimento de cursos ligados a humanidades

RIO- Depois do "viés ideológico" em questões do Enem e da batalha contra o "marxismo cultural" nas universidades, o governo têm novo alvo na área da Educação: as Ciências Humanas. Os cursos de Filosofia e Sociologia seriam os primeiros afetados com um corte de verbas.

Hoje, levando em consideração apenas a área da pesquisa científica, dados da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostram que os valores para bolsas em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas não conseguem alcançar o montante investidos em Ciências Exatas e da Terra, área que mais recebe recursos do governo. nto.

topo ↕

ALÔ UBERLÂNDIA - TEMPO REAL

Estudo sobre saúde de adolescentes mostra ampliação da desigualdade no Brasil

Um estudo que avaliou as tendências nos comportamentos que afetam a saúde dos adolescentes brasileiros revelou que, entre 2009 e 2015, a desigualdade socioeconômica entre eles diminuiu para comportamentos relacionados ao estilo de vida, mas aumentou no que diz respeito ao envolvimento com a violência.

Foram analisados 12 comportamentos prejudiciais à saúde: consumo irregular de frutas, de vegetais e de feijão, consumo regular de refrigerantes, atividade física irregular, uso de álcool, de drogas e de tabaco, sexo inseguro, envolvimento em brigas com armas, vitimização por bullying e por violência doméstica.

O trabalho foi realizado em colaboração por um grupo de pesquisadores de três universidades brasileiras — Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) — e da London School of Hygiene and Tropical Medicine (LSHTM), instituição inglesa dedicada à pesquisa e estudos em saúde pública e global.

Os pesquisadores se debruçaram sobre dados das três edições da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) realizadas em 2009, em 2012 e em 2015.

A PeNSE faz um raio x, por amostragem, dos fatores de risco e proteção à saúde de adolescentes matriculados no 9º ano de escolas públicas e privadas das 26 capitais dos estados e do Distrito Federal. Ela é elaborada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com apoio do Ministério da Educação.

Com o intuito de avaliar o nível socioeconômico dos estudantes, os pesquisadores lançaram mão de um “índice de riqueza”. Para chegar a esse índice, eles avaliaram as respostas dos adolescentes para perguntas sobre a posse de bens e acesso a serviços, como telefone, computador, internet, carro, banheiro dentro de casa e empregada doméstica. Também foram observadas a escolaridade dos pais e se a escola era pública ou privada.

A análise permitiu a obtenção de um índice único a partir de todas essas variáveis, explica a docente da Faculdade de Medicina da UFU e coordenadora do estudo, Catarina Azeredo. “Esse tipo de análise é necessária pois os adolescentes, que tinham em média entre 14 e 15 anos, dificilmente saberiam responder de forma direta sobre a renda da família, seja em salários mínimos ou em reais”, observa.

No estudo, eles viram que a desigualdade entre os adolescentes está diminuindo para comportamentos de estilo de vida (como o consumo de frutas), enquanto aumenta para comportamentos violentos.

Outro ponto destacado no trabalho diz respeito ao uso de bebida alcoólica, ao consumo irregular de feijão e regular de refrigerantes. Descobriu-se que a diferença entre os grupos sociais nesses itens também ficou menor. No entanto, a diminuição se dá por uma redução desses comportamentos de risco entre os adolescentes ricos e um aumento entre os pobres.

“Nossos resultados mostram não só que existe desigualdade social para todos os comportamentos avaliados, mas que, especialmente para os comportamentos violentos, essa desigualdade está aumentando ao longo do tempo, ou seja, a distância entre adolescentes mais pobres e mais ricos está aumentando, com maior prejuízo aos mais pobres”, afirma Catarina Azeredo.

“Além disso, observamos tendência preocupante para a alimentação, pois embora haja a redução da desigualdade, essa redução está ocorrendo porque os adolescentes mais pobres estão comendo cada vez menos feijão, que é um comportamento de proteção, porque indica uma alimentação mais tradicional, e cada vez mais refrigerante, que é considerado um fator de risco para diversas doenças, como diabetes e obesidade, por

exemplo”, alerta a Azeredo.

Políticas públicas de combate à desigualdade com foco nos adolescentes das classes sociais mais desfavorecidas são recomendações dos autores da análise. Embora a avaliação de políticas de combate à desigualdade ultrapasse a finalidade do estudo, a docente cita, como exemplo, uma política pública mexicana que poderia dar resultados no Brasil: a taxação de bebidas açucaradas.

“Em países de baixa e média renda como o Brasil e o México, os recursos arrecadados a partir de impostos sobre alimentos não saudáveis poderiam servir para subsidiar alimentos mais saudáveis como frutas e hortaliças, reduzindo o preço e os tornando mais acessíveis aos mais pobres, o que também teria um efeito positivo de redução da desigualdade em comportamentos de proteção”, argumenta.

A pesquisa, cujo título é “Avaliação e monitoramento de desigualdades em comportamentos relacionados à saúde entre adolescentes brasileiros”, foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Um artigo sobre a pesquisa foi publicado na edição de março do periódico BMJOpen – publicação britânica de pesquisas médicas – com o título “Progresso e retrocessos nas desigualdades socioeconômicas em comportamentos relacionados à saúde do adolescente no Brasil: resultados de três pesquisas transversais 2009–2015”.

Futuro

A previsão é de que o trabalho dos pesquisadores terá continuidade no fim deste ano ou início de 2020, quando eles terão acesso aos dados da edição de 2019 da PeNSE. As informações, então, serão analisadas tendo como base o período 2009-2019, no qual será verificado se a tendência de ampliação da desigualdade permaneceu ou sofreu alteração após 2015, quando a crise econômica no país começou a se aprofundar.

Em janeiro deste ano, Azeredo passou a ser, com financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, professora visitante da Universidade de Harvard (EUA), cargo que ocupa até dezembro. Lá ela desenvolve dois projetos na área de epidemiologia nutricional que visam investigar o consumo alimentar ao longo da vida como fator de risco para doenças.

Um dos projetos utiliza dados coletados no Brasil e o outro utiliza dados coletados nos Estados Unidos, com foco na saúde do adolescente. O objetivo principal do projeto com dados brasileiros é avaliar se o consumo de alimentos ultraprocessados durante a infância aumenta o risco de asma na adolescência. O segundo projeto ainda está em fase de elaboração.

topo ↕

BOA INFORMAÇÃO - TEMPO REAL

MEC abre 30 bolsas de estudo na Irlanda com despesas pagas

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação do Ministério da Educação (MEC), oferta bolsas de especialização em educação. O curso, cuja oferta é de 30 vagas (06 para cada região brasileira), será realizado no Mary Immaculate College, em Limerick, na Irlanda.

A pasta desempenha um papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. Podem participar desta oportunidade, Diretores, coordenadores e supervisores pedagógicos que atuam nas escolas de educação básica.

De acordo com infirmações do **CAPES**, o curso acontecerá entre junho de 2019 e maio de 2020. Eles poderão atuar na rede pública, privadas sem fins lucrativos e nos colégios militares. Ele tem como objetivo promover a capacitação dos profissionais que atuam na gestão pedagógica das escolas.

Os interessados em concorrer a uma das vagas poderão se inscrever até as 18 horas do dia 30 de maio.

Requisitos

O candidato deverá atender a todos os requisitos do edital, entre eles, ter obtido nota mínima estabelecida para o teste de proficiência em língua inglesa, possuir graduação em Licenciatura, estar exercendo o cargo de diretor, de coordenador ou de supervisor pedagógico, ser brasileiro, ou estrangeiro com visto permanente no Brasil.

Segundo o **CAPES**, o interessado deverá elaborar um projeto de trabalho para aperfeiçoamento da gestão pedagógica a partir da sua própria experiência profissional e da realidade socioeducacional da unidade escolar em que atua. Além disso, Também é preciso possuir passaporte válido até setembro de 2020, no mínimo.

Para realizar a inscrição, o candidato deverá atualizar previamente seu currículo na plataforma eletrônica da **Capes**. Lá, o interessado deve fornecer todas as informações referentes a sua formação acadêmica e sua atuação profissional na educação básica. Em seguida, deverá acessar a página de inscrição, preencher o formulário e anexar os documentos exigidos.

A seleção será realizada em três etapas. A primeira, de caráter eliminatório, compreende a verificação dos requisitos de participação e dos documentos obrigatórios. A segunda etapa, de caráter classificatório, consiste na classificação dos candidatos de acordo com a pontuação obtida pelo currículo e apresentação do projeto. A terceira e última etapa refere-se à verificação de que o candidato classificado apresentou, dentro do prazo estabelecido, a cópia do passaporte válido e o comprovante de proficiência com a nota mínima exigida.

Benefícios

Os candidatos selecionados receberão apoio para a participação no curso de especialização em educação, que terá duração de 12 (doze) meses. Entre os benefícios concedidos, estão:

passagem aérea internacional de ida e volta em classe econômica promocional;

auxílio-instalação no valor € 1.300,00 (mil e trezentos euros); ajuda de custo no valor de € 400,00 (quatrocentos euros) mensais;

deslocamento na Irlanda: aeroporto/universidade/aeroporto; e

alojamento em instalações do Mary Immaculate College; taxas escolares e materiais didáticos do curso.

O prazo para o início da implementação do projeto é de até seis meses após o retorno do bolsista ao Brasil.

Confira o edital

Atualize seu currículo na plataforma **Capex**

Acesse a página de inscrição para concorrer a bolsa na Irlanda

abr 27, 2019 Saulo Moreira

MEC abre 30 bolsas de estudo na Irlanda com despesas pagas

5 (100%) 1 vote

topo ↕

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

O Brasil e o mergulho no atraso

Enquanto a China disputa com os EUA a liderança econômica e tecnológica, continuamos na periferia do capitalismo

Segundo *The Economist*, a vetusta e conservadora revista britânica, algo como mensageiro oficial do capitalismo, a China decidiu responder à guerra comercial que lhe movem os EUA aumentando os investimentos em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, fórmula simples e clássica de ativar a economia. Ao lado das grandes obras, aplica recursos crescentes em educação e em pesquisa básica e na formação de mão de obra especializada, qualificada e qualificadíssima, e na pesquisa de ponta, em áreas como cibernética, exploração espacial (já chegou ao lado escuro da Lua), e inteligência artificial. Resultado óbvio: seu PIB cresceu 6,4% no primeiro trimestre deste ano.

A China é hoje a segunda maior economia do mundo, caminhando para, em menos de uma década, superar os EUA, tanto como economia, quanto em desenvolvimento científico e tecnológico, com todas as implicações daí decorrentes para a geopolítica e as estratégias de segurança e hegemonia que transitam da atual unipolaridade (herança da Guerra Fria) para uma multipolaridade cujos contornos ainda não podem ser definidos.

Esta China, potência econômica, política e militar global que não cessa de crescer, era, em 1949, um país paupérrimo, arruinado pelo colonialismo europeu, invadido e saqueado ao longo de séculos, e, naquela altura, às voltas com uma revolução social. Era um país de camponeses miseráveis, quando nós brasileiros já aspirávamos à industrialização e à urbanização.

Que fenômeno explica a diferença de desenvolvimento desses dois países?

Enquanto a China disputa com os EUA a liderança econômica e tecnológica, continuamos na periferia do capitalismo, agora dominados por uma ultradireita

antidesenvolvimentista, anti-progresso, atrasada, dissolvente das esperanças. Seu projeto não é mais impedir a chegada do futuro, nem apenas congelar o presente: é trazer de volta o passado. O Brasil de hoje suspende os investimentos públicos de um modo geral e em infraestrutura de forma específica, reduz os gastos em educação e ciência e tecnologia, e renuncia a projetos estratégicos, como a cibernética e o programa espacial, fundamentais para o desenvolvimento e a segurança de qualquer país de nosso porte, ou que, como já almejamos, pretenda desempenhar um papel de sujeito no concerto internacional. Nossa balança comercial retorna aos contornos do início do século passado, dependente da exportação de matérias-primas sem valor agregado, antes pau-brasil, ouro, prata e pedras preciosas das minas gerais, depois açúcar e depois café; agora soja e carne e minério de ferro.

Nossa participação na economia global atinge o pior nível em 38 anos; a fatia do País em bens e serviços é de 2,5%, contra um pouco mais de 3% em 2011.

O Brasil do capitão e dos generais associados corta em 42% o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, reduzindo as bolsas de mestrado e doutorado (aqui e no exterior) e de iniciação científica, comprometendo ainda a manutenção e modernização de laboratórios, registros de patentes e inovação nas universidades e, por óbvio, a qualidade do ensino e da pesquisa.

Compromete o papel das agências de financiamento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e, na esteira, as agências estaduais de fomento ao ensino e à pesquisa.

De 2015 para cá o setor de conhecimento perdeu cerca de R\$ 35 bilhões de reais.

No plano da educação, o projeto de nossas classes dominantes, das quais o bolsonarismo é expressão obscena, é destruir com a escola pública e o ensino gratuito, quando a educação, isto é, o acesso ao conhecimento, é o único instrumento que pode dar ao pobre chances de ascensão social e ao País condições de competitividade num mundo que já vive a chamada 4ª revolução industrial (perdemos o tempo de todas as outras) assinalada pela convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas.

Como lembrava Darcy Ribeiro, a tragédia da educação brasileira não se deve a erros de planejamento. Mas, sim, a seus acertos. Esse fracasso é o prêmio de um projeto bem sucedido de nossas perversas classes dominantes, para quem o desenvolvimento nacional ou a melhoria da qualidade de vida de nosso povo jamais foram uma questão central.

O projeto que a casa grande devota ao país, desde a colônia, contrasta com as políticas das sociedades capitalistas desenvolvidas, que tanto investem no ensino e na escola pública. O ministro da Educação do momento anuncia seu desprezo pelas universidades públicas e pelo ensino daquelas cadeiras, como filosofia e sociologia, que fazem o aluno pensar e transformar-se em cidadão. Há, herdeiro dos projetos fascistas, o ódio à cultura e ao conhecimento, o ódio à inovação e à dúvida. Não por acaso, ao corte das receitas orçamentárias em educação e ciência e tecnologia, bem como em cultura, se seguem os ataques à autonomia universitária e à liberdade de cátedra, uma conquista de séculos.

Não é obra do acaso, nem é trivial, o governador de São Paulo pretender reduzir os recursos destinados às universidades estaduais, como não é sem razão que sua maioria na Assembleia Legislativa constitua CPI com o objetivo de, diz seu presidente, “acabar com o ‘aparelhamento’ da esquerda na USP”.

Na contramão do mundo que avançou, o Brasil reduz todos os seus problemas à crise fiscal, cuja solução, nos termos colocados, só interessa aos banqueiros que financiaram a aventura bolsonarista, e releva a plano secundário o caminho de seu enfrentamento, que é o desenvolvimento econômico, a única forma até aqui conhecida de geração de riqueza.

Resultado óbvio: o ‘mercado’ – esta entidade mítica – já capta sinais de que o PIB deste ano indicará um ‘crescimento’ zero marchando para um ‘crescimento’ negativo ainda em 2019 e seguramente zero, mantidos os dados de hoje, em 2020.

Caminhávamos, paramos e agora andamos para trás.

Enquanto isso, os bancos tiveram, em 2018, ganhos que somaram 100 bilhões de reais, o maior lucro desde o plano Real, 17,40% superiores ao resultado obtido em 2017 sobre 2016, contrastando com o PIB, que no mesmo período cresceu apenas 1,0%.

A recuperação da renda brasileira por habitante vive seu pior momento da história, 9% abaixo dos indicadores de 2014. O Brasil perdeu em março 43,2 mil empregos formais. Mas o Bradesco teve um lucro de 5,8 bilhões de reais no primeiro trimestre deste ano, uma alta de 30%.

O ano, mal começado, já está perdido e perdido deverá ser 2020 com o espectro da estagnação de hoje, ou mesmo da depressão de amanhã, que o capitão acelerará com a inefável colaboração de sua equipe econômica e a solidariedade suicida da Avenida Paulista.

Está claro que a crise econômica, aguçada pelo neoliberalismo em voga, é o melhor fermento da crise política a caminho da crise institucional, na qual já ingressamos com a ativa contribuição do governo e seus agentes provocadores, de dentro e de fora da família, de dentro e de fora do Planalto, de dentro e de fora do Alvorada, de dentro e de fora da caserna.

O aumento do desemprego – inevitável diante da disfunção econômica associada às novas relações de produção (que já chegou ao campo) fundadas na automação – é apenas um adicional na tessitura da crise social, com a qual não podem, nem hoje nem amanhã, se deixar surpreender as forças progressistas. Antes, cabe-lhes, antevendo o que está à vista no horizonte de curto prazo, saber o que fazer e começar a fazer.

Está à vista que o bolsonarismo – qualquer que seja seu projeto e suas associações civis e militares, econômicas e corporativas, nacionais e internacionais – investe na expectativa de impasse, que estimula, ora com essa política neoliberal sabidamente geradora de conflitos, ora com o incentivo à violência, ora com o choque institucional, ora com o desapareço ao Congresso, ora com as investidas contra o Poder Judiciário, ora incitando a cizânia mesmo no seio das hostes fundamentais para a sustentação de sua parcela de poder.

É óbvio que não se trata, apenas, de incompetência, nem só de loucura, pois há muito método em tudo isso.

A História, uma vez mais, desafia as esquerdas brasileiras e o que se possa chamar de liberais progressistas dizendo-lhes que, se continuarem se dando ao luxo de privilegiar suas vaidades e as brigas intestinas, as pequenas pejejas e os projetos (eleitorais) particulares, ou disputando títulos imaginários de “pureza” inócua, confundindo tática e estratégia, terão que reconhecer que deram sua parcela de contribuição para o prolongamento e aprofundamento do maior regressismo político, econômico e social já visto por esta acidentada república.

A História nos julgará a todos – e as massas já estão julgando.

Edição: Carta Capital

topo ↕

EMPRESAS E NEGÓCIOS - TEMPO REAL

Estudo desenvolvido no IFCH recebeu menção honrosa do Prêmio Capes de Tese 2015

Além de Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio (da esq. para a dir.), a autora do estudo investigou as trajetórias de Ferreira de Menezes, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro.

Além de Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio (da esq. para a dir.), a autora do estudo investigou as trajetórias de Ferreira de Menezes, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro. Pensadores e literatos negros desempenharam, durante a segunda metade do século 19, por meio da sua atuação na imprensa das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, importante papel nos debates públicos acerca da defesa dos direitos dos brasileiros, notadamente de pessoas negras livres, libertas e escravizadas. Mais que revelar trajetórias isoladas, as experiências desses sujeitos desvelam uma conexão entre eles, evidenciada, entre outros aspectos, pelo uso de estratégias similares ou pelas influências que uns exerceram sobre outros. Os dados constam da tese de doutoramento da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, sob a orientação do professor Sidney Chalhoub. O trabalho recebeu menção honrosa do Prêmio **Capes** de Tese 2015.

De acordo com Ana Flávia, seu interesse pelo tema nasceu ainda na iniciação científica, quando travou contato com jornais da imprensa negra. O tema foi posteriormente aprofundado no mestrado. “Nas duas oportunidades, meu foco foram os jornais, mas senti a necessidade de falar sobre os sujeitos que estavam por trás dos textos. No doutorado, minha proposta inicial era analisar comparativamente as trajetórias de negros livres e letrados, que tiveram importante atuação na política e na cultura por intermédio da imprensa. Com o decorrer do estudo, porém, percebi que havia forte conexão entre eles e que isso precisava ser destacado”, explica.

Os personagens principais da investigação da historiadora foram Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro, embora muitos outros tenham dado destacada contribuição para o debate público em torno dos direitos dos brasileiros, de modo geral, e da defesa da causa abolicionista, de maneira mais específica. Conforme a

pesquisadora, o diálogo entre esses literatos se dava tanto de modo direto quanto indireto. Falar sobre a imprensa do século 19, lembra ela, é falar sobre literatura, visto que a linha que separava uma atividade de outra era muito tênue.

ju 642 web p6e7b temporario

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, autora da pesquisa: “Um dos desafios ao longo da tese foi dar conta da quantidade de sujeitos negros que tiveram reconhecimento naquele período, mas que foram posteriormente preteridos da narrativa hegemônica sobre o processo abolicionista” Assim, boa parte dos textos veiculados pelos jornais da época era produzida por literatos, que abordavam diferentes assuntos em seus textos, como política, literatura, música, teatro, artes plásticas etc. Tais temas propiciavam aproximações entre esses autores. Além disso, alguns sujeitos com maior destaque naquele contexto exerceram influência sobre seus pares. “É o caso de Luiz Gama, cuja atividade inspirou, em boa medida, o grupo que fundou os jornais da imprensa negra em São Paulo”, pormenoriza a autora da tese.

Um dos nomes que não fazia parte da relação a ser pesquisada por Ana Flávia foi Ferreira de Menezes, personagem que a historiadora praticamente desconhecia, mas que se revelou uma das figuras centrais no movimento em defesa dos direitos dos negros. Filho de liberto e nascido no Rio de Janeiro, ele teve que acionar uma ampla rede de sociabilidade para poder se transferir para São Paulo, onde se formou em Direito. No Rio de Janeiro, Ferreira de Menezes manteve contato com destacadas figuras, entre elas Machado de Assis.

Naquele momento, compreendido pelo final da década de 1870 e início da década de 1880, Luiz Gama e Ferreira de Menezes eram as figuras essenciais no que se poderia classificar de ativismo pró-abolicionismo. Ambos, que eram amigos de José do Patrocínio, morreram poucos anos depois, o que abriu espaço para a projeção deste último. “Um dos desafios ao longo da tese foi dar conta da quantidade de sujeitos negros que tiveram reconhecimento naquele período, mas que foram posteriormente preteridos da narrativa hegemônica sobre o processo abolicionista. Um deles foi Vicente de Souza, tema central do meu pós-doutorado que está em andamento”, adianta Ana Flávia.

ju 642 web p6e7c temporario

Segundo ela, Vicente de Souza era um baiano de Nazaré das Farinhas, que se mudou para o Rio de Janeiro, onde cursou Medicina. Lá, dividiu a sua atuação entre as atividades de médico e professor. “O que eu estou investigando é até que ponto Vicente de Souza teve que priorizar a profissão de professor em detrimento da de médico. Trata-se de uma das figuras centrais da organização do movimento de trabalhadores na virada do século 19 para o 20. Também teve destaque no episódio da Revolta da Vacina. Durante a campanha abolicionista, Vicente de Souza foi responsável por disseminar a proposta do fim da escravidão entre os trabalhadores”, assinala.

A historiadora faz questão de observar que, embora alguns sujeitos tenham tido a sua experiência privilegiada por essa narrativa hegemônica, tal destaque somente foi alcançando graças à atuação de outros negros. Estes, prossegue a autora da tese, tinham obviamente como tema principal de seus artigos, contos e romances o combate à escravidão. Todavia, também abordavam outros assuntos, como a garantia da cidadania a todos os indivíduos. “Para promover essa defesa, várias estratégias eram acionadas. Ao fazerem isso, os jornais se aproximavam muito dos recursos empregados pela imprensa negra propriamente dita. Uma dessas estratégias era veicular informações sobre negros de destaque em outros países. Em 1883, por exemplo, José do Patrocínio fez o esforço para traduzir a biografia de Frederick Douglass, um abolicionista que teve papel fundamental na história dos Estados Unidos, publicada na Gazeta da Tarde”.

Ainda sobre as atividades dos literatos negros considerados na tese, Ana Flávia faz uma observação que considera importante. De acordo com ela, a direção da militância exercida por eles não era no sentido de propugnar a instalação de um nacionalismo negro. “Não se tratava de se propor a construção de um país negro, mas sim de defender a garantia dos princípios constitucionais. A ideia não era a de promover a divisão racial, mas sim exigir o respeito aos ‘talentos e virtudes’ de cada cidadão, termos usados na época”, explicita a historiadora.

Uma das figuras que mais mereceram destaque na tese de Ana Flávia foi Machado de Assis, como a própria autora reconhece. Ainda que exista quem entenda que o escritor não tenha mantido grande envolvimento com as questões raciais, vários estudos têm evidenciado o contrário. “A atuação de Machado de Assis na defesa da abolição e dos direitos dos negros fica muito clara quando acompanhamos o trânsito dele junto a outros literatos, como Ferreira de Menezes. Machado de Assis dedicou-se a dar visibilidade ao trabalho de Menezes em termos literários. Além disso, a imagem de Machado de Assis desconexo das lutas abolicionistas cai por terra quando observamos a interface do trabalho dele como o de José do Patrocínio, bem como está registrado em muitos de seus escritos. Ademais, a imprensa abolicionista reconheceu Machado de Assis como um importante colaborador da causa abolicionista, a partir da atuação dele como funcionário do Ministério da Agricultura”, relata.

ju 642 web p6e7d temporario

Vendedoras em mercado no Rio de Janeiro, em 1875: jornais da época fundamentaram pesquisaAo analisar todas essas relações, segundo a historiadora, foi possível perceber o amplo leque de diálogos existente entre literatos negros da segunda metade do século XIX. “A sensação que eu tive foi que, uma vez puxado um fio, outros vinham juntos. As conexões entre esses sujeitos ficaram muito evidentes”. Questionada sobre que aprendizados podem ser tirados dos dados revelados pelo seu trabalho, Ana Flávia afirma que esse tipo de reflexão sempre esteve presente ao longo da sua pesquisa. Ela considera que o grande problema do racismo e das práticas discriminatórias é a desumanização do sujeito discriminado. O ataque à humanidade das pessoas, diz, é de uma gravidade profunda.

Isso acontece, dentre outras formas, quando é negado às pessoas o direito de serem contraditórias, de terem medo, de expressarem momentos de incerteza e de alcançarem sucesso em suas ações. “No instante em que busco investigar esses literatos e a forma como eles lidaram com o problema do racismo, eu procuro evidenciar que não existe

somente uma forma de ser negro no Brasil. É preciso entender que, como qualquer ser humano, o negro desenvolve diferentes trajetórias de vida, nas quais cabem conexões e desconexões. Afora isso, é necessário destacar que, ao contrário do que os costumes naturalizaram, a história da população negra não se resume à história da escravidão, muito pelo contrário. Assim, ao evidenciarmos esse espaço de liberdade e todos os problemas vividos na liberdade, nós enxergamos melhor o impacto do racismo”.

Frederick Douglass, abolicionista norte-americano, cuja biografia foi traduzida por José do Patrocínio: referências externas A análise da trajetória desses personagens na liberdade, reforça Ana Flávia, traz à tona a premência de se discutir como o racismo foi fundamental para a construção do que ela classifica de “cidadania capenga” no país. “A cidadania no Brasil é problemática justamente porque o racismo impôs limites a ela. Ora, se esses literatos, que eram livres, letrados e tinham uma destacada atuação política e cultural, eram cotidianamente colocados em xeque, é preciso levar em conta o impacto do racismo na construção da cidadania brasileira. Ele é, sim, constitutivo da experiência nacional. Sem este reconhecimento, torna-se impossível estabelecer um debate franco sobre a questão”, pontua.

topo ↕

ESQUERDA - INTERNACIONAL

Janaína Paschoal dá razão à falta de verba para universidades - a cerveja

Janaína Paschoal, umas das personagens grotescas do golpe em 2016 e que conseguiu se alçar para Deputada Estadual, surgiu com uma proposta de “proibir o consumo de álcool na universidade”, colocando que as entidades estudantis, diretórios, centro acadêmicos, atléticas e baterias, não poderiam mais estabelecer contratos com empresas privadas ou exercer atividades econômicas. Na prática, muito além de um moralismo retrógrado em defesa da moral e dos bons costumes, se trata de um ataque às entidades estudantis, tirando sua capacidade de autonomia.

A puritana Janaína Paschoal em entrevista à CBN teve a oportunidade de explicar sua proposta. Disse que a venda de bebidas pelos estudantes se trata de um ato corrupto, já que compram e vendem barato as bebidas, sem a cobrança de impostos. Para ela esse é o maior problema dos ambientes acadêmicos. Chegando a afirmar que não há verba para pesquisa e manutenção das universidades públicas porque os alunos passam mais tempo nos bares do que nas bibliotecas, diminuindo a pesquisa e o retorno. Sim, isso não é piada.

O problema para golpistas reacionários, igual a deputada, não é o corte na CNPq de mais de 40% ou as posições e medidas de Bolsonaro que visam a destruição da pesquisa e ciência no Brasil. Juízes recebem no total 900 milhões para auxílio moradia, mesmo com os seus super salários e outros privilégios, enquanto a **CAPES** recebe 300 milhões do governo, mais isso não é um problema digno de atenção, afinal, ela faz parte desta mesma casta. Obviamente, a degradação e sucateamento das universidades se deve aos estudantes vagabundos que se entregam ao diabólico álcool, que corrompe nossos jovens brasileiros e professores.

O problema não é o consumo abusivo de álcool, se o fosse, sua preocupação não seria a repressão e controle do que estudantes consomem, e sim a falta de bolsas, permanência e emprego na juventude, com mais de 28% de desempregados.

Se Janaína colocasse o pé na universidade veria o quanto sua realidade paralela é tosca.

Por trás do moralismo e proibicionismo está o objetivo de atacar a autonomia e os espaços de convívio dos estudantes, atacar as festas universitárias e proibir as atividades econômicas das entidades têm como consequência a retirada da autonomia do movimento estudantil e um ataque descarado aos escassos espaços de convívio onde os estudantes podem interagir, debater e discutir sobre os problemas na educação. Assim como Bolsonaro quer acabar com a filosofia e a sociologia nas universidades, Paschoal compartilha da mesma essência inquisitorial contra o ensino público.

topo ↕

FOLHA NOBRE - TEMPO REAL

Filme **O Primeiro Homem** ganha sessão e bate-papo no MIS | São Paulo

No mês de maio, o #CineCiência do Museu da Imagem e do Som (MIS), instituição da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado, promove a sessão de “O Primeiro Homem” (2018). Após a exibição, o público debate com o físico Luis Carlos Meneses as questões centrais do longa-metragem.

A sessão será realizada no dia 5 de maio, às 16h. A entrada é gratuita. Basta retirar ingresso uma hora antes do início na recepção do MIS.

No enredo, o astronauta norte-americano Neil Armstrong (Ryan Gosling) embarca em uma jornada histórica para se tornar o primeiro homem a tocar a Lua, em 1969. O longa reflete os sacrifícios e custos de toda uma nação durante uma das mais perigosas missões na história das viagens espaciais.

O debatedor Luis Carlos Meneses é Bacharel em Física pela Universidade de São Paulo (USP), mestre (Carnegie Mellon University) e doutor (Universitat Regensburg), professor sênior do Instituto de Física da USP e orientador do programa de Pós-graduação Interunidades em Ensino de Ciências da universidade.

Ele atua na área de Educação, em formação de professores, ensino básico, ensino de física e de ciências. É membro do Conselho Técnico Científico da CAPES para Educação Básica e membro da equipe da UNESCO do Projeto de Currículos Integrados para o Ensino Médio.

A mediação será de José Luiz Goldfarb, curador do #CineCiência e professor da PUC-SP.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Primeira de sua família a se graduar, astrônoma de Duque de Caxias consegue estágio na Nasa

Carolyne Santos de Oliveira, que estuda na UFRJ, pagava as passagens de ônibus com a bolsa auxílio que recebia da universidade. ‘Até as pequenas oportunidades podem te levar pra mais perto do seu sonho, diz.

Primeira de sua família a concluir uma graduação, a astrônoma Carolyne Santos de Oliveira, de 27 anos, conseguiu uma bolsa para aperfeiçoar seus estudos em um estágio na Nasa, a Agência Espacial Americana. Em entrevista ao G1, Carolyne, de 27 anos, que é mestranda na UFRJ, relatou uma trajetória de luta durante a vida acadêmica para conseguir a vaga.

Carolyne é moradora de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e está estudando em Greenbelt, no estado americano de Maryland, desde janeiro, quando conseguiu a bolsa

de estudos. Na agência internacional, ela analisa as propriedades físicas e as aparências das galáxias.

Para mulheres que sonham com futuros que parecem impossíveis, a recém-chegada na Nasa aconselha: “Dediquem-se ao máximo a cada oportunidade que aparecer na frente, porque mesmo a menor delas pode te levar até mais perto do seu sonho e, quando você perceber, já vai ter chegado lá”.

A viagem da jovem foi financiada pela **Capes**, por meio do Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI). A mestranda recebeu as passagens de ida e volta e uma bolsa mensal de 1.700 dólares (R\$ 6.681, na cotação mais recente).

De acordo com Karín Menéndez Delmest, orientadora da aluna, a viagem só foi realizada por conta de uma proposta dela à **Capes**. O edital que oferecia esses tipos de viagens foi cortado, mas Karín fez um pedido e recebeu algumas bolsas. Carolyne é uma das últimas a receber a bolsa através da professora.

O caminho de Carolyne até chegar ao mestrado em Astronomia na UFRJ foi longo. Ela foi bolsista em escolas particulares de Caxias durante o ensino médio e, apesar de estudar em uma universidade pública, a família teve que lutar para arcar com outros gastos gerados pela graduação.

“Desde o meu segundo ano de graduação até eu me formar eu recebi a bolsa auxílio que a universidade fornece para alunos de baixa renda. Com essa bolsa e com a bolsa de iniciação científica eu pagava pelas minhas passagens para ir e voltar da universidade e pelo curso de inglês”, contou Carolyne.

A mãe da astrônoma, Josenilde dos Santos, é autônoma e revende roupas e cosméticos. Ela falou sobre a dificuldade de dar uma boa educação à filha. “Era muito difícil manter ela no colégio particular. Tinha que fazer marmita e levar pra ela, porque a gente não tinha dinheiro pra almoçar fora. A gente ainda pagava aluguel. Foi muito sacrifício, muita luta”.

A estudante já passou pelos cursos de matemática e física até chegar em astronomia. Ao contar em casa da escolha do curso, a mãe não sabia o que fazia um astrônomo.

“A única pergunta que a minha mãe me fez foi se era isso mesmo que eu queria e se astronomia iria pagar as contas. Quando eu respondi que sim, ela me apoiou incondicionalmente”, disse a mestranda.

A astrônoma volta para o Brasil no início de maio e, quando terminar o mestrado, espera emendar em um doutorado. Para o futuro, Carolyne deseja ser professora universitária. “Como não existe a profissão de cientista no Brasil, nós trabalhamos como professores universitários.”

*Estagiária, sob a supervisão de João Ricardo Gonçalves

topo ↕

JORNAL DO SUDOESTE - TEMPO REAL

UESB e Uneb dão início à Doutorado Interinstitucional em Educação

Com foco na formação de novos doutores, a Uesb estabeleceu uma parceria institucional com a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) para a oferta do Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Educação e Contemporaneidade. Para dar início às atividades dessa formação, as Universidades realizaram, no campus de Vitória da Conquista, uma programação de apresentação, acolhimento e discussões iniciais sobre a área em estudo, nos dias 25 e 26 de abril.

O curso será oferecido pelo Programa de Pós-Graduação de Educação e Contemporaneidade da Uneb, avaliado como excelência nacional pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Na Uesb, a oferta será junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como forma, também, de fortalecê-lo e possibilitar, futuramente, a criação de um curso próprio de Doutorado.

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Uesb, o professor Robério Rodrigues ressaltou a educação como principal vetor de transformação social. “Nesse contexto, a formação de professores é fundamental. A criação desse Dinter representa um processo de estruturação solidária na busca pela interiorização para capacitação dos nossos docentes em uma área estratégica, que é a área de Educação”, explicou.

Multidisciplinaridade – A turma aprovada para o curso é formada por 18 professores do quadro da Uesb, que atuam em diversas áreas do conhecimento. Segundo o coordenador do curso, professor Elizeu Clementino de Souza, o Dinter terá “uma capilaridade enorme de abordagens e perspectivas de pesquisa que tocam em diferentes áreas do conhecimento”.

As abordagens dessas pesquisas vão desde a história da Educação da região até questões relacionadas à Astronomia e Física. Outro ponto de destaque nessas pesquisas é a forte interface com a Educação Básica nos projetos aprovados.

Formação no interior da Bahia – Outro fator de destaque é a política de interiorização da pós-graduação, com ampliação de cursos de Mestrado e Doutorado no interior baiano. Para a professora Tania Maria Hetkowski, pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Uneb, essa missão deve ser abraçada pelas universidades estaduais.

“A gente pode dizer que essa história nasce por um sentido de colaboração entre duas coirmãs que, efetivamente, trabalham com a interiorização da pós-graduação strictu sensu do estado da Bahia. Temos a responsabilidade, como universidade do estado da Bahia, interiorizar, ampliar e possibilitar a formação de professores e de pesquisadores”, avaliou Hetkowski.

topo ↕

MUNDO GEO - TEMPO REAL

Universidade Federal de Uberlândia abre vagas para Mestrado em Geo Mestrado em Agricultura e Informações Geoespaciais conta com 14 vagas

O Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Informações Geoespaciais (PPGAIG) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Monte Carmelo, publicou edital para ingresso da primeira turma no curso de Mestrado (ingresso 2019-2).

No total são ofertadas 14 vagas para alunos regulares. O PPGAIG é o único programa da UFU na área interdisciplinar da **CAPES**.

Agricultura e Informações Geoespaciais 300x225 Universidade Federal de Uberlândia abre vagas para Mestrado em GeoAs vagas destinam-se a egressos de cursos de graduação de Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Geologia, Sistemas de Informação, Ciência da Computação e Engenharia da Computação.

Participantes com formação em outras áreas podem requerer a inscrição, mediante apresentação de justificativa.

A seleção será realizada em duas etapas: Prova escrita e análise de currículo. Para verificar os detalhes do processo de seleção, cronograma e documentação necessária para inscrição acesse o edital em www.ppgaig.iciag.ufu.br/editais/processo-seletivo2019.

Geo e Drones na Indústria 4.0

Você já pode marcar na sua agenda: de 25 a 27 de junho acontecem em São Paulo (SP) os eventos MundoGEO Connect e DroneShow 2019, os maiores da América Latina e entre os cinco maiores do mundo no setor. Alinhados às tendências globais e com foco na realidade regional, o tema geral dos eventos este ano será “Geotecnologia e Drones na Indústria 4.0”, com previsão de 4 mil participantes, 30 atividades e mais de 230 horas de conteúdo.

Instagram Imagem Post B1 300x300 Universidade Federal de Uberlândia abre vagas para Mestrado em GeoOs conteúdos dos cursos, palestras e debates foram formatados por um time de curadores para atender as demandas de empresas, profissionais e usuários principalmente nos setores de Agricultura, Cidades Inteligentes, Governança Digital, Infraestrutura, Meio Ambiente, Recursos Naturais, Segurança e Defesa.

Dentre as tecnologias disruptivas que estarão em destaque, estão Big Data, Inteligência Artificial / Machine Learning, Internet das Coisas, Realidade Virtual e Aumentada, BIM, Tecnologia Autônoma, entre outras, tudo isso cada vez mais integrado às Geotecnologias (Mapeamento, Cadastro, Imagens de Satélites, Inteligência Geográfica, GIS).

Perfil dos expositores da feira: prestadores de serviços de aerolevantamentos, mapeamento e cadastro; desenvolvedores de sistemas de análise espacial; provedores de imagens de satélites; fabricantes e importadores de drones; fabricantes de sensores e tecnologias embarcada; distribuidores de softwares, plataformas de processamento e análise de dados; agências reguladoras e órgão governamentais; empresas de consultoria e treinamento; distribuidores de equipamentos de geomática; empresas de mapeamento móvel, entre outras.

topo ↕

NOTÍCIAS DE CAMPINAS - TEMPO REAL

Filme **O Primeiro Homem** ganha sessão e bate-papo no MIS

Exibição do #CineCiência ocorrerá em 5 de maio; ingresso, gratuito, será retirado na recepção com uma hora de antecedência

No mês de maio, o #CineCiência do Museu da Imagem e do Som (MIS), instituição da

Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado, promove a sessão de “O Primeiro Homem” (2018). Após a exibição, o público debate com o físico Luis Carlos Meneses as questões centrais do longa-metragem.

A sessão será realizada no dia 5 de maio, às 16h. A entrada é gratuita. Basta retirar ingresso uma hora antes do início na recepção do MIS.

No enredo, o astronauta norte-americano Neil Armstrong (Ryan Gosling) embarca em uma jornada histórica para se tornar o primeiro homem a tocar a Lua, em 1969. O longa reflete os sacrifícios e custos de toda uma nação durante uma das mais perigosas missões na história das viagens espaciais.

O debatedor Luis Carlos Meneses é Bacharel em Física pela Universidade de São Paulo (USP), mestre (Carnegie Mellon University) e doutor (Universitat Regensburg), professor sênior do Instituto de Física da USP e orientador do programa de Pós-graduação Interunidades em Ensino de Ciências da universidade.

Ele atua na área de Educação, em formação de professores, ensino básico, ensino de física e de ciências. É membro do Conselho Técnico Científico da CAPES para Educação Básica e membro da equipe da UNESCO do Projeto de Currículos Integrados para o Ensino Médio.

A mediação será de José Luiz Goldfarb, curador do #CineCiência e professor da PUC-SP.

topo ↕

REVISTA AMAZÔNIA - NOTÍCIAS

Chuvvas são prejudiciais às árvores amazônicas

Eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas estão afetando o padrão de mortalidade da dinâmica da floresta amazônica. Estudo que analisou dados mensais de 52 anos de monitoramento de mais de 200 espécies mostrou que a seca (menos que 100 milímetros de chuva por mês) aumenta a chance de morte das árvores, mas elas morreram mais durante o mês chuvoso de janeiro, mesmo em anos de seca extrema.

Janeiro é um mês chuvoso e de transição da estação seca (junho a novembro) para chuvosa (dezembro a maio) e possui alta precipitação e registro de tempestades de ventos. Árvores debilitadas de uma estação seca severa anterior costumam cair, quebrar, desenraizar durante o período de chuva. Aproximadamente 20% de todas as mortes de árvores aconteceram no mês de janeiro durante as cinco décadas analisadas. Em setembro, um dos meses mais secos do ano, também há uma taxa alta de mortalidade (12%), porém estatisticamente inferior a janeiro.

“Isso é uma novidade, porque todo mundo sempre fala que a morte das árvores aqui acontece na seca. Com as análises mensais e não anuais ou multianuais como os estudos costumam ser feitos, vimos que a seca é importante para determinar o momento de morte, mas as árvores não morrem imediatamente, e sim nos meses posteriores, porque ficam debilitadas e morrem com os fortes ventos que ocorrem nessa mudança de estação seca para a chuvosa”, disse Izabela Aleixo, engenheira florestal, doutoranda de Ecologia do Inpa e primeira autora do trabalho ‘Clima e características funcionais de espécies determinam a mortalidade de árvores na floresta Amazônica’ publicado na revista científica Nature Climate Change.

Segundo Aleixo, a análise dos dados de mortalidade de grandes árvores da Amazônia Central presentes na Reserva Florestal Adolpho Ducke e na Estação Experimental de Silvicultura Tropical, áreas de pesquisa do Inpa em Manaus, foi possível por conta da longa série temporal que o Instituto possui. Desde 1965, técnicos monitoram todos os meses essas árvores para avaliar as características fonológicas – como as plantas se desenvolvem no decorrer de diferentes fases – e mais recente para ver a mortalidade.

O estudo também leva a assinatura de Darren Norris (Universidade Federal do Amapá/Ufap e orientador de Izabela Aleixo), Lia Hemerik (Universidade de Wageningen/Holanda), Antenor Barbosa (pesquisador do Inpa), Eduardo Prata (Pós-doutorando pelo Inpa), Flávia Costa (Pesquisadora do Inpa), LourensPoorter (Universidade de Wageningen/Holanda).

Eventos climáticos

A pesquisa identificou que eventos climáticos extremos relacionados com o El Niño (seca) e La Niña (chuva) e variações no Atlântico Tropical Norte, são acontecimentos globais que afetam os padrões de mortalidade nas áreas da Amazônia Central. Isso está relacionado com eventos de seca ou de chuva extremos e de grandes ventos que são capazes de derrubar as árvores.

Para a Bacia Amazônica, as taxas de mortalidade das árvores variam de 1% a 3% ao ano. No estudo foi encontrada uma taxa de mortalidade de árvores adultas de 0,9% ao ano. Porém, em ano de El Niño como em 1982, essa taxa subiu para 2,5%, e em ano sob a influência do Atlântico, como 2005, a mortalidade alcançou 2,2%, mostrando que esses eventos globais relacionados às mudanças climáticas mais do que dobraram a taxa de mortalidade das árvores.

Os cientistas destacam que as espécies que morrem nesses eventos são espécies de determinados grupos ecológicos, como as espécies de madeira mais leve (baixa densidade da madeira), as pioneiras de rápido crescimento e menos resistentes à seca, e aquelas que permanecem com a copa completa de folhas durante todo o ano, ou seja, não tem a capacidade de perder as folhas sazonalmente durante a seca para evitar a perda de água pelas folhas.

“As mudanças climáticas estão afetando os padrões de mortalidade e a dinâmica da floresta amazônica, isso pode alterar os ciclos hidrológico e o estoque de carbono na maior floresta tropical do mundo e tem um papel importante para todo clima global”, disse Aleixo. “Então, é preciso olhar para as mudanças do clima e entender como isso afeta as nossas vidas, os produtos que vem da floresta e todo os serviços ecossistêmicos que essas florestas trazem para o mundo todo”, completou Aleixo, que participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/Capes) na Universidade de Wageningen na Holanda.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Proposta de Bolsonaro para humanas fere Constituição, dizem especialistas

Especialistas da área da educação afirmam que a proposta do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de descentralizar o investimento em faculdades de filosofia e sociologia é inconstitucional.

A medida foi anunciada na noite de quinta-feira (25), em uma transmissão ao vivo nas redes sociais do presidente, e reforçada por publicações no Twitter de Bolsonaro na manhã de ontem.

"A proposta é inconstitucional e, neste momento, irrealizável", afirma Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

As universidades públicas, explica Cara, são administradas segundo o princípio da autonomia universitária --expresso no artigo 207 da Constituição.

Diz o artigo: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

"Ou seja, quem decide o que vai ser lecionado nas universidades são as próprias universidades", diz Cara. "Caso Bolsonaro e Weintraub queiram mudar a Constituição, terão que reunir ampla maioria parlamentar."

Segundo ele, uma eventual emenda constitucional que disponha sobre a medida, caso venha a ser proposta e aprovada, pode ser levada para discussão no STF (Supremo Tribunal Federal). Cara, no entanto, diz não acreditar que essa possibilidade se concretize.

"Diante da autonomia que devem ter as instituições de ensino superior, essa é uma proposta que não deve prosperar", concorda Antônio Gonçalves, presidente do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) e professor do curso de medicina da UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

"Ele não pode dizer que vai cortar recursos de custos como esses, porque a universidade tem autonomia constitucional. Agora, ele pode sufocar cortando bolsas [de pesquisa], através da **Capes**, por exemplo", alerta.

Ligada ao MEC, a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é uma das principais agências responsáveis por fornecer bolsas para pesquisa no país e no exterior.

Cara afirma, ainda, que o governo pode criar restrições aos cursos de humanas no Fies, que oferece financiamento para cursos em instituições privadas, e no Prouni, que seleciona para vagas em universidades públicas por meio da nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). "Mas isso acarretará em resistência em cada unidade", diz.

A cientista política Flávia Biroli, presidente da Associação Brasileira de Ciência Política e professora da UnB (Universidade de Brasília), diz que as ciências humanas sempre tiveram um investimento "diferenciado" quando comparado ao de outras áreas, como as ciências exatas.

"Mas nunca tivemos um projeto expresso de restrição de uma das áreas de conhecimento", afirma.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Os métodos de alfabetização

A excessiva ênfase dada pelo governo Bolsonaro ao método fônico e a insistência em equiparar a família à escola como “agente do processo de alfabetização” não foram bem recebidas

Apesar de ter trocado o comando do Ministério da Educação (MEC), o governo do presidente Jair Bolsonaro manteve intocada uma polêmica diretriz em matéria de alfabetização anunciada logo após sua posse. Por meio de decreto assinado na primeira quinzena de abril, ele estabeleceu um método único de alfabetização como base para a política nacional que será implementada na área.

Trata-se do método fônico, que valoriza a aprendizagem a partir da associação entre um símbolo (a letra) e seu som (fonema), para depois chegar às palavras. O método fônico se opõe ao método global, que é adotado em muitos países desenvolvidos. Nesse método, baseado na corrente construtivista, o caminho costuma ser o inverso. A alfabetização parte de textos e experiências sobre as funções da linguagem para chegar às letras e sons, com o foco na compreensão da leitura. Para o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, o método global seria “fruto de uma preocupação exagerada com a construção de uma sociedade igualitária, democrática e pluralista” e com a formação de “leitores críticos, engajados e conscientes”.

Ao justificar o decreto, que não traz maiores detalhes de como o método fônico será implementado, o MEC alegou que a decisão se baseou em experiências internacionais e em “evidências científicas”. O decreto prevê que os programas de alfabetização e as ações governamentais devem se apoiar em seis pilares: consciência fonêmica (conhecimento das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente), instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita. E, apesar de afirmar que os Estados e municípios têm liberdade de adotar outros métodos de alfabetização em suas redes de ensino, dirigentes do MEC informam que eles receberão ajuda financeira do governo federal se derem prioridade ao método fônico. Mas, se escolherem outros métodos, não terão essa ajuda.

A excessiva ênfase dada pelo governo Bolsonaro ao método fônico e a insistência em equiparar a família à escola como “agente do processo de alfabetização” não foram bem recebidas por secretários estaduais e municipais de Educação, por pedagogos e por entidades da área de ensino fundamental. Muitos pedagogos consideram o método fônico ultrapassado e ineficaz para a aprendizagem das crianças. Entidades educacionais e secretários de Educação aceitam que o método fônico faça parte do processo de alfabetização, mas desde que não seja o único método.

Segundo eles, a opção por um método único no âmbito de um país tão extenso, complexo e heterogêneo como o Brasil não leva em conta as condições sociais e econômicas de cada região. Por isso, o mais adequado seria conciliar diferentes metodologias e assegurar a autonomia das redes de ensino dos Estados e municípios, para que possam dispor das alternativas que julgarem mais adequadas. E, como lembram os dirigentes de entidades educacionais, os currículos das licenciaturas e dos cursos de pedagogia incluem o ensino de vários métodos de alfabetização sem, contudo, privilegiar um deles em detrimento dos demais. Nesses currículos, a orientação é no sentido de que os métodos devem refletir as realidades locais.

Para evitar os problemas de comunicação e falta de diálogo que ocorreram antes da troca de comando do MEC, o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) vem agindo com prudência. Na gestão do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, a direção da entidade criticou a exigência da adesão ao método fônico como condição para que os Estados e municípios recebam financiamento. Agora, na gestão do novo ministro, Abraham Weintraub, o Consed decidiu não assumir uma posição com relação ao método fônico enquanto o MEC não o detalhar. A decisão é sensata, por abrir caminho para que gestores públicos, dirigentes educacionais e pedagogos possam discutir o que realmente importa para tentar melhorar o pouco eficiente sistema brasileiro de ensino.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Inep escolhe nova gráfica que fará a impressão das provas do Enem

Eu, Estudante

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) escolheu a nova gráfica que fará a impressão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A empresa é a Valid S.A.

Dessa forma, o cronograma do exame está mantido, com as provas marcadas para 3 e 10 de novembro. O período de inscrição, de 6 a 17 de maio, também está mantido.

A antiga gráfica RR Donnelley, responsável por esse serviço, decretou falência no início de abril. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a Valid era a gráfica seguinte na ordem de classificação na licitação feita em 2016, e foi convocada para evitar intercorrências na edição deste ano.

Segundo o Inep, essa foi a alternativa segura encontrada, dentro da legislação vigente, já que não haveria tempo hábil para iniciar um novo processo licitatório. Ainda de acordo com o órgão, a medida está em conformidade com a legislação que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

A convocação da nova empresa que fará a impressão das provas do Enem 2019 foi autorizada pelo TCU na última quarta-feira (24).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC estuda corte de investimentos nas faculdades de ciências humanas

‘Objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte como veterinária, engenharia e medicina’. Anúncio de Bolsonaro provocou críticas de educadores.

O presidente Jair Bolsonaro anunciou que o Ministério da Educação está estudando cortes de investimentos em faculdades de ciências humanas. A declaração provocou reações e críticas de educadores.

Logo cedo o presidente escreveu: “O ministro da Educação Abraham Weintraub estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina. A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, tinha falado na quinta-feira (25), numa transmissão ao lado do presidente, sobre a ideia de se investir menos em filosofia e sociologia.

“Acho que a função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de imposto. Então, o que que a gente tem que ensinar para as crianças, para os jovens, são, primeiro: habilidades de poder ler, escrever, fazer conta; a segunda coisa mais importante, o ofício, um ofício que gere renda para a pessoa, bem-estar para a família dela, que melhore a sociedade em volta dela. Pode estudar filosofia? Pode. Com dinheiro próprio. E o Japão reforça. O quê? Esse dinheiro que vai para faculdades como de filosofia, sociologia, ele coloca em faculdades que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia, medicina”.

Ele disse que, por enquanto, nada muda.

“Quem está nos cursos atuais não precisa se preocupar, o direito deles vai ser respeitado, tudo segue vida normal, gente”.

O texto do presidente da República teve forte repercussão nos meios acadêmicos. É que a filosofia é considerada a mãe da própria universidade, que tem suas raízes na Grécia de Platão, que era filósofo e matemático.

Educadores e professores defendem que o conhecimento pressupõe soma e não redução de saberes e disciplinas. O filósofo e professor Mário Sérgio Cortella ainda reforça que o custo dos cursos da área de humanas são os mais baixos.

“A filosofia, ciências sociais, é uma área com custo tão baixo em relação a outras formas de ensino que é absolutamente incompreensível que se busque caminhar, a não ser que haja alguma razão ideológica para que haja, por exemplo, repulsa à área de ciências humanas, as razões de base técnica não foram apresentadas e não podem, claro, ser sigilosas”, disse Cortella.

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Benedito Aguiar Neto, diz que as ciências humanas são importantes na formação de profissionais de todas as áreas.

“Se nós vamos formar engenheiros, o Brasil precisa de engenheiros, o Brasil precisa de técnicos para desenvolver a inovação tecnológica, por essa razão nós estamos perdendo em níveis globais de competitividade e de inovação, mas a tomada de decisão pressupõe uma visão ampla do contexto social em que o técnico, o engenheiro, aquele profissional da tecnologia se encontra. Então essa formação mais humanística, mais ampla é fundamental para a formação de qualquer área do conhecimento”.

Fernando Schuler, professor do Insper, destacou que a educação no Brasil tem problemas mais graves que deveriam ser prioritários.

“Em primeiro lugar, acho que essa está longe de ser uma prioridade do país, essa a discussão. Entre tantas prioridades que nós temos na educação brasileira, essa me parece que não é uma prioridade. Segundo, não parece que seja o governo que deve definir o que tem ou não mercado. É o próprio mercado que define isso. O que é útil, não é útil à

vida das pessoas, enfim, o que dá ou não dinheiro, isso não parte de uma definição de dinheiro. Aliás, parece uma contradição que o governo que acredita no mercado, tem uma visão mais liberal, imaginar que o governo deva tomar esse tipo de decisão, não as pessoas”.

Sobre as críticas dos especialistas, o Ministério da Educação declarou que os recursos vão ser estudados de forma a priorizar as demandas da população, e que, nesse sentido, não haverá perdas ou ganhos, mas uma readequação à realidade do país.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisa da UFMG para controlar transmissão do vírus da dengue é ameaçada por corte em bolsas do CNPq

Os bolsistas podem começar a ser dispensados em julho, se não houver repasse de recursos.

Uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que pode ajudar a combater o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya, está ameaçada por causa dos cortes nas bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Por causa do anúncio de um contingenciamento de R\$ 2,13 bilhões no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o orçamento confirmado para 2019 só garante dinheiro para pagar as bolsas de pesquisa até setembro, segundo o órgão.

Dos 14 estudantes do laboratório que pesquisa a transmissão do vírus da dengue na UFMG, oito recebem bolsas do CNPq.

“Os estudantes de pós-graduação e graduação no Brasil são basicamente a força motriz da pesquisa. Sem que haja investimento por parte do governo em bolsas, nós não temos quem trabalhe no laboratório para desenvolver essas pesquisas”, disse o coordenador da pesquisa, professor João Trindade Marques, do Departamento de Bioquímica e Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG.

O estudo identificou o gene *Loqs2*, presente apenas em mosquitos do gênero *Aedes*. A descoberta pode ajudar no controle da transmissão de doenças.

“Quem tem o maior interesse em resolver esse problema somos nós. O Brasil é o epicentro dessas doenças virais transmitidas por mosquito”, falou Marques.

O governo federal informou que está trabalhando para tentar reverter a situação. Se nada for feito, o corte de verbas pode atingir quase oitenta mil bolsistas em todo o país. Na UFMG, os bolsistas podem começar a ser dispensados em julho, se não houver repasse de recursos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Bolsonaro diz que MEC estuda descentralizar investimento em cursos de filosofia e sociologia

Segundo ele, motivo seria usar o orçamento do governo federal para ensinar leitura, escrita e a fazer conta, e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, nesta sexta-feira (26), que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, "estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)".

A afirmação foi feita no perfil do presidente no Twitter. Em uma segunda publicação, ele disse que a ideia por trás do estudo é respeitar o dinheiro do contribuinte.

"A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta", escreveu Jair Bolsonaro.

As declarações de Bolsonaro foram uma repetição de afirmações feitas pelo ministro na quinta-feira (25), durante uma transmissão no Facebook.

Na ocasião, Abraham Weintraub também citou o Japão, afirmando que o país asiático "está tirando dinheiro público do pagamento de imposto" para as faculdades de filosofia, e que "ele [Japão] coloca em faculdades que geram retornos de fato, enfermagem, veterinária, engenharia, medicina".

Ele deu a entender que pretende repetir o caso japonês no Brasil. "Quem está nos cursos atuais não precisa se preocupar, o direito deles vai ser respeitado, tudo segue vida normal gente", explicou ele.

Em nota divulgada ao Jornal Nacional, o MEC afirmou que "os recursos destinados a quaisquer áreas do conhecimento serão estudados de forma a priorizar aquelas que, no momento, melhor atendem às demandas da população. Nesse sentido, não há que se falar em perdas ou ganhos, trata-se, apenas, de readequação à realidade do país".

Críticas de entidades acadêmicas

As afirmações de Bolsonaro e Weintraub sobre ciências humanas não gerarem renda ou melhorarem a sociedade repercutiram de forma negativa entre entidades acadêmicas.

Uma nota com críticas foi divulgada pela Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (Anpof), e corroborada por outras 27 associações de pesquisadores de áreas de humanidades, como ciências sociais, educação, jornalismo, religiões, cultura e psicologia. Segundo a nota, a declaração mostra "ignorância" por parte do presidente e do ministro.

"As declarações do ministro e do presidente revelam ignorância sobre os estudos na área, sobre sua relevância, seus custos, seu público e ainda sobre a natureza da universidade. Esta ignorância, relevável no público em geral, é inadmissível em pessoas que ocupam por um tempo determinado funções públicas tão importantes para a formação escolar e universitária, para a pesquisa acadêmica em geral e para o futuro de nosso país." - Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia

A Anpof também refutou o exemplo japonês dado por Weintraub, afirmando que, em junho de 2015, o governo do Japão de fato enviou uma carta às universidades "recomendando que fossem priorizadas áreas estratégicas e que fossem cortados investimentos nas áreas de humanidades e ciências sociais".

Porém, segundo a associação, "Após forte reação das principais universidades do país, incluindo as de Tóquio e de Kyoto (as únicas do país entre as cem melhores do mundo (...)), o governo recuou e afirmou que foi mal interpretado".

"A proposta foi inteiramente abandonada quando o ministro da educação teve de renunciar ao cargo, ainda em 2015, por suspeita de corrupção. Da forma como o ministro Abraham Weintraub apresenta o caso trata-se, portanto, de uma notícia falsa", afirmou a Anpof.

Já uma nota assinada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) diz que as falas de Bolsonaro e Weintraub provocaram "indignação".

Segundo as entidades, "é tão equivocado e enganoso avaliar as diferentes disciplinas e a reflexão filosófica pela sua aplicabilidade imediata quanto desconhecer a importância histórica das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento de diferentes tecnologias voltadas à resolução de graves problemas da sociedade".

A nota diz ainda que "a reflexão das ciências humanas e sociais, incluída a filosofia, tem sido tão crucial para a formulação e avaliação de políticas públicas como para o desenvolvimento crítico das demais ciências".

"É inaceitável, portanto, que essas disciplinas sejam consideradas um luxo, passível de corte em tempos de crise econômica como a que vivemos atualmente no país ou de rebaixamento por motivação político-ideológica", afirma o comunicado.

topo ↕

GAZETA WEB - TEMPO REAL

Astrônoma de Duque de Caxias consegue estágio na Nasa

Primeira da família a se graduar, Carolyne Santos de Oliveira pagava as passagens de ônibus com a bolsa auxílio que recebia da universidade

Primeira de sua família a concluir uma graduação, a astrônoma Carolyne Santos de Oliveira, de 27 anos, conseguiu uma bolsa para aperfeiçoar seus estudos em um estágio na Nasa, a Agência Espacial Americana. Em entrevista ao G1, Carolyne, de 27 anos, que é mestranda na UFRJ, relatou uma trajetória de luta durante a vida acadêmica para conseguir a vaga.

Carolyne é moradora de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e está estudando em Greenbelt, no estado americano de Maryland, desde janeiro, quando conseguiu a bolsa de estudos. Na agência internacional, ela analisa as propriedades físicas e as aparências das galáxias.

Para mulheres que sonham com futuros que parecem impossíveis, a recém-chegada na Nasa aconselha: "Dediquem-se ao máximo a cada oportunidade que aparecer na frente, porque mesmo a menor delas pode te levar até mais perto do seu sonho e, quando você perceber, já vai ter chegado lá".

A viagem da jovem foi financiada pela **Capes**, por meio do Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI). A mestranda recebeu as passagens de ida e volta e uma bolsa mensal de 1.700 dólares (R\$ 6.681, na cotação mais recente).

De acordo com Karín Menéndez Delmest, orientadora da aluna, a viagem só foi realizada por conta de uma proposta dela à **Capes**. O edital que oferecia esses tipos de viagens foi cortado, mas Karín fez um pedido e recebeu algumas bolsas. Carolyne é uma das últimas a receber a bolsa através da professora.

O caminho de Carolyne até chegar ao mestrado em Astronomia na UFRJ foi longo. Ela foi bolsista em escolas particulares de Caxias durante o ensino médio e, apesar de estudar em uma universidade pública, a família teve que lutar para arcar com outros gastos gerados pela graduação.

"Desde o meu segundo ano de graduação até eu me formar eu recebi a bolsa auxílio que a universidade fornece para alunos de baixa renda. Com essa bolsa e com a bolsa de iniciação científica eu pagava pelas minhas passagens para ir e voltar da universidade e pelo curso de inglês", contou Carolyne.

A mãe da astrônoma, Josenilde dos Santos, é autônoma e revende roupas e cosméticos. Ela falou sobre a dificuldade de dar uma boa educação à filha. "Era muito difícil manter ela no colégio particular. Tinha que fazer marmita e levar pra ela, porque a gente não tinha dinheiro pra almoçar fora. A gente ainda pagava aluguel. Foi muito sacrifício, muita luta".

A estudante já passou pelos cursos de matemática e física até chegar em astronomia. Ao contar em casa da escolha do curso, a mãe não sabia o que fazia um astrônomo.

"A única pergunta que a minha mãe me fez foi se era isso mesmo que eu queria e se astronomia iria pagar as contas. Quando eu respondi que sim, ela me apoiou incondicionalmente", disse a mestranda.

A astrônoma volta para o Brasil no início de maio e, quando terminar o mestrado, espera emendar em um doutorado. Para o futuro, Carolyne deseja ser professora universitária. "Como não existe a profissão de cientista no Brasil, nós trabalhamos como professores universitários."

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Bolsonaro causa indignação ao sugerir redução de repasses a estudo de Humanas

Apesar de o País já investir mais recursos em pesquisas nas áreas de Exatas e Biológicas, o presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo deve diminuir repasses para estudos de Humanas. Segundo ele, o objetivo é "focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte como Veterinária, Engenharia e Medicina". As declarações, corroboradas pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, causaram indignação em grande parte da comunidade acadêmica.

Para o cientista social Simon Schwartzman, um corte de verbas em Humanas pode comprometer o desenvolvimento do País. "É um tipo de política retrógrada. Isso significa não entender o que são as Ciências Sociais", afirma. "A pesquisa social aborda temas como desigualdade, pobreza, crescimento populacional, violência, etc. Se o País ficar sem isso, estará completamente desarmado para poder lidar com esses temas."

Tanto o presidente quanto o ministro deram ênfase à necessidade de o cidadão aprender

“um ofício”. “O que a gente precisar ensinar para as crianças, para os jovens? Habilidades de ler, escrever, fazer conta, ofício que gere renda para a pessoa, bem estar para a família”, afirmou Weitraub em uma live ao lado de Bolsonaro. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, ele já havia dito que o filho de um agricultor deveria estudar Veterinária e Medicina. “Imagina uma família de agricultores que o filho entrou na faculdade e, quatro anos depois, volta com título de antropólogo?”

Em nota, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) afirmou discordar das declarações porque “muitas carreiras e desenvolvimentos bem-sucedidos nas áreas tecnológicas não resultam simplesmente de conhecimento técnico”. “Eles requerem habilidades de liderança, inteligência emocional, compreensão da cultura, um entendimento do contexto econômico e social que as Ciências Humanas e Sociais podem prover”. O texto afirma ainda que as áreas não dão “um retorno econômico imediato”, mas contribuem “para a melhoria das condições de vida da população”.

Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a agência federal de investimento em pesquisas, mostram que as áreas de Exatas, que incluem Engenharias e Tecnologia, tiveram R\$ 437 milhões em recursos para bolsas em 2018. Já as Ciências Biológicas, Agrárias e de Saúde receberam R\$ 440 milhões. As Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes ficaram com R\$ 162 milhões, cerca de um terço. O número de bolsistas também é menor em Humanas. As bolsas públicas são a única maneira de os professores no País fazerem pesquisa, essencial para produção de novos conhecimentos.

Graduação

O MEC envia recursos para as mais de 60 universidades federais, que precisam de aval do governo para abrir cursos ou contratar professores. O temor de fontes da área é que, além no corte em bolsas, as instituições poderiam não receber verbas para aumentar vagas nessas áreas ou para contratar docentes. O governo tem citado o caso do Japão que, em 2015, pediu que universidades fechassem cursos nas áreas de Humanas e deixassem de selecionar alunos para essas áreas. Cientistas do mundo todo criticaram a política.

Em seu Twitter, Bolsonaro disse que “alunos já matriculados não serão afetados” e a ideia era “descentralizar” recursos. Em nota, o MEC informou ontem que “os recursos destinados a quaisquer áreas de conhecimento serão estudados de forma a priorizar aquelas que, no momento, melhor atendem às demandas da população”.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) afirmou que recebeu as declarações com “perplexidade”. Em nota conjunta, as associações brasileiras de Antropologia, Sociologia, Ciência Política e de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais afirmaram que elas têm “motivação político-ideológica”. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

**Bolsonaro causa indignação sobre reduzir verba a cursos de humanas
Presidente afirmou que objetivo é "focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte como Veterinária, Engenharia e Medicina"**

Apesar de o País já investir mais recursos em pesquisas nas áreas de Exatas e Biológicas, o presidente Jair Bolsonaro disse na sexta-feira que o governo deve diminuir

repasses para estudos de Humanas.

Segundo ele, o objetivo é "focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte como Veterinária, Engenharia e Medicina". As declarações, corroboradas pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, causaram indignação em grande parte da comunidade acadêmica.

Para o cientista social Simon Schwartzman, um corte de verbas em Humanas pode comprometer o desenvolvimento do País. "É um tipo de política retrógrada. Isso significa não entender o que são as Ciências Sociais", afirma. "A pesquisa social aborda temas como desigualdade, pobreza, crescimento populacional, violência, etc. Se o País ficar sem isso, estará completamente desarmado para poder lidar com esses temas."

Tanto o presidente quanto o ministro deram ênfase à necessidade de o cidadão aprender "um ofício". "O que a gente precisa ensinar para as crianças, para os jovens? Habilidades de ler, escrever, fazer conta, ofício que gere renda para a pessoa, bem estar para a família", afirmou Weintraub em uma live ao lado de Bolsonaro. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, ele já havia dito que o filho de um agricultor deveria estudar Veterinária e Medicina. "Imagina uma família de agricultores que o filho entrou na faculdade e, quatro anos depois, volta com título de antropólogo?"

Em nota, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) afirmou discordar das declarações porque "muitas carreiras e desenvolvimentos bem-sucedidos nas áreas tecnológicas não resultam simplesmente de conhecimento técnico".

"Eles requerem habilidades de liderança, inteligência emocional, compreensão da cultura, um entendimento do contexto econômico e social que as Ciências Humanas e Sociais podem prover". O texto afirma ainda que as áreas não dão "um retorno econômico imediato", mas contribuem "para a melhoria das condições de vida da população".

Dados do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a agência federal de investimento em pesquisas, mostram que as áreas de Exatas, que incluem Engenharias e Tecnologia, tiveram R\$ 437 milhões em recursos para bolsas em 2018.

Já as Ciências Biológicas, Agrárias e de Saúde receberam R\$ 440 milhões. As Ciências Humanas, Linguística Letras e Artes ficaram com R\$ 162 milhões, cerca de um terço. O número de bolsistas também é menor em Humanas. As bolsas públicas são a única maneira de os professores no País fazerem pesquisa, essencial para produção de novos conhecimentos.

Graduação

O MEC envia recursos para as mais de 60 universidades federais, que precisam de aval do governo para abrir cursos ou contratar professores. O temor de fontes da área é que, além no corte em bolsas, as instituições poderiam não receber verbas para aumentar vagas nessas áreas ou para contratar docentes.

O governo tem citado o caso do Japão que, em 2015, pediu que universidades

fechassem cursos nas áreas de Humanas e deixassem de selecionar alunos para essas áreas. Cientistas do mundo todo criticaram a política.

Em seu Twitter, Bolsonaro disse que "alunos já matriculados não serão afetados" e a ideia era "descentralizar" recursos. Em nota o MEC informou ontem que "os recursos destinados a quaisquer áreas de conhecimento serão estudados de forma a priorizar aquelas que, no momento, melhor atendem às demandas da população".

O Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) afirmou que recebeu as declarações com "perplexidade". Em nota conjunta, as associações brasileiras de Antropologia, Sociologia, Ciência Política e de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais afirmaram que elas têm "motivação político-ideológica".

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Debate : o MEC deve favorecer as áreas de Exatas e Biológicas?

O professor Paolo Zanotto e o historiador Boris Fausto comentam a decisão do governo Bolsonaro de priorizar investimentos nas áreas de Exatas e Biológicas, com perdas para a área de Humanas

O Estado ouviu dois especialistas sobre a decisão do governo Bolsonaro de focar investimentos "em áreas que gerem retorno imediato", como Veterinária, Engenharia e Medicina, em detrimento dos recursos voltados para a área de Humanas, como Filosofia e Sociologia. Confira as opiniões:

Sim

Paolo Zanotto, professor do Instituto de Ciências Biomédicas da USP

O que se está manifestando é uma questão de percepção, por parte de um governo popular, de que áreas de Humanas estariam sobrecarregadas de viés ideológico. Temos um presidente eleito por 57 milhões de brasileiros que está dando encaminhamento a uma política que foi negociada com seus eleitores. É uma situação em que a universidade tem obrigação de mostrar a importância do que faz. Áreas que consigam dialogar com a sociedade, por definição, se blindam e se protegem. Se mostram que têm mais relevância do que outras, e essa relevância é aceita socialmente, é muito difícil o governo tirar financiamento. Estamos vendo claramente um posicionamento político em relação a uma agenda que foi pré-informada à sociedade. Cabe a nós explicar à sociedade porque temos de ser financiados. Sei que é duro, mas faz parte da estrutura democrática.

Não

Boris Fausto, historiador e cientista político

O entendimento de que é preciso escolher melhor nossas prioridades na Educação representa mais um retrocesso no horizonte, dos muitos que estão sendo oferecidos como coisas amargas à nossa consciência de cidadãos. Isso aparece sob uma forma muito mais grave do que no passado. É tão difícil se formar cidadãos nesse País e, de repente, vemos uma orientação - que, de uma maneira ou de outra vai se converter em uma tendência - que visa a dificultar essa formação. É uma visão de formar pessoas simplesmente para conseguir emprego e nada mais. Conseguir um emprego é importante, aprender ciências aplicadas é muito importante, ninguém absolutamente nega isso. É uma ilusão pensar que uma coisa impede a outra. Há aí uma guerra

ideológica, perpetrada por quem nega a ideologia da boca para fora, que está se traduzindo em uma grande tristeza da barbaridade que se está fazendo no País.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro causa indignação ao sugerir redução de repasses a estudo de Humanas

Apesar de o País já investir mais recursos em pesquisas nas áreas de Exatas e Biológicas, o presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo deve diminuir repasses para estudos de Humanas.

Segundo ele, o objetivo é "focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte como Veterinária, Engenharia e Medicina". As declarações, corroboradas pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, causaram indignação em grande parte da comunidade acadêmica.

Para o cientista social Simon Schwartzman, um corte de verbas em Humanas pode comprometer o desenvolvimento do País. "É um tipo de política retrógrada. Isso significa não entender o que são as Ciências Sociais", afirma. "A pesquisa social aborda temas como desigualdade, pobreza, crescimento populacional, violência, etc. Se o País ficar sem isso, estará completamente desarmado para poder lidar com esses temas."

Tanto o presidente quanto o ministro deram ênfase à necessidade de o cidadão aprender "um ofício". "O que a gente precisa ensinar para as crianças, para os jovens? Habilidades de ler, escrever, fazer conta, ofício que gere renda para a pessoa, bem estar para a família", afirmou Weintraub em uma live ao lado de Bolsonaro.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, ele já havia dito que o filho de um agricultor deveria estudar Veterinária e Medicina. "Imagina uma família de agricultores que o filho entrou na faculdade e, quatro anos depois, volta com título de antropólogo?"

Em nota, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) afirmou discordar das declarações porque "muitas carreiras e desenvolvimentos bem-sucedidos nas áreas tecnológicas não resultam simplesmente de conhecimento técnico".

"Eles requerem habilidades de liderança, inteligência emocional, compreensão da cultura, um entendimento do contexto econômico e social que as Ciências Humanas e Sociais podem prover". O texto afirma ainda que as áreas não dão "um retorno econômico imediato", mas contribuem "para a melhoria das condições de vida da população".

Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a agência federal de investimento em pesquisas, mostram que as áreas de Exatas, que incluem Engenharias e Tecnologia, tiveram R\$ 437 milhões em recursos para bolsas em 2018. Já as Ciências Biológicas, Agrárias e de Saúde receberam R\$ 440 milhões. As Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes ficaram com R\$ 162 milhões, cerca de um terço.

O número de bolsistas também é menor em Humanas. As bolsas públicas são a única maneira de os professores no País fazerem pesquisa, essencial para produção de novos conhecimentos.

Graduação

O MEC envia recursos para as mais de 60 universidades federais, que precisam de aval do governo para abrir cursos ou contratar professores. O temor de fontes da área é que, além no corte em bolsas, as instituições poderiam não receber verbas para aumentar vagas nessas áreas ou para contratar docentes. O governo tem citado o caso do Japão que, em 2015, pediu que universidades fechassem cursos nas áreas de Humanas e deixassem de selecionar alunos para essas áreas. Cientistas do mundo todo criticaram a política.

Em seu Twitter, Bolsonaro disse que "alunos já matriculados não serão afetados" e a ideia era "descentralizar" recursos. Em nota, o MEC informou ontem que "os recursos destinados a quaisquer áreas de conhecimento serão estudados de forma a priorizar aquelas que, no momento, melhor atendem às demandas da população".

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) afirmou que recebeu as declarações com "perplexidade". Em nota conjunta, as associações brasileiras de Antropologia, Sociologia, Ciência Política e de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais afirmaram que elas têm "motivação político-ideológica". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Fecha o MEC, diz Pondé sobre proposta de Bolsonaro para curso de filosofia

A proposta de descentralizar o investimento em faculdades de filosofia e sociologia, anunciada hoje pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) e pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, não condiz com a realidade brasileira --e não passa de uma "modinha" liberal. A avaliação é do filósofo Luiz Felipe Pondé, autor de "Guia Politicamente Incorreto da Filosofia".

"Deveria fechar o MEC [Ministério da Educação], não as faculdades de filosofia e sociologia", afirmou Pondé em entrevista ao UOL. "Acho que o MEC só atrapalha, e aí está mais uma prova disso."

Para Pondé, o Brasil não pode se inspirar no exemplo do Japão, citado pelo ministro Weintraub. Isso porque, segundo ele, além de o Brasil ser um país "pobre em letras e reflexão", sua elite econômica é "mesquinha" e não investe em pesquisa nas universidades, deixando a responsabilidade integralmente nas mãos do estado.

Formado em filosofia pela USP (Universidade de São Paulo), Pondé diz não ter "uma queixa sequer" da graduação e dos seus professores. "Foi um excelente curso", diz o escritor, que hoje dá aulas na FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado), além de ser diretor do laboratório de política, comportamento e mídia da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

"O respeito ao dinheiro do contribuinte seria muito maior --porque, afinal de contas, o gasto com cursos de humanas é quase irrisório, são cursos extremamente baratos-- se a gente conseguisse, por exemplo, diminuir as jogadas de grana para aprovar emendas do governo", diz Pondé, em referência às negociações do Executivo para a aprovação da reforma da Previdência.

Veja, abaixo, os principais trechos da entrevista.

Qual a sua avaliação, como filósofo, sobre a proposta defendida pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e pelo presidente Jair Bolsonaro de "descentralizar" o investimento em faculdades de filosofia e sociologia?

Eu acho que, primeiro, deveria fechar o MEC, não as faculdades de filosofia e sociologia. Porque o MEC só atrapalha, porque centraliza decisões como essa. Troca burocrata de plantão, ele vem com uma ideia nova. Acho que, no geral, o MEC gera uma nomenclatura que vive graças à burocracia, à visitação de escolas. Todo mundo que trabalha em universidade sabe disso. Acho que o MEC só atrapalha --e aí está mais uma prova disso.

Eu sei que, inclusive, o ministro citou o caso do Japão, que "desinvestiu" os cursos de humanas. E que, portanto, a obrigação do estado seria dar formação técnica e não investir em cursos de humanas. Eu concordo que o estado deve investir em educação básica, deve investir em curso técnico. Infelizmente, no Brasil, os empresários e o setor privado não acreditam em investir dinheiro em pesquisa. A elite econômica brasileira é bastante mesquinha. Ela é gananciosa, mesquinha, e raramente investe em alguma coisa que não seja seu lucro imediato, diferente de outras, como a americana, ou mesmo alemã e israelense.

Então, sobra para o estado ser o único investidor em pesquisa na universidade. Todo mundo sabe que o estado não sustenta pesquisa no mundo inteiro, que precisa de parceria com o mercado. Aqui não acontece. Por que eu estou dizendo isso? Acho que o problema é complexo. Não é simplesmente dizer que não existe nenhuma validade na ideia de que o estado precisa alocar melhor seus recursos. Acho que essa ideia não é absurda.

Agora, uma vez que você tem universidade pública e as universidades públicas ainda são as principais a investir em cursos que não dão retorno, me parece, dado o fato que o país é pobre em letras, em reflexão, em ideias, está errado se comparar com o Japão, está errado "desinvestir" cursos de humanas porque antes de tudo eles não dão lucro em geral. É função do estado oferecer uma educação e uma formação para pessoas em cursos que não dão lucro imediatamente.

O que eu penso é que o ideal seria que no Brasil tivessem universidades, mesmo que públicas, que tivessem parceria com o mercado. (...) Retirar o investimento dos cursos de humanas inspirado no Japão me parece um absurdo, porque o Brasil é um país pobre, sem cultura, sem tradição de reflexão e sem tradição de ideias. Acho que é uma espécie de modinha, uma espécie, assim, de ser um "liberalzinho" de bolso, que saca uma ideia como essa.

Uma proposta como essa, na sua opinião, respeita o dinheiro do contribuinte, como defenderam Bolsonaro e Weintraub?

O respeito ao dinheiro do contribuinte seria muito maior --porque, afinal de contas, o gasto com cursos de humanas é quase irrisório, são cursos extremamente baratos-- se a gente conseguisse, por exemplo, diminuir as jogadas de grana para aprovar emendas do governo, se ele conseguisse diminuir gastos e luxos dentro do Congresso. E isso só para falar desse âmbito da máquina do estado. Seria muito mais respeitar o dinheiro do

contribuinte se eles demitissem 90% de todo mundo que trabalha em Brasília. E fechasse o MEC, por exemplo. Humanas não gasta o dinheiro do contribuinte, quase nada.

Mas de que maneira a educação continuaria sem um ministério da Educação?

Em muitos países você não tem ministério da educação, basta você colocar a educação sob tutela por exemplo dos estados ou das prefeituras. O problema é que o MEC é burocrático, centralizado, lento, ideologizado seja para que lado for, porque não interessa. E cada vez que entra um novo vem com alguma novidade? Um queria o hino nacional, agora esse "liberalzinho" quer acabar com a filosofia e a sociologia. Não precisa de uma burocracia gigantesca em Brasília para fazer educação.

Por que o senhor cursou filosofia na USP? O que achou do curso?

Eu cursei filosofia na USP porque, depois da faculdade de medicina, resolvi ser filósofo [Pondé chegou a estudar medicina, mas não concluiu a graduação]. Prestei PUC [Pontifícia Universidade Católica] e USP em filosofia, passei e fiquei na USP porque era de graça, e porque era um excelente curso. Tinha professores superimportantes. Fui aluno de Marilena Chauí, Paulo Abrantes, Ricardo Terra, Bento Prado Júnior. (...) Foi um excelente curso. Não tenho uma queixa sequer do curso, nem dos professores.

